UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

(UNESP, UNICAMP, PUC/SP)

SHIN MYUNG JOO

ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA (CRS): UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A AMÉRICA DO SUL E O LESTE ASIÁTICO

SÃO PAULO
2015

SHIN MYUNG JOO

ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA (CRS) : UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A AMÉRICA DO SUL E O LESTE ASIÁTICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UNESP, UNICAMP, PUC/SP), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na linha de pesquisa "Estratégia, Defesa e Política Externa", na área de concentração de "Paz, Defesa e Segurança Internacional".

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

SÃO PAULO
2015

Shin, Myung Joo.
S556 Análise da formação de Complexos Regionais de Segurança (CRS): um estudo comparativo entre a América do Sul e o Leste Asiático / Shin Myung Joo. – São Paulo, 2015.
98 f. : il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2015.

Orientador: Samuel Alves Soares.

1. Segurança internacional – Filosofia. 2. América do Sul – Defesa. 3. Ásia, Leste – Defesa. I. Autor. II. Título.

CDD 327.116

SHIN MYUNG JOO

ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA (CRS): UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A AMÉRICA DO SUL E O LESTE ASIÁTICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Relações Internacionais (UNESP, UNICAMP, PUC/SP), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na linha de pesquisa "Estratégia, Defesa e Política Externa", na área de concentração de "Paz, Defesa e Segurança Internacional".

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (UNESP)

_____

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (UNICAMP)

_____

Prof. Dr. Flávio Lira (UNIPAMPA)

São Paulo, 28 de agosto de 2015.

AGRADECIMENTOS

Durante o período de mestrado, todos os dias foram inesquecíveis. Passei por dificuldades por causa da língua, diferenças culturais e problema de saúde. Porém tive bons momentos graças aos amigos, professores e meus conhecidos no Brasil. A experiência e a vida no Brasil, me deu um novo ponto de vista sobre o mundo, e se tornou um ponto decisivo na minha vida.

Primeiro, quero agradecer aos meus pais e meu irmão que estão na Coreia. Que sempre torceram por mim e se preocuparam comigo. Amo eternamente.

Sou grata ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas que contribui para este trabalho e pesquisas desde que cheguei ao Brasil. Aqui registro meu agradecimento à algumas destas pessoas e instituições, deixando a ressalva de que não se trata de uma relação exaustiva.

Ao governo da Coreia do Sul através do Ministério de defesa, que me apoiou financeiramente. Me deu essa grande oportunidade para fazer o mestrado, realizando o meu sonho.

Gostaria de agradecer em especial ao explendido orientador Prof. Dr. Samuel Alves Soares, pela paciência e por ter aceitado orientar uma estudante estrangeira, oriundo de outra área de conhecimento. Não tenho palavras para expressar o quão grata estou pela sua imensa contribuição.

Estou muito grata aos professores Shiguenoli Miyamoto e Flávio Lira pelos seus comentários na banca, pois me fizeram pensar em assuntos para uma futura pesquisa.

Gostaria também de agradecer imensamente a grande alegria que foi ser parte da turma de Mestrado 2013 no San Tiago Dantas. Com todos vocês, desenvolvi laços de amizade que espero manter por toda minha vida. Por isso, meu muito obrigado a: Ana María Su Ro, Camilla Geraldello, Laís Azeredo Alves, Leandro Sampaio, Lucas Vasconcelos, Paulo Mortari, Priscila Vilella, Rodrigo Fagundes Cézar, Rafael Almeida, Raphael Camargo Lima, Sara Toledo e Wilson Pedro Te.

À Gabriela Lee, que foi minha professora de português e é minha amiga. Se não tivesse te encontrado, não conseguiria me adaptar ao Brasil.

À Bárbara Motta, que foi minha colega de quarto e no programa San Tiago Dantas. Que me ajudou na vida cotidiana e acadêmica.

A todos meus amigos, familiares, conhecidos e principalmente à Deus.

RESUMO

O regionalismo vem se tornando uma tendência na política internacional do século XXI, e predominando na área de segurança e defesa também. No Leste Asiático, as percepções de segurança ainda estão mais atreladas ao seu sentido tradicional, como a expansão e a aquisição de armamentos, a questão nuclear da Coreia do Norte e problemas territoriais. Por outro lado, no caso da América do sul, os países prestam mais atenção a questões referentes ao setor não-militar como o narcotráfico, o meio ambiente e os direitos humanos. Neste trabalho, verificam-se as caraterísticas e diferenças entre o Leste Asiático e a América do Sul, através do conceito da TCRS pelos pontos de vista das histórias, teorias e instituições. Propõe-se analisar estas diferenças em termos que compõem a intensidade das ameaças à segurança, a partir de quatro tipos de elementos: especificidade da ameaça, probabilidade de realização, existência da experiência histórica e relação de amizade e inimizade entre os países. O objetivo geral deste trabalho é analisar e avaliar as formação das duas CRS e mostrar as diferenças entre a América do Sul e o Leste Asiático, considerando as características históricas e como cada região entende os problemas de segurança.

Palavras-chave: Complexo Regional de Segurança (CRS), Leste Asiático, América do Sul

ABSTRACT

Regionalism became a new trend in the international politics in the 21th century, and it was predominated in the area of security and defense as well. In East Asia, perceptions of security are still more linked to those traditional issues, such as the expansion and the acquisition of arms, the nuclear issue of North Korea and territorial conflicts. On the other hand, in the case of South America, countries pay more attention to issues relating to the non-military sector such as drug trafficking, the environment and human rights. In this paper, we check the carateristics and differences between East Asia and South America through the concept of Regional Security Complex (RSC) for the views through history, theories and institutions. It is proposed to analyze these differences in terms of the intensity of threats, from four types of elements: specificity of the threat, probability of realization, existence of historical experience and cordial relationship between the countries of two regions. The aim of this study is to analyze and evaluate the formation of both CRS of South America and East Asia and understand how each region understand the security problems.

Keywords: Regional Security Complex (RSC), East Asia, South America

요 약

21세기 국제정치학에서 지역주의는 중요한 주제이며, 안보분야에서도 마찬가지이다. 동아시아에서는 안보에 대한 인식이 여전히 군비증강이나 북한의 핵이슈 그리고 영토분쟁과 같은 전통적인 안보이슈들이 중심이 되고 있는 반면, 남아메리카의 경우에는 마약문제, 환경안보 또는 인간안보와 같은 비군사 분야들과 관련된 안보 이슈들에 좀 더 초점이 맞춰지고 있다. 이 논문에서는 지역 안보 복합체(RSC) 이론을 통하여 동아시아와 남아메리카 두 지역에서 안보문제와 관련하여 역사적, 이론적, 제도적인 측면에서 어떤 특징과 차이점을 보이고 있는지에 대하여 연구하고자 한다. 이를 위하여 위협의 구체성, 현실화 개연성, 역사적 경험여부 그리고 국가간 우호성이라는 위협의 강도를 알아볼 수 있는 네가지 변수와 두 지역의 제도적인 측면에서 구체적으로 접근할 것이다. 이 연구의 목적은 지역 안보 복합체 이론 중에서도 특히 부잔과 위버가 2003년 저서에서 언급한 두 지역에서 나타나는 지역 안보 복합체 유형을 분석하고 평가함으로서 두 지역의 안보 문제에 대한 이해를 돕는데에 있다.

주제어: 지역 안보 복합체, 동아시아, 남아메리카

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – A intensidade de ameaça 21

Tabela 2 – Dados gerais do Leste Asiático 34

Tabela 3 – Dados gerais da América do Sul 36

Tabela 4 – Status das infiltrações e provocações locais por ano 54

Tabela 5 – Experiência histórica na América do Sul 58

Tabela 6 – Experiência histórica no Leste Asiático 59

Tabela 7 – Comparação da intensidade de ameaça 64

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Norma, Identidade e Cultura em Segurança Nacional 30

Mapa 1 – Leste Asiático 33

Figura 2 – Macrosecuritização do Leste Asiático 44

Figura 3 – Macrosecuritização da América do Sul.....47

Figura 4 – Números das disputas no Leste Asiático desde o ano 1950.....48

Mapa 2 – Os conflitos do território no Leste Asiático.....48

Figura 5 – Gastos em defesa dos países do Nordeste Asiático.....56

Figura 6 – Espectro de formação de CRS.....86

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AFTA	ASEAN Free Trade Area
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos
ALCA	Área de Live Comércio das Américas
ARF	Fórum Regional da ASEAN
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
ASEAN-PMC	ASEAN Post Ministerial Conference
ASG	Abu Sayyaf Group
CAN	Comunidade Andina de Nações
CDS	Conselho da Defesa Sul-Americano
CEI	Central European Initiative
CPP	Communist Party of the Philippines
CRS	Complexos Regionais de Segurança
CSCAP	Council for Security Cooperation in the Asia Pacific
EAS	East Asia Summit
ECFA	Economic Cooperation Fraimwork Agreement
ELN	Exército de Libertação Nacional
EURASEC	Eutasian Economic Community´s
FARC	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MILF	Moro Islamic Liberation Front
MNLF	Moro National Liberation Front
NEACD	Northeast Asia Cooperation Dialogue
NPA	New Peoples' Army
OEA	Organização dos Estados Americanos
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OTSC	Organização do Tratado de Segurança Coletiva
SCO	Shanghai Cooperation Organization
TAC	Treaty of Amity and Cooperation
TNP	Tratado de Não Proliferação de armas nucleares
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNTCOK	UN Temporary Commission on Korea
ZOFPAN	Zone of Peace, Prosperity and Neutrality

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 12

2 AS CONCEPÇÕES TEÓRICAS..... 18

2.1 O conceito de Segurança..... 18

2.1.1 Ameaças..... 19

2.1.2 Alargamento do conceito de segurança..... 21

2.2 Região e segurança..... 22

2.2.1 O conceito da união da segurança regional..... 25

2.3 O ponto de vista construtivista..... 27

2.3.1 O construtivismo e a cooperação regional..... 27

2.3.2 O construtivismo e a segurança..... 28

2.3.3 Formação da identidade coletiva e mudança da estrutra..... 30

2.4 Caraterísticas em geral das ambas regiões..... 32

2.4.1 Leste Asiático..... 32

2.4.2 América do Sul..... 35

3 A CLASSIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO DOS CRS PELA INTENSIDADE DA AMEAÇA..... 37

3.1 Concretude da ameaça..... 37

3.1.1 Leste Asiático..... 37

3.1.2 América do Sul..... 44

3.2 Probabilidade de realização da ameaça..... 47

3.2.1 Leste Asiático..... 48

3.2.2 América do Sul..... 57

3.3 Existência de experiência histórica..... 58

3.4 Relação cordial entre os países..... 60

3.5 Conclusão..... 63

4 A ANÁLISE DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES NAS REGIÕES..... 65

4.1 Leste Asiático..... 67

4.1.1 Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN: Association of Southeast Asian Nations)..... 67

4.1.2 Fórum Regional na Ásia (ARF: Fórum Regional da ASEAN)..... 69
4.1.3 ASEAN+3, Cúpula do Leste Asiático (EAS: East Asia Summit)..... 71
4.1.4 Organização de Cooperação de Xangai (SCO: Shanghai Cooperation Organization)..... 73
4.1.5 Conversações a Seis Países..... 76
4.2 América do Sul..... 78
4.2.1 A Comunidade Andina de Nações (CAN)..... 78
4.2.2 Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)..... 79
4.2.3 O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)..... 80
4.2.4 A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)..... 81
4.3 Conclusão..... 83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 89

1 INTRODUÇÃO

Após a década de 1980, com o fim da Guerra Fria, o processo de implementação da chamada “Nova Ordem Mundial” significou uma transição estrutural do sistema internacional, em que o ambiente de segurança do sistema político internacional passou por uma rápida mudança. Essas mudanças no ambiente de segurança tinham um significado em termos de alteração estrutural e complexa que repercutiu até mesmo nas áreas conceituais sobre a relação entre os países junto à distribuição de poder entre as superpotências no sistema. Essa nova natureza e especificidade do fenômeno de segurança pós-Guerra Fria despertou novos interesses e debates sobre os estudos de segurança na política internacional (WALT, 1991; BUZAN, 1991; KOLODZIEJ, 1992), tal como a questão de expansão do conceito de segurança baseado no conceito de “compreensão de segurança” e a nova ordem global de segurança provocada pela mudança estrutural do sistema. Juntamente com a ressignificação do conceito de segurança, uma tendência importante que passa a chamar a atenção é o papel e significado que ganha a “região”.

Imediatamente após o fim da Guerra Fria, alguns estudiosos apresentaram uma perspectiva otimista para o progresso político e econômico da humanidade baseando-se na vantagem comparativa histórica e a universalidade ideológica dos valores do capitalismo, liberalismo e democracia (FUKUYAMA, 1992; RUSSETT, 1993; DOYLE, 1999). No entanto, o desenvolvimento do processo político-internacional no pós-Guerra Fria expressa uma competição entre regiões e até aspectos de conflito, enquanto se destaca um fenômeno de formação de blocos regionais com base na heterogeneidade regional, civilizacional e cultural em vez de fenômenos de tendência mundial de convergência. Até na única superpotência, os Estados Unidos, emergida após a Guerra Fria e baseada em princípios e valores da liberdade democrática universal, têm sido levantadas questões sobre a possibilidade de novos conflitos entre civilizações diferentes das expectativas otimistas da integração global (HUNTINGTON, 1996), além do surgimento de uma clara tendência de atitude estratégica para lidar com as ameaças regionais em vez da integração global na estratégia de segurança nacional anunciada pelos Estados Unidos (WHITE HOUSE, 1994; U.S. DoD, 1995ª; U.S DoD, 1995b).

Duas regiões, América do Sul e Leste Asiático, podem ser apontadas como exemplo das supracitadas tendências regionais, e de alguma forma distante de uma conformação global que tenda a reduzir as singularidades regionais.

No caso da América do Sul, com o lançamento em 2007 da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas), configuração posterior da Comunidade Sul-Americana de Nações

(CASA/CSN) criada em 2004, mesmo tendo apenas alguns anos desde a sua implementação, o órgão tem se esforçado para impulsionar uma identidade única e própria da América do Sul no nível político e de segurança. Além do mais, com a criação de Conselho da Defesa Sul-Americano (CDS) em 2008, a cooperação no setor de segurança está expandindo e alcançando gradualmente uma autonomia relativa da região.

No caso do Leste Asiático, no pós-Guerra Fria, fatores tais como a crise nuclear norte-coreana de 1994, a realização de testes com mísseis no Estreito de Taiwan em 1996, o lançamento de mísseis Daepodong da Coreia do Norte em 1998, mostram o espalhamento para uma questão de segurança regional que influencia significativamente a maioria dos Estados da região onde surgem questões de segurança entre Estados individuais. O aumento do interesse dos Estados do Leste Asiático sobre as questões de segurança regional tais como estas, está suscitando um grande interesse tanto em dimensões teóricas como principalmente políticas sobre o sistema de segurança regional e o papel dos Estados na ordem regional ou segurança regional (UNGER, 1994, p. 34-35).

Quando vista a partir desta ótica, a questão da segurança nas regiões do Leste Asiático e da América do Sul não pode ser reduzida ao âmbito especificamente individual de cada país, já que deve ser considerada a natureza estrutural deste campo, na perspectiva dos aspectos diferenciadores dos problemas de segurança no âmbito regional em comparação à dimensão mundial.

Após a Guerra Fria, o sistema bipolar entre a União Soviética e os Estados Unidos acabou e percebe-se uma tendência de declínio em relação ao poder nacional dos Estados Unidos. Enquanto isso, os países da América Latina prosseguiram a integração econômica em torno do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e promoveram uma integração política por meio da UNASUL. No Leste Asiático, por sua vez, a China se tornou uma superpotência regional devido ao seu alto crescimento econômico. Esta mudança na configuração regional está aumentando gradualmente sua autonomia em relação às questões de segurança que essas duas regiões possuem.

Essa regionalização da questão de segurança pode ser encontrada em comum nas duas regiões, mas a formação interna do conceito de segurança ou o fenômeno de segurança formado nessas duas regiões mostram diferenças notáveis.

Primeiramente, analisando pela perspectiva da estrutura de divisão do poder, na América do Sul, após a Guerra Fria, com o processo de democratização política e superação da crise econômica, começaram a aparecer diversas organizações de cooperações regionais e houve progressos na integração econômica e política. Portanto, pode-se avaliar que a América

do Sul, até então uma região excluída da estrutura de distribuição de poder político-internacional, está acelerando o desenvolvimento como um organismo político que pode agir no mesmo nível com outras regiões. Ainda assim, cabe destacar o acentuado papel dos EUA na região. Por outro lado, a estrutura de distribuição do poder na região do Leste Asiático atua como uma variável importante na influência hegemônica dos Estados Unidos, que continuam sendo um agente sistêmico, mostrando-se como uma figura importante no sistema de equilíbrio de poder regional entre China e Japão.

Pode-se encontrar essas diferenças no que tange às perspectivas de segurança das instituições presentes em cada região. O objetivo da construção da UNASUL foi fortalecer o direito de apresentar as demandas regionais em fóruns internacionais e aumentar a influência na sociedade internacional dos países da América do Sul. Além disso, tem o objetivo de representar os interesses da América do Sul frente à sociedade internacional.

No entanto, o Leste Asiático, principalmente o sistema de segurança da região nordeste, continua contando com a aliança bilateral formada durante a Guerra Fria. Os tratados bilaterais de aliança de defesa coletiva tais como o Tratado de segurança dos EUA e Japão em 1951, Tratado de defesa mútua dos EUA e Coreia do Sul em 1953, Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua entre Beijing e Pyongyang em 1961, etc. Dessa forma, ainda não aparecem mudanças significativas na capacidade política e militar ou no papel substancial assumido nesses tratados em ambas as partes. Mesmo após a Guerra Fria, não estão sendo formados sistemas de segurança multilaterais entre países da região para poder complementar esse sistema de aliança de defesa coletiva, sendo que somente estão surgindo organizações multilaterais de dimensão complementar. Os seus principais exemplos seriam: o ARF (Fórum regional ASEAN) que é uma organização que congrega diversos Estados da região da Ásia e do Pacífico; o CSCAP (Conselho de *Cooperação* de Segurança na *Ásia*-Pacífico) e o NEACD (Diálogo de cooperação Nordeste Asiática) que são organizações de mecanismos de consulta de segurança de setor não-governamental. As possibilidades de comparação entre a América do Sul e o Leste Asiático é que esses sistemas de segurança multilaterais do leste asiático possuem uma natureza de fórum de segurança simples em vez de serem um órgão de decisão com uma instituição executiva, apesar de exercerem um papel cada vez importante na questão de segurança para a região.

Buzan propôs uma teoria denominada “Complexo Regional de Segurança (CRS)”, que compreende estas questões de segurança regional em uma perspectiva de correlação. Essa teoria implanta uma reivindicação que, ao considerar a região como unidade de análise principal em vez de sistema internacional ou nacional, pode-se analisar substancialmente e

mais amplamente a questão de segurança (BUZAN, 1991, p. 186 ; BUZAN; WAEVER, 2003, p. 43). O complexo de segurança é um conceito-chave para avaliarmos um subsistema regional, na medida em que enquadra um nível de análise localizado no meio termo entre o sistema internacional e a individualidade de um país dentro da região de segurança. Isto se refere à totalidade do estado anárquico estrutural da relação de segurança mostrado pela distribuição desigual de poder e sentimentos históricos mistos, dependendo da região. Dentro do sistema complexo de segurança específica, atua ao mesmo tempo um mecanismo de ação-reação de conflitos comerciais ou concorrências armamentistas, e forma-se um padrão interativo de consciência de amizade/antagonismo interno à região. Nesse sentido, Buzan definiu o mundo pós-Guerra Fria em três proto- CRS, os 8 CRS do Leste Asiático, América do Norte, América do Sul, Europa, Oriente Médio, África do Norte, pós-Soviética, Ásia do Norte e África Ocidental, África Central, Chifre da África (BUZAN; WAEVER, 2003, p. xxvi).

O CRS é dividido em três formas: Formação de Conflito, Regime de Segurança, e Comunidade de Segurança. O CRS mais negativo é o que mostra uma Formação de Conflito com naturezas de concorrências ou é marcado por percepções de ameaça na relação de interdependência de segurança interna. A segunda forma é relativamente positiva pelo esforço de diminuição do dilema de segurança entre os membros, mas ainda é uma forma que representa uma ameaça potencial sendo ele um Regime da
Segurança. O CRS mais positivo é a forma de Comunidade de Segurança, em que a formação de uma relação de confiança pela interação entre os Estados membros promove o desaparecimento das preocupações quanto ao uso da força (BUZAN et al., 1998, p. 12).

No caso do Leste Asiático, Buzan e Waever definiram o Nordeste e Sudeste da Ásia em diferentes CRS antes da Guerra Fria, mas foi percebido que, com a integração do ASEAN+3 e Vietnã em 1996, se unificará ao CRS do Leste Asiático (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 128). Além disso, em 2003 quando foi publicado o livro mencionado, o CRS do Leste Asiático era considerado uma Formação de Conflito, mas os autores previram a mudança para o formato de regime de segurança junto ao desenvolvimento da ARF, ASEAN+3, etc. No entanto, mesmo após uma década, a categoria de Formação de conflito continua e o conflito principalmente na região do Leste Asiático tornou-se ainda mais complicado devido a conflitos territoriais entre os Estados, armas nucleares na Coreia do Norte e problemas históricos que ainda não foram resolvidos, tornando-se notável a característica separativa em dois subcomplexos (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 173).

Os autores avaliaram que, na região sul-americana, estariam surgindo gradualmente

dois subcomplexos por causa da natureza econômica e política oposta entre as regiões do Cone Sul e Andina. De acordo com esta perspectiva, o Cone Sul estaria fortalecendo a integração regional de acordo com a resolução dos problemas de fronteiras e restabelecimento das relações entre Brasil e Argentina, além da forma de regime de segurança, e poderia ser considerado mais próximo a uma Comunidade de segurança. Por outro lado, no caso dos países andinos localizados no norte da América do Sul, por problemas de drogas, intervenção dos EUA, problemas domésticos de instabilidade política, a instabilidade na área de segurança seguiu aumentando. Ainda que não mencionado diretamente, a região Andina pode ser avaliada na categoria de Formação de conflitos. Avaliaram ainda que as diferenças das naturezas da forma do CRS nas duas regiões seriam mais evidentes (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 340). Mas pela UNASUL, pode se avaliar que não somente na área econômica mas na de política e segurança, há uma tendência de cooperação e integração de dois subcomplexos, e por isso pode-se considerar que o CRS sul-americano inteiro está passando da categoria de Formação de conflito e regime de segurança para a comunidade de segurança.

Até aqui, verificamos os diferentes aspectos sobre as questões de segurança no sistema regional recente após a Guerra Fria na região do Leste Asiático e na América do Sul brevemente. Com este pano de fundo, podemos apresentar a seguinte pergunta: apesar da estrutura da Guerra Fria e pós-Guerra Fria em nível mundial ter gerado a mesma condição estrutural para ambas as regiões, quais as razões que produziram as distinções entre as duas regiões do ponto de vista dos CRS? Por exemplo, em uma condição comum em situação de localização e globalização, enquanto na América do Sul mostrou-se um avanço de integração econômica e política e uma ativação no sistema de segurança regional baseado na busca de uma identidade coletiva regional, por que na região do Leste Asiático, principalmente no Nordeste da Ásia, persiste um estrutura de alianças bilaterais da Guerra Fria, a ideia de soberania, o equilíbrio de poder foi dominante e não foi formado um órgão de segurança regional multilateral substancial?

Neste trabalho, primeiramente, serão explicadas mais detalhadamente questões relativas ao tema da segurança e sobre a formação de CRS das duas regiões, com o intuito mais geral de buscar respostas à formulação apresentada. Para isto, a dissertação está organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo é apresentada uma revisão dos principais conceitos relacionados a esta pesquisa antes de efetivar uma análise comparativa entre a segurança na América do sul e no Leste Asiático. A unidade de análise que essa pesquisa assume é o sistema de segurança regional como parte do sistema de segurança internacional. Para entender isso, é necessária a

compreensão conceitual sobre região e segurança. Primeiramente, será explicado mais detalhadamente sobre a variável ameaça, conceito relevante por se constituir em componente-chave de segurança. Depois disso, apresenta-se uma revisão sobre a ampliação do conceito de segurança após a Guerra Fria. Na sequência, a apresentação é orientada sobre a área e abrangência dos sistemas locais enfocando-se no conceito de CRS (Complexo Regional de Segurança) de Buzan, e por último, uma breve discussão acerca da teoria construtivista de Wendt, necessária para a explicação da cooperação de segurança das duas regiões, centrando-se principalmente no conceito da identidade coletiva.

O segundo capítulo aborda o formato de CRS do Leste Asiático e da América do Sul, que é explicado através da intensidade da ameaça. Ou seja, quanto mais forte a intensidade da ameaça, a consciência de amizade entre os Estados da região se enfraquece e a de hostilidade se fortalece. Por outro lado, quanto mais fraca a intensidade da ameaça, mais forte fica a consciência de amizade entre os Estados da região, reduzindo a hostilidade. Voltando-se à avaliação da intensidade de ameaça das duas regiões (América do Sul e Leste Asiático), esta será descrita através de quatro variáveis: a concretude da ameaça, a probabilidade de realização da ameaça, a existência de experiência histórica da ameaça e a relação cordial entre os Estados.

No Capítulo 3 serão avaliados mais detalhadamente aspectos institucionais, como a explicação dos tipos de CRS. O capítulo é composto por três seções: a primeira, consistindo no processo de desenvolvimento institucional da formação da Segurança Regional do Leste Asiático; a segunda, na explicação detalhada sobre o processo de desenvolvimento institucional da formação da Segurança Regional da América do Sul; a terceira, na comparação do aspecto institucional da Segurança Regional das duas regiões e avaliação das perspectivas a partir das formulações de Buzan.

Nas considerações finais, é retomada a comparação quando às caraterísticas do ambiente de segurança e formação do CRS do Leste Asiático e da América do Sul, visando explicar os motivos que promovem as diferenças entre o CRS do Leste asiático e da América do Sul.

2 As concepções teóricas

O propósito deste capítulo é revisar os principais conceitos relacionados a esta pesquisa antes de efetivar uma análise comparativa entre a segurança na América do sul e no Leste Asiático. A unidade de análise que essa pesquisa assume é o sistema de segurança regional, como parte do sistema de segurança internacional. Para entender isso, é necessária a

compreensão conceitual sobre a região e segurança. Primeiramente, explicaremos mais detalhadamente sobre a variável ameaça, determinante na comparação de duas áreas entre o interesse nacional, vulnerabilidade e ameaças, que são os conceitos e componentes-chave de segurança. Então, iremos revisar sobre a ampliação do conceito de segurança após a Guerra Fria. Depois disso, trataremos sobre a área e abrangência dos sistemas locais enfocando-se no conceito CRS (Complexo Regional de Segurança) de Buzan, e por último discutiremos a teoria construtivista de Wendt, necessária na explicação da cooperação de segurança das duas regiões, centrando-se principalmente no conceito da identidade coletiva.

2.1 O conceito de Segurança

Com a oscilação da estabilidade e paz no mundo ocidental moderno na 1ª e 2ª Guerra Mundial, começam a surgir argumentos sobre qual direção deve-se tomar quando o conceito de segurança é aplicado substancialmente às Relações Internacionais. A Guerra Mundial não foi só uma grande guerra, mas foi algo que balançou significativamente a suposição existente na sociedade moderna em várias formas, e a partir desse impacto, foi iniciada uma busca de relações internacionais e sistemas nacionais que pudessem proporcionar segurança ao ambiente atual. Desde então, a garantia da segurança foi utilizada como parte substantiva nas tratativas das relações internacionais e diplomáticas.

A Segurança vem da etiologia latina *Securus* ou *Securitas*, que é um composto de *si* e *cure*. *Se* significa “não tem~” e *cure*, “ansiedade ou preocupação”. Portanto, *Securus* ou *Securitas* significa “*free from the care*”, que tem o sentido de “livre da ansiedade ou preocupação”. Nesse caso, o *the* é utilizado também como um sentido para limitar a ansiedade ou preocupação específica (KIM, 2009).

Wolfers assim definiu, “Segurança num sentido objetivo, é a inexistência da ameaça sobre os valores obtidos, num sentindo subjetivo, seria um parâmetro de medição, a qual mede que neste valor não há temor de ataque” (WOLFERS, 1962, p.150). O ponto de vista objetivo refere-se à ausência de ameaça, o segundo é um estado em que há o reconhecimento, ou mais propriamente, a percepção de que se está seguro. No entanto, na dimensão subjetiva dessa definição, a segurança pode ser impossível de ser alcançada para sempre. Portanto, pode se afirmar que ela é um processo que transforma o atual estado inseguro em um estado seguro.

O motivo pelo qual um país está ou sente-se inseguro refere-se à possibilidade de que outros Estados possam intencionalmente ameaçar os seus interesses nacionais e ao país falta-lhe a capacidade para responder a estas ameaças, possuindo então uma grande vulnerabilidade.

Pode-se dizer que no sentido do Estado, a segurança é "a ausência de ameaça", mas no sentido político seria "uma ação de redução da vulnerabilidade". Pode-se empregar o termo Segurança Privada no sentido de proteger os interesses de um individuo (direitos humanos, direito à vida, etc.) de ameaças externas; Segurança Nacional, garantir o interesse (povo, território, soberania) do país de ameaças externas e internas; Segurança Internacional, garantir o interesse (anti-guerra, prevenção da proliferação de Armas de Destruição em Massa) do sistema internacional das ameaças internas (KIM 2013, p. 9-10).

2.1.1 Ameaças

Ameaça é um comportamento intencional para causar dano ao indivíduo. O causador da ameaça precisa ter uma capacidade de ameaçar e intenção de cumpri-la. Aqui está o porquê do entendimento do resultado da intenção e capacidade de ameaçar tradicionalmente. No ponto de vista liberal tradicional, a capacidade de causar danos origina-se em ameaças de tipo militar de um país potencial. Contudo, outros temas passam a se apresentar como ameaças. Um dos marcos desta mudança localiza-se no choque de petróleo no início dos anos 1970, situação em que o problema econômico transformou-se num objeto de segurança, e recentemente, houve um aumento no interesse sobre o terrorismo, mudança climática, doenças, etc. Isso será tratado mais especificamente na seção seguinte.

A questão sobre quando uma ameaça específica vira um problema de segurança, não só depende de um país a reconhecer, mas também de receber influências pela força de funcionamento dessa ameaça. Neste trabalho, empregam-se quatro fatores principais que decidem a intensidade de ameaça (KIM, 2013, p. 14)[1].

Em primeiro lugar, se a ameaça é concreta. No caso do Leste Asiático, existe a possibilidade de guerra e ameaças nucleares da Coreia do Norte; se considerar a disputa de liderança entre Japão/Rússia, Japão/China, Japão/Coreia, China/Sudeste Asiático como uma ameaça concreta, pode se dizer que o terrorismo ou problemas de drogas, etc., são uma ameaça hipotética (ou comprehensive). No entanto, no caso da América do Sul, sendo considerados os problemas de drogas, comércio de pequenas armas, etc., podem indicar uma ameaça concreta, já ataques convencionais através de armas de destruição em massa, por exemplo, seriam uma ameaça hipotética (ou comprehensive).

[1] Originalmente, o autor apresenta 8 fatores da intensidade de ameaça como 1) o concreto de ameaça, 2) a proximidade espacial de ameaça, 3) a proximidade temporal de ameaça, 4) a probabilidade da realização de ameaça, 5) a possibilidade da infração de interesse, 6) a experiência histórica, 7) a concórdia entre os países. Neste trabalho, 4 fatores foram escolhidos por se mostrarem mais adequados à análise pretendida.

Em segundo lugar, o grau da probabilidade de que uma ameaça torne-se realidade. Uma ameaça pode existir só potencialmente sem alguns conflitos específicos, ou às vezes tornar-se real, por exemplo, sanções econômicas, uma pressão política ou um confronto físico. O grau da probabilidade é maior conforme a aneaçe esteja mais perto de ser cumprida. Durante a Guerra Fria, Estados Unidos e ex-União Soviética eram Estados hostis um ao outro, porém a probabilidade de acontecer uma Guerra nuclear era baixa, pois os dois países perceberam bem sobre a força de dissuasão nuclear. Caso um dos Estados atacasse o outro, isso significaria "*codestuction*". A probabilidade de acontecer uma Guerra nuclear num momento que a Coreia do Norte ainda não possui armas nucleares e a probabilidade de acontecer o mesmo num momento que as possui é bem diferente. Além disso, há uma maior probabilidade de acontecer guerra numa área estrategicamente importante em disputas territoriais do que numa área estrategicamente com pouca ou nenhuma importância.

Em terceiro lugar, se possui uma experiência histórica. O medo em razão da experiência histórica pode ofuscar uma decisão racional e dar prioridades desnecessárias para uma ameaça específica.

Por último, se há uma relação cordial entre os Estados. Dependendo da existência da relação cordial, pode se reconhecer o país como uma ameaça ou não. Significa reconhecer a capacidade e intenção de um país com potencial de ameaça, à diferença de não suspeitar o mesmo no caso de um país com o qual existe uma relação de entendimento mais consolidada. Mas a existência da relação cordial não é algo fixo. Na segunda Guerra Mundial, a Alemanha assinou um tratado de inviolabilidade com a União Soviética, mas invadiu-a pouco tempo depois. Os Estados Unidos perderam na Guerra do Vietnã, mas posteriormente estabeleceram uma relação diplomática com o país. Além disso, o Vietnã já não reconhece os Estados Unidos como uma ameaça, pois existe uma mudança na relação cordial.

Resumindo a intensidade da ameaça, pode ser considerada do seguinte modo.

Tabela 1- A intensidade de ameaça[2]

Classificação	Alta intensidade	Baixa intensidade
Concretude da ameaça	concreto	Hipotético
Probabilidade de realização da ameaça	probabilidade alta	probabilidade baixa
Existência de experiência histórica	muita experiência	sem experiência
Relação cordial entre os Estados	baixa concórdia	alta concórdia

Fonte: (KIM, 2013, p. 17)

2.1.2 Alargamento do conceito de segurança

Como já mencionado, durante a Guerra Fria, o conceito da "garantia de segurança" foi entendido como "proteger militarmente a segurança nacional contra as ameaças militares exteriores", mas entrando nos anos 90, o conceito dessa "garantia de segurança" começou a ser criticado, e com o fim da Guerra Fria, houve uma aceleração na discussão sobre os novos desafios e garantia de segurança. Nisso inclui desafios de uma ampla gama de campo como a chamada Crise financeira internacional, guerras civis, conflitos regionais, conflitos religiosos e étnicos, problemas de energia, meio ambiente, população e alimentares, imigração e migração, terrorismo, crime de organização internacional, narcotráfico, lavagem de dinheiro, pirataria, segurança humana (direitos humanos, pobreza, opressão política, instabilidade econômica e social, minas antipessoal, etc.), segurança de informações (guerra de informação, terrorismo cibernético) e até a globalização (FOREWORD, 1976).

Apesar de serem questões enfrentadas mundialmente, o seu desafio não é um problema que pode ser resolvido no âmbito da segurança centrado no tradicional "militar" e o "Estado". Por exemplo, o problema sobre quando será possível ter uma resposta militar perante a ameaça da "segurança" da população pelo resultado da degradação ambiental em escala global, ou independentemente da potencialidade militar de um país, os ataques cibernéticos num ciberespaço atuam como uma grande ameaça dentro do quadro conceitual de segurança tradicional que diz proteger a fronteira de inimigos exteriores.

Mesmo vendo pela circunstância da formação histórica do país, nada vai mudar o fato de que a segurança nacional e externa é a função mais importante de um país. A organização

[2] Empregando estes critérios sera realizada uma comparação da intensidade da ameaça da América do Sul e Leste Asiático nos capítulos 2 e 3.

armada chamada exército e polícia são um monopólio nacional. Dentro de uma história desastrosa como a guerra civil, luta dos indivíduos, guerra civil entre as forças políticas que disputam a supremacia dentro do país, surgem novas nações para a sua superação e o significado da sua existência já está justificada. Além disso, proteger a população, território e dependência do país contra a invasão exterior está relacionado à independência do próprio país. Isso é uma função essencial num país. No entanto, fora dessa área, na questão de segurança não existe um consenso de até onde o país precisa envolver-se. E claro que é indispensável a cooperação internacional para superar diferentes desafios numa era da globalização. Porque ê limitado o que um país pode fazer. Isso é uma parte ainda controversa e há um conflito sobre as diferenças de valores na segurança entre os Estados em cooperação em um processo de segurança conjunta.

Verifica-se que cada estado e região tem enfrentado problemas de segurança, tendo tanto objetivos partilhados como metas particulares; adotam, no entanto, métodos diferentes, o que veremos (PAUL, 1998). Além disso, no caso da utilização da força militar como um modo de política externa conduzida pelos políticos na mudança de ambiente de segurança após a Guerra Fria, o seu custo econômico, diplomático e moral pode tornar-se muito maior, e fez reconhecer uma redução relativamente significativa dos benefícios obtidos pela influência geográfica ou controle direto do território. Ou seja, com o término da Guerra Fria, a concorrência militar entre os principais Estados é considerada um desperdício de recursos desnecessários. Assim, o equilíbrio do poder militar não passa a ser mais do que um dos fatores que mantêm a conexão segura entre os Estados, e foi fixada uma ideia comum de que isso só pode ser alcançado por um compromisso político entre os Estados. Além disso, os Estados individuais da sociedade internacional tiveram que aceitar o fato de que agora ficou difícil obter segurança pela sua própria força. Em outras palavras, a decisão política tornou-se uma premissa de que a segurança de um país pode ser obtida somente quando da melhoria da segurança de outros Estados (UM; SHIM; YOO, 2000, p. 20-21).

2.2 Região e segurança

O conceito de região assumido pela Ciência da Política Internacional é definido em torno das normas de fronteiras geográficas, mas não é uma criação política que pode ser definida apenas pelos atributos geográficos, e pode se dizer que é um componente social e cognitivo essencial (HEMMER; KATZENSTEIN, 2002, p. 575-6). Na teoria do complexo regional da segurança de Barry Buzan, o autor considera que a sua ótica de análise é uma

construção teórica e uma unidade socialmente constituída (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 14).

Através do progresso bem sucedido da integração econômica europeia, o interesse sobre a região e cuidados da segurança começaram a crescer, porém na realidade o padrão sobre a fronteira da área na pesquisa de segurança inicial não era claro. Os critérios considerados nos regulamentos da região são a proximidade geográfica, homogeneidade social e cultural, propriedades de tipos de ação e atributos políticos, interdependência política e econômica gerando uma articulação institucional, etc (PALMER, 1991, p. 1-19). A proximidade geográfica é um dos principais fatores que afetam na interação entre os Estados, na percepção de ameaça, na possibilidade de projeção do poder, etc., portanto ao considerar o sistema regional, este estará fadado a um critério principal (BUZAN et al., 1998, p. 11). Mas a fronteira não pode ser o fator essencial que determina o sistema regional pois volta a levantar a questão fundamental que é determinar o critério para a fronteira.

Pode se afirmar que o fator mais importante do que isso é a homogeneidade social e cultural formado como seu resultado e o grau de interação entre os agentes. A homogeneidade do sistema de segurança é formada com base na corresponsabilidade da história política entre os Estados. As duas características que definem o sistema que Karl Deutsch sugeriu foi a “transação” e “comunicação”, e o seu grau de intensidade pode ser uma boa referência para medir a corresponsabilidade do sistema de segurança regional (DEUTSCH, 1954, p. 250-4). Ou seja, pode-se dizer que o sistema de segurança regional é um sistema constituído pelos Estados que se mostraram ativos na comunicação e intercâmbios relacionados com as questões de segurança, e é um sistema formado por uma identidade e estrutura peculiar distinta de outras regiões em base no compartilhamento da experiência histórica formado pelo processo desse intercâmbio. Alagappa afirma que a região não é algo que existe “aí”, mas sim “constituído” por dois fatores que são a interdependência e reconhecimento interativo interno/externo (ALAGAPPA, 2003, p. 25).

Nesse sentido, o conceito de complexo regional de segurança de Buzan pode ser considerado uma importante unidade de análise para entender a questão de segurança do sistema regional. De acordo com o Buzan, a pesquisa sobre tal sistema possui alguns pontos positivos no estudo de segurança.[3] Primeiramente, esse sistema fornece oportunidades para mudar a atenção da pesquisa de segurança de um padrão focado no país num sistema mundial e de agentes para um sistema regional localizado no meio dos dois. Pode-se dizer que o principal motivo que chamou a atenção no sistema regional foi o reconhecimento da realidade

[3] Claro que o sistema de segurança regional aqui significa o Complexo Regional de Segurança (CSR).

de que uma grande parte do fenômeno da segurança considerada o principal assunto a ser explorado pela Ciência política internacional está ocorrendo num âmbito regional em vez do nível de sistema mundial ou considerando apenas um país individualmente. Em segundo, o estudo sobre o sistema de segurança regional pode fornecer uma ligação que permite uma interação entre os agentes e o fenômeno em várias dimensões. Ou seja, a região é um espaço onde existe uma interação de características internas, relações entre os Estados regionais, relações entre regiões, intervenção de superpotências, etc., portanto, o estudo sobre o sistema de segurança regional pode ser uma unidade de análise útil e apropriada para entender o contexto da interação entre os variáveis e agentes em relação às questões de segurança.

Mas na área de pesquisa de segurança, definir uma estrutura de segurança consistente para uma análise comparativa não é uma tarefa fácil, tanto em termos de definições operacionais como para uma análise substancial. De acordo com Kim, Ki Jeong, pode-se resumir em duas questões que podem ter surgido na regulamentação do sistema regional (KIM, 2003, p. 164-5). O primeiro é a questão da "fronteira" do sistema regional mencionado anteriormente, o segundo é sobre a questão de "forças exógenas" que exercem influência embora não façam parte do sistema regional em um significado geográfico. Por exemplo, os Estados Unidos, que é o principal agente da segurança regional da Ásia é um agente endógeno de segurança regional ou é preciso considerá-lo com uma força exógena?[4] Essas duas questões acabarão convergindo para outro tema: como definir a região.

Mesmo com essas restrições, o motivo pelo qual a análise do nível regional precisa ser distinguida da análise do nível mundial é, em primeiro lugar, porque o agente que configura o sistema regional pode ser diferente do agente do sistema mundial. Por exemplo, o agente mundial e o agente regional de Europa, América Latina, Sudeste Asiático e Médio Oriente só pode ser diferente. Segundo, de acordo com os caráteres culturais, históricos e construtivos que os agentes endógenos do sistema regional compartilham, podem-se verificar diferentes padrões de comportamento no sistema regional. Após a Guerra Fria, principalmente entrando em 2000, enquanto no sistema regional da América Latina se mostrava em progresso econômico e integração política, no sistema regional do Sudeste Asiático a soberania nacional e o equilíbrio de poder continuava a ser um conceito dominante da ordem regional, o que comprova que o próprio sistema regional possui uma dinâmica e padrões de interação autônoma. Terceiro, devido a essas diferenças, a estrutura do sistema local pode ser formada

[4] Especialmente, quando maior a influência externa, a influência regional se torna menos influente. Portanto, considerar a influência externa como uma unidade que constrói o sistema regional ou considerá-la como uma variável exógena, torna-se ponto relevante.

de uma maneira diferente do sistema mundial. Ou seja, mesmo que a estrutura de poder do sistema mundial seja uma estrutura unipolar, no sistema regional pode se formar uma estrutura multipolar, e mesmo que uma Détente esteja em progresso numa dimensão de sistema mundial, na dimensão do sistema regional pode se formar um forte conflito militar e ideológico.

2.2.1 O conceito da união da segurança regional

Buzan e seus colegas apresentaram um novo conceito sobre a união da segurança regional através de um novo quadro de análise para a segurança (Buzan et al., 1998). Para definir a segurança numa dimensão regional geograficamente contígua, os autores apontam a importância do equilíbrio da potência que representa uma relação de distribuição de forças, como também da compreensão do padrão da consciência de amizade e inimizade histórica. Isso é um fator chave do CRS que os autores tinham como concepção em correlação à suposição subjacente da segurança. Entre eles, a importância atribuída à dinâmica histórica da consciência da amizade e inimizade.

Amizade é uma relação que engloba proteção e expectativa a partir de uma amizade pura e a inimizade significa uma relação definida pelo medo ou suspeição. Naturalmente, poderá haver uma relação indiferente ou neutral no meio da amidade e inimizade. Perante o olhar teórico de equilíbrio das forças, esse padrão de amizade e inimizade é fruto do equilíbrio de forças e podem surgir argumentos ao ocorrerem alterações originadas da distribuição do poder. No entanto, a posição que Buzan toma é que no caso da consciência do padrão de amizade e inimizade, isso se associa apenas parcialmente com a lógica realista e afeta a segurança regional continuamente (BUZAN, 1991, p. 189-190). A inimizade mostra uma durabilidade e adesão mais forte especialmente no caso de reflexão de uma história étnica. O exemplo disso é a Grécia e Turquia, Rússia e Polônia, Coreia do Sul e Japão.

Buzan argumenta que ao examinar os aspectos da consciência de amizade e inimizade, pode-se compreender mais claramente a natureza dos padrões da segurança ou insegurança. Esse subsistema mediado pela segurança é disponibilizado substancialmente numa determinada área geográfica se expressa empiricamente, diferente do conceito de subsistema que permite uma abstração arbitrária. Buzan nomeou de “Complexo de Segurança” ao grupo de Estados que compartilham o mesmo padrão de amizade, inimizade e indiferente com um fundo histórico e geopolítico em comum (BUZAN, 1991, p. 190). Além disso, alegou que o complexo de segurança, assim como o sistema internacional, possui uma estrutura

persistente e independente, e que através disso pode reconhecer e determinar a dinâmica do padrão de segurança regional. (BUZAN, 1991, p. 209)

Na teoria do CRS, o conceito de segurança é um "tipo particular da política intersubjetiva" (BUZAN et al., 1998, p. 26) sendo mais além de um quadro de reconhecimento da ameaça objetiva ou subjetiva e enfatiza a propriedade de *speech act* da segurança (WAEVER, 1995, p. 55). Quando a segurança é reconhecida como um *speech act*, não importa quais questões, isso é considerado uma ameaça e para o caso de destaque como uma questão social, significa que o ato em si já se torna a questão de segurança. O conceito da "securitização" é a propriedade de *speech act* da segurança teorizada. De acordo com essa teoria, a segurança, em vez de ser uma realidade "dada", é conformada através de um processo de formação do discurso social. Portanto, a discussão em torno da securitização é um problema relacionado com um forte processo de decisão sobre como distribuir os recursos limitados para combater às ameaças ou qual questão irá servir de fonte de ameaça entre as questões sociais competidoras. Ao contrário, a "dessecuritização" refere-se ao processo de desmantelamento das questões de securitização já questionado do discurso de segurança. Em outras palavras, a segurança pode ser construída ou desconstruída dentro da interação entre securitização e dessecuritização.

Tal entendimento da segurança permitiu teoricamente a expansão dos objetos de segurança, os atores de securitização e a área de securitização. Ou seja, o objeto de segurança que estava limitado na área política militar convencional se expandiu para economia, social, ambiente, etc. através da compreensão da perspectiva do construtivismo social e ênfase no processo da securitização. E mais, os atores de securitização foram estendidos para subunidades dos Estados como indivíduos e unidades transnacionais, em vez de ser voltado somente aos Estados. Com base neste aspecto, a definição existente sobre o complexo de segurança foi modificada e tratada como: "um conjunto de unidade cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros"[5] (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 44, tradução nossa).

Em resumo do conteúdo acima, o CRS é considerado um subsistema do sistema internacional, a região fornece um espaço geográfico ao respectivo CRS, composto pelo "grau de interdependência entre a segurança ao redor da unidade, respectiva CRS e a força relativa

[5] No original: "A set of units whose major processed of securitization, desecuritization, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analyzed or resolved apart from one another." (BUZAN; WAEVER, 2003, p.48)

de interdependência de segurança entre as unidades" (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 48). Além disso, o CRS pode ser transformado e definido pelo dois tipos das relações, a relação de equilíbrio do poder e o padrão de amizade e inimizade. Através da relação de equilíbrio do poder, os CRS pode ser transfomado para o sistema unipolar até o sistema multipolar. A dinâmica interna de um complexo de segurança pode ser localizada ao longo de um espectro conforme se a definição de interdependência de segurança é impulsionada por amizade ou inimizade. Isso pode ser dividido em três maneiras e o CRS mais negativo é a "Formação de conflito" em que a interdependência surge do medo, da rivalidade e as percepções mútuas da ameaça (SENGHAAS, 1988; VAYRYNEN, 1984; BUZAN et al., 1998, p. 12). O seguinte é o "Regime de Segurança" que continua sendo uma ameaça potencial mesmo com o esforço para diminuir os dilemas de segurança entre os membros (JERVIS, 1982). O CRS mais positivo é a "Comunidade de Segurança", um caso formado entre os Estados constituintes nos quais o uso da força praticamente desapareceu por uma relação de confiança mútua (ADLER; BARNETT, 1998; BUZAN, 1991, p. 218). Esta afirmação consiste aos construtivistas alegarem que o sistema internacional é constituído pela interação entre os Estados e dividirem-no por um estado hobbesiano, lockeano ou kantiano em vez de considerado como sendo de apenas um tipo.[6]

2.3 O ponto de vista da construtivista

2.3.1 O construtivismo e a cooperação regional

Atualmente, existem várias perspectivas da teoria da política internacional sobre a investigação da cooperação regional. No ponto da vista do Neorrealismo, a estrutura internacional baseia-se nas hegemonias dos poderes (GILPIN, 1999, p. 22-25; JERVIS, 1978, p. 188-191; WALTZ, 1988, p. 622-625). Segundo a definição desta perspectiva teórica, uma vez que o Estado tem por o objetivo estabelecer um sistema de "auto-ajuda"(self-help) e assegurar sua soberania, a cooperação regional forma-se do ângulo da segurança desde que não prejudique ou afete a soberania. Neste sentido, a cooperação regional do neorealismo pode ser chamada como o fenômeno do equilibrío entre as hegemonias dos poderes.

Entretanto, na perspectiva do neoliberalismo, a cooperação regional tem por objetivo maximizar os interesses do Estado. Inspirado pelos seus interesses egoístas, os Estados

[6] Buzan explicou que a formação de conflito tem um conceito mais alargado do que o modelo de Hobbes do Wendt, e regime de segurança é um conceito mais estreito do que o modelo de Locke (BUZAN; WAEVER, 2003, p.53).

buscam os seus próprios interesses no realcionamento entre si mesmos, o qual se poderia fortalecer através da existência das intituições (KEOHANE; NYE, 1987, p. 738; MATIN, 1992, p. 172-176). A cooperação regional, na perspectiva do neoliberalismo, cria-se no processo da busca dos interesses de cada Estado, consolidando-se pelas instituições e políticas transnacionais.

As análises argumentadas em cada perspectiva, neorrealismo e neoliberalismo, oferecem-nos os pontos úteis sobre a cooperação internacional. Enquanto, basicamente, o neorealismo está posicionado no materialismo, que vê o sistema internacional como a formação em estrutura física, o neoliberalismo enfoca os interesses de cada ator, de tal modo que se toma o individualismo. Já que ambos paradigmas consideram os interesses como uma "constante" invariável, portanto, não se abordam como se faz a "construção" dos interesses. Este trabalho não considerará os interesses na cooperação regional, como os "dados" para a estrutura e os indivíduos, se não, como os "construídos". A partir da lógica da construtivista, analisa-se a construção dos interesses, pensando no conceito formado pela interação entre os agentes (WENDT, 1999, 160-161). A fim de discutir da constituição dos interesses tem-se a necessidade de tomar a visão construtivista.

2.3.2 O construtivismo e a segurança

Como já mencionado, se Waltz, um realista principal, definiu a estrutura internacional como um "elemento material da distribuição do poder", por sua vez, o construtivista Wendt, analisou-a como uma "distribuição do conhecimento". Ou seja, o conteúdo das políticas internacionais é determinado pelas crenças e expectativas que os Estados possuem entre si, e uma grande parte dessas crenças e expectativas não são materiais, sendo isso determinado pela estrutura social. Embora estejam na mesma situação anárquica, há uma grande diferença entre estar numa situação anárquica de Hobbes, na qual considera o adversário como um inimigo e numa situação em que considera-o como um concorrente (Locke) ou amigo (Kant). A Inglaterra, que possui uma grande quantidade de armas nucleares, pelo ponto de vista material é bem mais ameaçadora do que a Coreia do Norte, que se estima possuir uma pequena quantidade de armas nucleares. Mas se depender do fato de que esses Estados sejam concorrentes ou amigos, a arma nuclear da Coreia do Norte pode ser considerada mais ameaçadora. A razão disso é porque o significado de algo material pode variar pela ideia de expectativa e confiança em muitos aspectos entre os Estados.

Wendt, levantando questões sobre agente-estrutura argumenta que a estrutura não afeta

apenas no comportamento da unidade da formação, mas que a unidade da formação também afeta na estrutura. Ao afirmar que as duas existências estão numa decisão mútua e possuem relações nas quais um compõe o outro, Wendt concedeu um status ontológico igual ao agente e a estrutura (WENDT, 1987). O conceito sobre a estrutura que Waltz possui significa que uma situação anárquica mesmo sendo criado a partir de um ato não intencional das unidades no começo, no entanto, exerce uma forte influência independentemente da vontade das unidades. Além disso, uma estrutura internacional é feita e alterada pelas unidades constantemente. Dando ênfase no processo de estrutura e do comportamento entre as unidades, Wendt diz:

> Se hoje vivemos em um mundo de auto-ajuda, isso é por causa do processo, e não da estrutura. Uma estrutura não pode ser independente de um processo e não possui uma força resultante. A auto-ajuda e político de poder são existências de um estado anárquico, mas não são propriedades essenciais. Os Estados é que criam um estado anárquico (WENDT, 1992, p. 412).

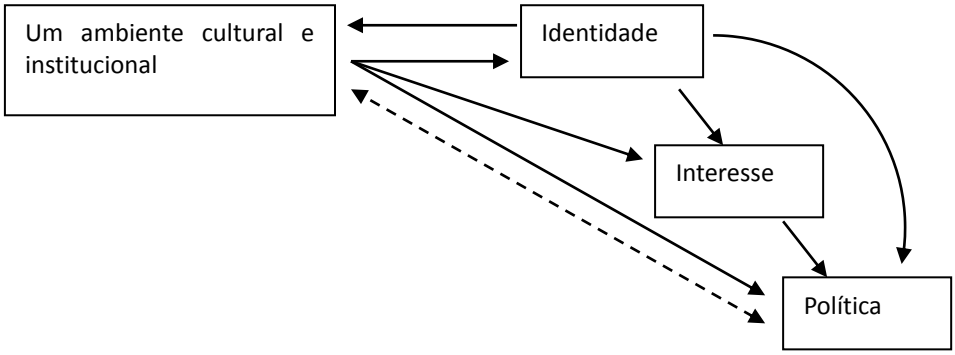
Portanto, comportar-se ao ser incorporado no sistema internacional significa que foi incorporado num procedimento em que pode experimentar mudanças na identidade própria. E pode adquirir uma nova identidade social neste processo, modificando os seus próprios interesses, preferências, ideias sobre a identidade, normas, etc. (JEON, 1999, p. 40).

O construtivismo argumenta que o ambiente de segurança não é apenas algo físico, mas sim algo cultural e institucional, e diz que estes ambientes culturais afetam na motivação dos atos dos Estados, também afetam na sua identidade que significa a natureza básica dos Estados (JEPPERSON; WENDT; KATZENSTEIN, 1996, p. 33). Portanto eles : 1) O ambiente cultural ou político forma o interesse de segurança do país; 2) O ambiente cultural forma a identidade do país; 3) A diferença ou mudança na identidade nacional influencia no interesse de segurança ou na política; 4) A configuração da identidade nacional influencia nas estruturas de normas (ambiente cultural) existentes entre os Estados da comunidade de segurança ou regime; 5) As políticas nacionais argumentam que reorganizem e reproduzem a estrutura institucional e cultural (JEPPERSON et al., 1996, p. 52-65).

Por exemplo, no caso em que a relação entre ambos os Estados se desenvolveu amigavelmente, pode-se sentir menos ansiedade sobre o comportamento do seu fortalecimento militar mesmo que as informações do adversário sejam incompletas. Isso é porque a relação cultural baseado na compreensão mútua e co-expectativas entre ambos os Estados pode mitigar a situação de dilema de segurança na hora de decidir a política de segurança nacional. Portanto, o construtivismo propõe que em vez de se esforçar na mudança

de distribuição do poder político internacional, ter esperanças sobre a possibilidade de distinção da defesa - ataque ou fazer uma procura da informação completa sobre o país adversário, é necessário melhorar a relação entre os Estados, resolver os conflitos existentes e expandir a base cultural que possa ser compartilhada entre eles para que se estabeleça uma identidade coletiva de harmonia (LEE; JEON, 2001, p. 174).

Figura 1 - Norma, Identidade, e Cultura em Segurança Nacional



Fonte : JEPPERSON; WENDT; KATZENSTEIN, 1996, p. 53

2.3.3 Formação da identidade coletiva e mudança da estrutura

Identidades dizem respeito a quem os atores são e constituem a base para os interesses, visto que não se pode saber o que são interesse sem que o ator saiba quem ele é. Daí, re-identificadas na sociedade, torna-se como uma identidade coletiva (WENDT, 1999, p. 326-7). Wendt apresenta quatro mecanismos causais ou variáveis principais que poderiam explicar o motivo para os Estados engajarem-se em uma política de segurança pró-social e, por conseguinte, estimularem a formação de identidades coletiva. As variáveis principais são interdependência, destino comum, homogeneidade e auto-controle (*Self-restraint*) (WENDT, 1999, p. 343-344).

Segundo Wendt, as três primeiras são causas ativas e a quarta é permissiva; para que se forme identidade coletiva, a condição necessária é a existência de pelo menos uma causa ativa combinada com auto-controle. Por consequência, o verdadeiro significado destas variáveis é minar identidades egoístas e, formando uma interação entre os atores, auxiliar na criação de identidades coletivas.

A interdependência existe entre atores quando o resultado da interação, para cada um, depende das escolhas realizadas pelos outros. E, para este processo são necessárias a

“liderança (*leadership*)” e o esforço ideológico, que cria as hipóteses sobre a identidade coletiva, para que se forme a interdependência (WENDT, 1999, p. 343). Entretanto, forma-se a “confiança induzida”, realizando os comportamentos cooperativos entre os mútuos e esperando que se realize a cooperação constante (WENDT, 1999, p. 347).

O destino comum entre atores existe quando a sobrevivência, ou o bem-estar individual, depende do que acontece ao grupo como um todo (WENDT, 1999, p. 349). Geralmente se constitui a partir de uma ameaça externa e, devido ao embaraço eventualmente notado com o entendimento da interação. Por exemplo, o destino comum dos indígenas da América forma-se com a definição de si mesmos, como os bárbaros, pelos Europeus.

A homogeneidade pode ocorrer nas identidades corporativas ou nas identidades *type* (WENDT, 1999, p. 353). As identidades corporativas se referem à mesma forma escolhida em relação à forma institucional básica. No mundo estado-cêntrico, os Estados representam os atores principais no sistema. As identidades tipo dizem respeito a uma variação em dada identidade corporativa. Para os Estados, a variação é em como se faz a organização polícial no plano doméstico. Segundo Wendt, a democracia e o capitalismo são modelos dominantes na constituição da autoridade dos Estados, embora não haja universalidade. Então, existe pouca semelhança da identidade tipo entre os sistemas internacionais. Tal como capitalismo-socialismo, e democracia-autoritarismo, quanto menos similar, mais provável existir o conflito entre os sistemas (WENDT, 1999, p. 354).

O auto-controle desempenha papel fundamental quando atua em conjunto com os demais, baseado na confiança formada entre os atores. Este existe como a crença de que o outro irá se limitar nas suas demandas em relação ao “self”, através do conhecimento compartilhado entre os atores (WENDT 1999, p. 357-9). Este tipo do conhecimento é estabelecido mediante a adaptação repetitiva, política doméstica, e auto-constrangimento (WENDT, 1999, p. 360-363). Os Estados formam nova identidade e interesses através da adaptação, repetindo essa experiência, mesmo que se realize a política pelos interesses próprios e pelo auto-constrangimento. E, as políticas diplomáticas, que se realizam no âmbito da política doméstica, seriam variáveis dependendentes dos tipos do sistema do Estado. Por exemplo, o que os Estados bem formados pretendem limitar a cada outro de maneira pacífica, quando eles se envolvem em conflito entre si, tem siginificado de que consiga possuir algo conhecimento compartilhado entre os agentes da comunidade, desempenhando as políticas diplomáticas do Estado (WENDT, 1999, p. 361-362). No fim, o conhecimento do auto-controle só terá o efeito caso a adaptação e a política do Estado enfrentem a falha. Ao dar auxílio na construção de uma comunidade de segurança, passando ao outro responsabilidade

por parte do cuidado do próprio, o auto-controle reduz a ansiedade dos Estados em relação à sensação engolidos, o que permite que os incentivos positivos das outras variáveis possam atuar.

2.4 Caraterísticas em geral das ambas as regiões

2.4.1 Leste Asiático

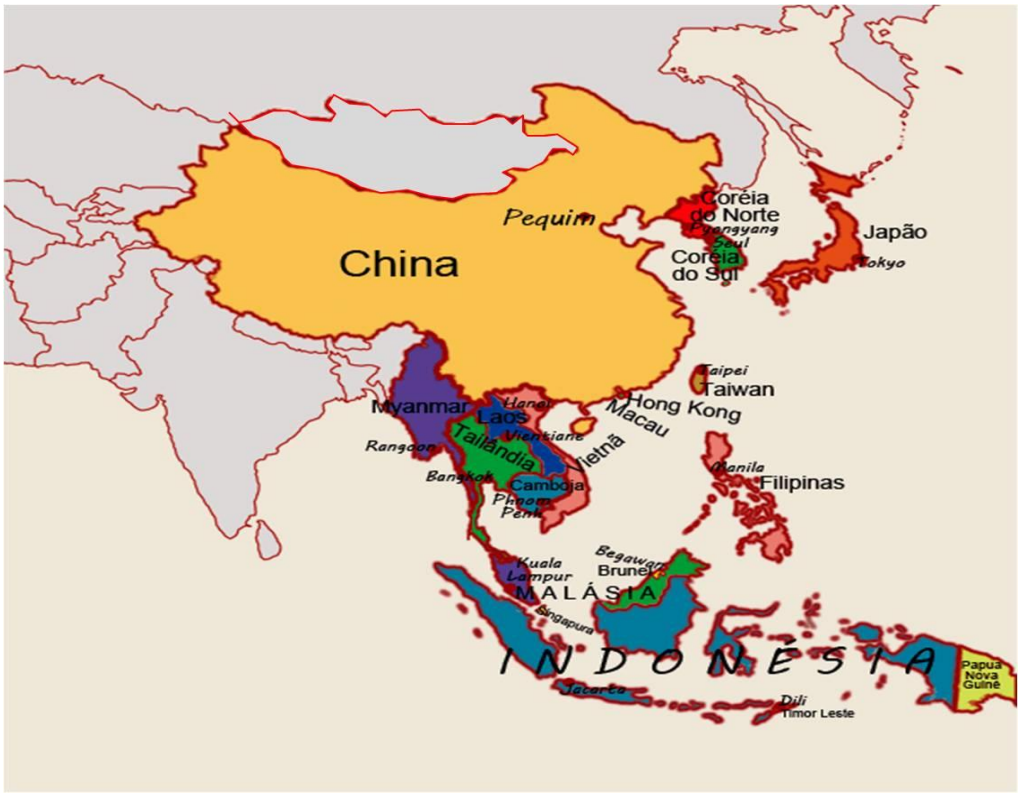
Ainda antes da explicação, é preciso definir a distinção clara nos conceptos regionais do Leste Asiático, uma vez que as definições dos conceptos do Leste Asiático se diferem em cada investigação. Basicamente, O Leste Asiático se divide nas Ásia Nordeste e Ásia Sudeste. E a Ásia Sudeste refere-se a comunidade dos 10 países da ASEAN, que são Indonésia, Malásia, Tailândia, Filipina, Singapur, Burnai, Vietnã, Laos, Comboja e Myanmar. Mesmo assim, existem várias opiniões sobre os alcances geográficos do Nordeste Ásiatico. Primeiro, no alcance estreito, pode definir-se o bloco dos 3 países, Coreia do Sul, China, e Japão, referidos nomeadamente em relação a cooperação econômica e a FTA entre 3 países. Isto será a razão porque, sobre a reunião das cúpulas da ASEAN+3, o Sudeste Asiático refere-se no escopo da ASEAN, e a Coreia do Sul, China, e Japão referem-se no escopo no Nordeste Asiático. Então, a ASEAN+3 integralmente é desginada como a comunidade do Leste Asiático.

E, no Nordeste Asiático, no largo alcance, incluem-se as Coréias do Norte e do Sul, Japão, China e Taiwan, a Região do Extreme Oriente e da Siberia da Rússia, e Mongolia. A maior parte dos pesquisadores da Coréia, da China e do Japão, adota este concepto do Nordeste Asiático no tal largo alcance. Além destes países, desde o fim da Segunda guerra mundial, os EUA têm exercido a sua intervenção geopolítica, na região por objeto político, econômico, e militar. De tal maneira que os assuntos em torno do âmbito da segurança do Leste Asiático, se centram nas relações mútuas entre a China, o Japão, a Rússia, os EUA, e a península Coreana. Então, existem opiniões de que se incluam a península Coreana, o Japão, a China, o Taiwan, a Rússia, a Mongolia, e os EUA dentro do escopo do Leste Asiático nos termos militar e político, depois da Segunda Guerra mundial. Pois, diversas definições sobre oLeste Asiático estão confundidas por razão da definição geográfica do Nordeste Asiático, que tenha a influência sobre o alcance da cooperação política, militar, e econômica na região. Especialmente, depois da crise financeira no Leste Asiático, a desginação do Nordeste Asiático no sentido amplo, tem sido adotada efetivamente devido a expansão das cooperações

financeiras, ambientais, e logísticas, etc.. (Kim, Gang-Nyeong, 2013, p.122)

Neste estudo, como o concepto transformado do Leste Asiático, incluir-se-ão a Coreia do Norte e o Taiwan[7], os quais tomam os papeis importantes nos problemas da segurança desta região, nos países da ASEAN+3.

Mapa 1 – Leste Asiático



Fonte : UOL educação, Geografia, Leste Asiático.

O Leste Asiático tem a caraterística geográfica em que se situam o continente chinês ligado às penínsulas Indochina e Coreana, e as ilhas como o japão e o arquipélago Malaio. A área total é aproximadamente 15 milhões Km2, abrangendo 10% da área total do mundo. A região tem aproximadamente 2,2 bilhões de populações, cujo número sería 30 % do mundo. Situam-se a China e o Japão, os quais ocupam o Segundo e o Terceiro lugar econômico do mundo. E, a dimensão econômica da região chegou a 25% do PIB do mundo no ano 2014, de tal modo que a região se surgiu como o centro da economia mundial.[8] A região é caraterizada

[7] O Taiwan tem mantido o seu sistema político distinguido da República Popular da China no Continente, desde que mudou a sua capital da República Chinesa de Nanjing, que era a capital constitucional do regime Chiang Kai-shek, para a cidade Taipei no ano 1949, em que foi vencido pelo partido comunista da China na guerra civil. Enquanto a coréia tentou establecer a relação diplomática com a China, que declarava a política "China Unida", a relação com o Taiwan tornou-se cortada. Devido a este processo do isolamento internacional, o Taiwan não está sendo pertencente a O.N.U., o Banco mundial, e o FMI.

[8] Especialemente, o desenvovimento econômico da região do Norteste Asiático vê-se relevante. O PIB total dos

pelo clima de monções e temperado. Então, muitas etnias e culturas tradicionais prosperavam-se com a base agrícola desde a história antiga. Devido a tais características geográficas e históricas, cada países tem própria língua e letra, e existem muitas etnias que têm diferentes costumes. Os aspectos culturais vêem-se com muita complexidade por causa da diversidadade dos processos da evolução histórica em cada regiões e países. Especialmente, O Sudoeste Asiático teve a influência da China, da India, e dos Árabes antes da Idade Média, e a partir do século 16, as forças ocidentais começaram a aparecer nesta região. A Espanha colonizou as Filipinas, e a Holanda colonizou a Indonésia. No século 19, a Inglaterra colonizou a península malaia, o Singapur, e o Myanmar, e a França colonizou a vietnã, o Laos, a Camboja. Depois, os EUA passaram a ser o novo colonizador das Filipinas, tomando o controle que a Espanha tinha tido. Então, toda a região do Sudeste Asiático passou a ser colonizada pelos psíses ocidentais, com exceção do Estado da Tailândia, como a área de amortecimento. Pelo contrário, a região do Nordeste Asiático não teve experiência de ser uma colônia total como o Sudeste asiático, e as regiões como a China, a Coreia e o Japão desenvolveram suas culturas de cada próprias maneiras.

Tabela 2. Dados gerais do Leste Asiático

	Área (km^2)	População (2014 est.)	PIB (US$ bil.) (2014 est.)
Brunei	5.765	422.675	15,102
Camboja	181.035	15.458.332	16,551
China	9.596.961	1.355.692.576	10.380,380
Cingapura	697	5.567.310	308,051
Coreia do norte	120.538	24.851.627	-
Coreia do sul	99.720	51.431.100	1.416,949
Filipinas	300.000	107.668.231	284,927
Indonésia	1.904.569	253.609.643	888,648
Japão	377.915	127.103.388	4.616,335
Laos	236.800	6.803.699	11,767
Malásia	329.847	30.073.353	326,933
Myanmar	676.578	55.746.253	62,802
Tailândia	513.120	67.741.401	373,804
Taiwan	35.980	23.359.928	529,550
Vietnã	331.210	93.421.835	186,049
total	14.710.735	2.218.951.351	19.417,848

3 países, a China, o Japão e a Coreia do Sul abrange aproximadamente 20% do PIB do mundo. Neste sentido, pode perceber-se a diferença grande da economia entre o Nordeste e o Sudoeste Asiático.

	Governo	Lingua (oficial)	Religião (o maior)
Brunei	Monarquia Sultanato Islâmico	Malaio	Muçulmano sunita
Camboja	Monarquia constitucional,	Khmer	Budista
China	República popular, socialista unipartidária	Chinês Mandarim	
Cingapura	República parlamentarista	Mandarim, Inglês, Malaio Tamil	Budista, Muçulmano
Coreia do norte	República popular, socialista unipartidária	Coreano	
Coreia do sul	República presidencialista	Coreano	Cristão, Budista
Filipinas	República presidencialista	Filipino, Inglês	Católico
Indonésia	República presidencialista	Indonésia	Muçulmano
Japão	Monarquia constitucional	Japonês	Xintoísmo, Budista
Laos	República socialista unipartidária	Laociano	Budista
Malásia	Monarquia eletiva constitucional	Malaio	Muçulmano
Myanmar	República presidencialista	Birmanês	Budista
Tailândia	Monarquia constitucional	Tailandês	Budista
Taiwan	República semi presidencialista	Mandarim	Budista
Vietnã	República socialista unipartidária	Vietnamita	

Figura elaborada pela autora. Fonte: Área, população, lingua oficial e religião: World Fact book de CIA
PIB : World Economic Outlook Database April 2015 de IMF

2.4.2 América do Sul

A América do Sul é um subcontinente que compreende a porção meridional da América, unindo-se à América Central a norte pelo istmo do Panamá. E, fica adjacente ao mar Antártico, pacífico e atlântico. A sua extensão é de 18 milhões km², abrangendo 12% da superfície terrestre e 5% da população mundial, que sería 400 milhões. Tem vários climas das zonas de montanha alta, trópicos, deserto, planície litorial, e de planalto. Tem uma extensão de 7000 km desde o ponto extremo sul até ao norte. E, ao longo da extensão, existem duas zonas geofísicas que são da cordilheira dos Andes, e de rios com rio amazonas, rio orinoco, e rio de la plata. Esta característica da geografia provocava os isolamentos impedindo os negócios e comunicações entre os países na região. Este problema resolveu-se depois da aparição da civilização tecnológica moderna, como ferroviários, eletricidade, telefone, rodoviários, aviãos, etc (KEEN e HAYNES, 2013, p. 26).

Os colonizadores Europeus, especificamente da Espanha e Portugal nos séculos 15~16, cortaram a tradição das civilizações indígenas, que estavam altamente desenvolvidas. E,

transformaram a região mestiçando as várias raças. Além do Brasil, em que se fala Português, em quase todos os países , fala-se Espanhol[9], e tem a influência absoluta da religião católica. Como assim, podem encontrar-se muitos elementos comuns com os países colonizadores, como idioma, religião, costume, cultura, etc.. No presente estudo, embora existem 13 países na América do Sul, não se incluirá a Guiana Francesa.

Tabela 3. Dados gerais da América do Sul

	Área (km^2)	População (2014 est.)	PIB (US$ bil.) (2014 est.)
Argentina	2.780.400	43.024.374	540,164
Bolívia	1.098.581	10.631.486	34,425
Brasil	8.514.877	202.656.788	2.353,025
Chile	756.102	17.363.894	257,968
Colômbia	1.138.910	46.245.297	384,901
Equador	283.561	15.654.411	100,755
Guiana	214.969	735.554	2,997
Paraguai	406.752	6.703.860	29,704
Peru	1.285.216	30.147.935	202,948
Suriname	163.820	573.311	5,297
Uruguai	176.215	3.332.972	55,143
Venezuela	912.050	28.868.486	205,787
total	17.731.453	405.938.368	4.173,114

	Governo	Lingua (Official)	Religião (o maior)
Argentina	República presidencialista	espanhol	Católico
Bolívia	República presidencialista	Espanhol, Quíchua, Aimará	Católico
Brasil	República presidencialista	Portugues	Católico
Chile	República presidencialista	espanhol	Católico
Colômbia	República presidencialista	espanhol	Católico
Equador	República presidencialista	espanhol	Católico
Guiana	República semipresidencialista	Ingles	Protestante, Hindu
Paraguai	República presidencialista	Espanhol, guarani	Católico
Peru	República presidencialista	Espanhol, quechua, aymara	Católico
Suriname	República presidencialista	Holandês	Protestante, Hindu
Uruguai	República presidencialista	espanhol	Católico
Venezuela	República presidencialista	espanhol	Católico

Figura elaborada pela autora. Fonte: Área, população, lingua oficial e religião: World Fact book de CIA
PIB : World Economic Outlook Database April 2015 de IMF

[9] Além de Espanhol e Português, as línguas de indígenas falam-se em algumas regiões. Especialmente, Língua Quíchua, em Peru, Língua Guaraní, em Paraguai, e Língua Quíchua e Aimará, em Bolivia, falam-se como língua oficial junto com espanhol.

3 A classificação da formação dos CRS pela intensidade da ameaça

Este Capítulo é destinado a investigar as análises e avaliações nos livros do Buzan e Waever, e como é que se estão procedendo os assuntos relativos, com quatro fatores a definirem a intenisdade da ameaça mencionada no capítulo 1, entre os quais se incluiríam Concretude da ameaça, Probabilidade de realização da ameaça, Existência de experiência histórica e Relação cordial entre os países.

3.1 Concretude da ameaça

O concepto da segurança está sendo cada vez mais ampliado. No momento, há tendência de os assuntos da ameaça tornarem-se mais generalizados ao longo da avançada da mundialização e informatização. Por exemplo, depois de 11 de Setembro, 2011, o terrorismo apareceu como uma das ameaças principais da segurança internacional do século 21. Apesar de ter diferença sobre as sensações anti-terrorismo depende dos países, a maior parte do mundo está definindo o terrorismo como uma ameaça. Na área econômica, a influência da crise financeira de um país que leva os efeitos a outros países ou a sociedade do mundo, está tornando-se uma ameaça cada vez maior para instabilidade da economia global. Tal instabilidade econômica do mundo influencia à segurança de um país soberano combinando com o problema da pobreza, o esgotamento dos recursos naturais, o terrorismo, a mudança climática, a poluição ambiental, e os grandes desastres, etc.. Além disso, o desastre natural como Tsunami ou Terremoto, e Doença contagiosa, como vírus Ebola, também apareceram como os novos assuntos da segurança para a sociedade global enfrentar em comum. Neste capítulo, referir-se-ão os aspectos das ameaças à segurança em cada duas regiões do Leste Asiático e da América do Sul. Através de tais aspectos, far-se-ão as análises e comparações dos tipos dos CRS em duas regiões.

3.1.1 Leste Asiático

Nesta região, o fenômeno chamado “Paradoxo Asiático[10]“ está permanecendo. O “Paradoxo Asiático” quer dizer a situação em que apesar de serem cada vez mais integrados e

[10] O termo do “Paradoxo Asiático” foi usado pela primeria vez no forum internacional em Outubro de 2012, que foi aberto pela comissão da cooperação entre a China, o Japão e a Coreia do Sul antes do mandato da presidenta Park Geun-Hye. Na entrevista com o Diário Coreano em Junho de 2013, antes da visita à China para a reunião bilateral com o Secretário-Geral Xi Jinping, a presidenta disse, “apareceu o fenômeno chamado o “Paradoxo Asiático” na Região do Nordeste Asiático”.

interdependentes na economia, os países da região mantêm a rivalidade que bloqueia as medidas para cooperação na segurança. Ao contrário da situação da cooperação econômica muito ativa, pela qual se estima que o pólo central da economia global se está mudando do oceano atlântico para a Ásia, as rivalidades nas despesas para armamentos, os desenvolvimentos nucleares, e os conflitos sobre território e história estão cada vez mais agravados. No presente estudo, referem-se às ameaças e os desafios da segurança apresentados no livro branco de defesa nacional e os documentos associados de cada países, a fim de abordar os assuntos da segurança na região do Leste Asiático, de maneira mais concreta e prática.

Primeiro, a ameaça apresentada em comum por todos os países é o problema sobre disputas por território e Soberania. Na região do Leste Asiático, os países estão em disputas com alta tensão pelos problemas de domínio posse das ilhas, fronteiras marítimas e os recursos naturais. Especificamente, os conflitos pelas ilhas de Senkaku (Diaoyudao) entre a China-Japão, pela ilha Dok-do entre o Japão-a Coréia, e pela Soberania do arquipélago Spratly entre a China, o Taiwan, a Vietã, as Filipinas e o Brunei, são os fatores presentes e potenciais da insegurança regional. Além disso, o conflito pela fronteira entre a China-a India e as disputas pela ilha Curilas (4 ilhas do Norte) entre a Rússia – o Japão ainda estão em processo.

Segundo, existem conflitos entre Coreia do Norte e Sul, e a China e o Taiwan, os quais são únicos países divididos na região e no mundo. Então, atualmente nos livros brancos de defesa nacional do Taiwan e da Coreia do Sul, estão apresentadas as definições concretas sobre os adversários da ameaça, que não podem ser encontradas nos outros países.

> *The PRC's military threat remains the primary challenge in our current security environment. The PRC has not renounced the use of military force against Taiwan, and its defense budget has maintained double-digit annual growth rate for over twenty years. This has driven its military development and significantly improved its weapons and equipment development capabilities, continuously enhancing its military deterrence, which forms a major threat to our national defense* (TAIWAN, 2013, p. 67).

> *North Korea poses a serious threat to our security by developing and increasing its large-scale conventional arsenal, nuclear program, missiles and other weapons of mass destruction, and by continually perpetrating acts of armed provocation such as the attack on the ROK Ship Cheonan and the shelling of Yeonpyeongdo Island. As long as these threats persist, the North Korean regime and its armed forces, which are the entities who pose these threats, will remain as our enemies* (REPUBLIC OF KOREA, 2014, p.39).

No caso da relação entre a China e Taiwan, apesar de a relação bilateral estar entrando na fase da conciliação com a base na política “Um País, Dois Sistema e Reunificação

Pacífica”, o Taiwan está definindo a força militar da China como a ameaça principal à sua defesa nacional. Entretanto, a Coreia do Sul está definindo a Coreia do Norte com a palavra “Inimigo” que já não é da “Ameaça”. Neste sentido, a defesa militar da Coreia do Sul tem como o objeto principal precaver-se da ameaça militar da Coreia do Norte (Ministrério da Defesa da República da Coréia, 2014, p. 67). Especialmente, a Coreia do Norte é considerada como o fator da inquietação não só para a segurança da Coreia do Sul, mas também do Leste Asiático, devido à probabilidade do desenvolvimentos das armas de destruição em massa como o nuclear ou mísseis balísticas de longo alcance, e dos aumentos das despesas militares.

Os problemas entre os países divididos não seriam simplesmente as disputas pelo território ou conflito entre etnias, mas também as confrontações ideológicas entre a democracia e o comunismo, que impedem de sair do legado da Guerra Fria nesta região. E, sobretudo, a intervenção profunda dos EUA está fazendo a segurança regional mais complicada.

Terceiro, as competições das despesas militares no Leste Asiático também aumentam as ameaças à segurança desta região. Os livros brancos de defesa nacional do Japão, da Coreia do Sul, e do Taiwan, são caraterizados por descreverem detalhademente as análises das forces militares dos países vizinhos. Enquanto maioritariamente os outros países resumem as situações da segurança internacional e regional em geral na parte da introdução dos livros brancos de defesa nacional, a Coreia do Sul descreveu sobre a situação e a ameaça militar da Coreia do Norte, que eles consideram como o maior potencial da ameaça, por dez páginas, com as análises concretas sobre a estratégia militar, a capacidade de armas e o sistema de armas. E também se descrevem as estratégias militares e os sistemas de armas recentemente adoptados e introduzidos por 4 países principais arredor da península Coreana, os EUA, a China, o Japão, e a Rússia. O Taiwan apresenta a análise detalhada sobre as estratégias militares e a capacidade de defesa da China por 21 páginas. Por outro lado, a China põe em ênfase a estratégia dos EUA no Leste Asiático, o Rumo ao “Estado Normal” de defesa do Japão, a disputa territorial do Mar do Sul da China, o Estado instável da segurança da Península Coreana, e o problema do Taiwan, etc., para advertir a necessidade de defesa militar, apesar de não ter analisado em detalhe dos países como três estados mencionados acima. Pode julgar-se que estas análises definam as forças militares dos países vizinhos como as ameaças presentes ou potenciais a fim de aproveitarem como a razão para a introdução e o desenvolvimento de novas armas, e suplemento estratégico de defesa nacional do próprio país.

Em 2014, estima-se que as despesas por defesa militar desses três países do Leste Asiático, entre as quais a China ocupa o Segundo lugar, o Japão ocupa o Nono lugar, e a

Coreia do Sul ocupa o Décimo lugar do mundo, são quase equivalente à nível do PIB de cada países (SIPRI, 2015). Porém, no momento, os negócios em que eles concentram mais, são da capacidade da destruição fatal e da precisão, e da capacidade de ataque de longo alcance. Além disso, eles tentam melhorar a capacidade de reconhecimento do campo da guerra, do comando de operação, da realização estratégica e da velocidade através de várias informatizações. Estas tendências intensificam as competições das despesas em defesa militar entre cada país, aumentando a preocupação e a desconfiança entre cada outros sobre suas intenções militares (HA, 2012, p.254~256).

Quarto, existem a instabilidade social e as ameaças de terrorismo que acontecem nomeadamente na região do Sudeste Asiático. Em 2014, os conflitos internos estão seguindo em quatro países, o Myanmar, a Indonésia, a Tailândia e as Filipinas. As causas históricas que derivaram esses conflitos são os seguintes abaixo.

O Myanmar era uma colônia do Reino Unido desde o fim do século 18 até ao meio do século 19, por 60 anos. Ele conseguiu a sua independência oficial em janeiro de 1948, através da aprovação no parlamento britânico, depois da derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. Mas, após a sua independência, a pressão do regime militar que foi formado maioritarimente pelos Birmanes, que são a etnia principal de Myanmar com 70% da população), aprofundou-se, e seguidamente entrou-se na fase do combate militar entre os exércitos do governo e outras 10 etnias em minoria insistindo em cada independência nas regiões doeste que fazem fronteiras com a China, a Tailândia, e o Laos. Desde o início do mandato do regime militar, conseguido pelo golfo do estado em 1962, os movimentos armados da independência têm se transformado nas lutas contra ditatura. Nos últimos anos, o nível da confrontação entre o governo militar e os exércitos rebeldes tem se aliviado. Contudo, vê-se que os conflitos na região continuam até a estabilidade socio-política e a dinamização econômica, numa fase da transformação democrática do sistema política do Myanmar, e da garantia dos direitos humanos com a abolição da descriminação das étnia em minoria da sociedade.

A Indonésia é o maior país do arquipélago do mundo (possui 17,000 ilhas e 55,000km da linha costeira). Tem uma variedade das tradições, tais como as raças, as religiões, as línguas e as culutras. A sua condição geográfica é considerada o obstáculo para a integração e o desenvolvimento do país. Especialmente, desde o princípio dos anos 70, levantaram-se os movimentos da independência em 3 regiões da Ilha Sumatra, que são Aceh, Timor Leste, Papua Ocidental. Este conflito foi derivado da complexidade das causas como a desigualdade do desenvolvimento dos recursos naturais e da distribuição dos lucros entre o governo central

e regiões, o conflito político-ideológico, o antagonismo religioso, etc. Em agosto de 1999, o Timor Leste praticamente ganhou a sua independência, e na região de Aceh, entrou-se na fase de cessar-fogo depois do desastre Tsunami em 2004. Neste momento, a Papua Ocidental é a única região que mostra o conflito em nível baixa. O governo da Indonésia está tomando as medidas de duas faces sobre a região de Aceh e Papua Ocidental, das quais uma é a "Reação incondicional de militar em ocasião de emergência", e outra é a "Qualificação da Autonomia Especial" , para que não aconteça de novo uma ocasião semelhante ao caso do Timor Leste. À parte destes movimentos para separações, as forças de extremistas muçulmanos estão em atividades na Indonésia, tais como JI(Al-Jamaah al-Islamiyah), FPI(Front Pembela Islam), HTI(Hizbut Tahrir Indonésia), e por consequência, provocam-se os desassocegos sociais. Sobretudo, é provável que o Grupo de JI, que está suspeito pelos terrorismos de Bali em 2002, do Hotel Jakarta Marriott em 2003, da Embaixada da Austrália em 2004, e de Bali novamente em 2005, supostamente tenha uma ligação do exterior com os grupos armados islâmicos da Malásia, das Filipinas e do Sudoeste Asiático, bem como os da Indonésia (KIM, 2009, p. 57).

No caso da Tailândia, a grande parte dos conflitos internos ocorre na região do sul, onde faz a fronteira com a Malásia. Especificamente, esta região é a única região que tem a maioria da população muçulmana dentro do país muito budista (95% das populações são budistas). Os habitantes desta região têm maioritariamente a raça, a língua e a cultura que pertencem ao grupo étnico Malaio, distintos da étnia tailandesa. Os conflitos do sul, que se partiram dos movimentos da separação e independência com a base histórica e religiosa, mostraram uma fase diferente de antes e a partir do ano 2000. Não obstante que o objeto superficial seja a construção do país independente dos Muçulmanos, a legitimidade política e ideológica está tornando-se cada vez mais frágil devido à ampliação das formas do grupo armado. As características de Terrorismo indiscriminado por bombas, assassinato, a decapitação e a sequestração passaram a ser mais intensificadas, e a ligação a Jihadistas Globais está suspeita.

Nas Filipinas, o combate armado contra o governo começou em torno do ano 1970. A grande parte dos grupos armados tem consistido no braço armado Comunista e o grupo armado da independência dos muçulmanos. O Novo Exército Popular (NPA: *New Peoples' Army*) separou-se do Partido Comunista das Filipinas (CPP: *Communist Party of the Philippines*) em Março de 1968, e estabeleceu as suas bases para guerrilha-rebeldes-terrorismo nas ilhas de Luzon e Mindanao. Entre os outros grupos armados principais contra o governo, existe o grupo islâmico, que atua o seu combate armado na ilha Mindanao do sul do

país, para construir o país islâmico[11]. As organizações principais são o *Moro National Liberation Front* (MNLF), *Moro Islamic Liberation Front* (MILF), e o *Abu Sayyaf Group* (ASG), e além disso, também existe os pequenos grupos em minoria. Em Março de 2014, o governo das Filipinas assinou o acordo da paz com o MILF. Mas alguns grupos armados do MILF não concordaram ao acordo da paz com o governo, continuam os movimentos contra o governo fazendo os combates esporádicos, as sequestrações e os terrorismos. As intervenções diretas e indiretas dos países em solidariedade ideológica ou religiosa (NPA – China, MILF / ASG – Grupos armados dos Muçulmanos na Malásia e Indonésia, Al Qaeda, etc.) estão chamando as atenções à nível internacional. Por esta razão, os EUA têm oferecido às Filipinas as ajudas militares (Equipamentos, Armamentos, Tecnologia, etc.) equivalentes a 500-600 milhões de dólares em cada ano para eliminar os grupos armados islâmicos. E 300 pessoas da tropa Americana estão fazendo o exercício militar e a atividade do apoio informático no sul das Filipinas.

Além disso, nesta região, existem as ameaças transnacionais como os crimes das drogas, compra e venda de corpos humanos, piratas, e os problemas ambientais. No caso dos crimes das drogas, o estado Shan da Birmânia, que produz e fabrica o ópio para exportação, dominando o "Triângulo do Ouro", o nome designado para a zona planalto que faz as fronteiras com os países produtores de ópio, a China, a Tailândia, o Laos, e o Myanmar, e ameaçando os governos legais dos países vizinhos, mostra bem a força intensa das redes das drogas (HAN et al., 2010, p. 41). Associadas a organizações criminosas, como o Mafia da Rússia, o Yakuza do Japão, e Triade da China, tornou-se uma ameaça relativa à Ásia toda bem como a região do Sudeste Asiático.

Com respeito a comércio de corpos humanos, 60% de compra e venda do mundo acontecem na região do Sudeste Asiático, e quase um terço de crianças e mulheres vitimizados é da mesma região. O lugar onde as mulheres de todo o mundo são exploradas sexualmente também é a mesma região (HAN et al., 2010, p. 21).

A região do Leste Asiático situada geograficamente no Círculo de fogo do Pacífico, especificamente as ilhas de Malaio, das Filipinas e do Japão, tem placas da crosta terrestre muito instável e alta frequência da atividade vulcânica e terremoto. Especialmente, o grande terremoto e Tsunami que ocorreram na Indonésia em 2004, e no Japão em 2011, despertaram

[11] Nas Filipinas, criaram-se várias separações raciais, religiosas e culturais ao longo da historia da colonização pela Espanha (1571-1898), EUA (1898-1946), e Japão (1942-1945). A Espanha difundiu a Católica, e os EUA introduziram o Protestantismo. Antes do domínio espanhol, a religião islâmica já se transmitiu ao redor da ilha Mindanao. Em 2014, 83 % dos habitantes pertence a Católico, enquanto 10% a Protestantismo, 5% a Islão, e 2% a outros.

a consciência da segurança ambiental. Além disso, o furacão, a inundação e o desmoronamento de terra, que provocaram grande dano humano e econômico, surgiram-se como os novos assuntos da segurança regional que precisam da cooperação entre países da região.

Por tanto, neste momento, a ameaça da segurança que se considera mais polêmica na região seria o problema das disputas sobre território e soberania. E, as ameaças à segurança em dois subcomplexos do Leste Asiático, que são Nordeste Asiático e Sudeste Asiático, representam grande diferença entre si mesmos. Os assuntos importantes no Nordeste Asiático ainda estão focalizados em ameaça convencional, tais como confrontação militar entre duas Coréias, os conflitos sobre a independência do Taiwan entre a China e o Taiwan, e a China e os EUA, o problema nuclear da Coreia do Norte, o aumento das despesas de defesa, etc.. No Leste Asiático, com exceção de alguns países Sudeste, como as Filipinas e a Indonésia, a guerra ao terror dirigida pelos EUA não interessa aos países do Nordeste Asiático. O sistema político e a economia nacional estão em estabilidade e os crimes das drogas ou comércios de corpos humanos ainda não está influenciando o país, não obstante que seja impossível completamente liberado dos problemas. No entanto, na região do Sudeste Asiático, com exceção das disputas sobre território e soberania do Mar do sul da China, e entre a Tailândia e a Camboja, a maior preocupação é o problema do terror devido a instabilidade política-econômica de cada país e a pobreza, então, consequentemente os terrorismos por grupos armados contra governo ou organizações extremistas dos muçulmanos. Como mencionado acima, os países asiáticos como o Myanmar, o Laos e o Camboja estão ganhando-se uma infâmia por serem supostamente os países produtroes e fornecedores das drogas principais, assim como os pontos onde têm o maior comércio e tráfico de mulheres e crianças. Por esses fatos, pode ver-se que o Sudeste Asiático se expõe mais ante as ameaças inconvencionais do que as convencionais.

Na tese do Buzan em 2009, ele argumentou sobre “macrosecuritization” e “security constellation” demonstrando que os níveis da análise e compreensão e níveis de intervenção em “security constellation” são diferentes depende de cada assuntos de segurança , mostrando um “macrosecuritization” (BUZAN, 2009, p. 259). O gráfico de “constellation” do Leste Asiático seria assim.

Figura 2 - Macrosecuritização do Leste Asiático

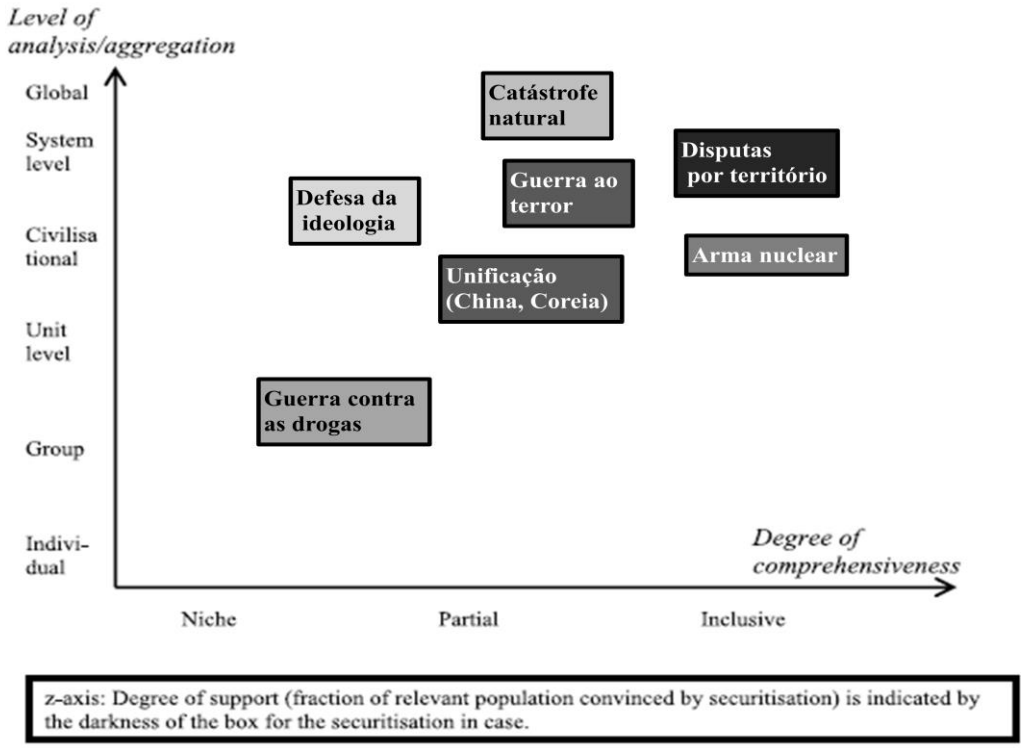


Figura elaborada pela autora com base em Buzan (2009, p. 259).

3.1.2 América do Sul

Do ponto de vista das questões de defesa e segurança, a situação sul-americana é paradoxal com outro sentido do Leste Asiático: se, de um lado, a região se destaca pela ausência de guerras formais, por outro, enfrenta sérios problemas relativos à fragilidade do império da lei e ao alto grau de violência social. O cenário decorrente de tal paradoxo sugere uma interessante situação em que a lógica do dilema de segurança de John Herz (HERZ, 1950) estaria invertida. Ou seja, no caso sul-americano, as maiores ameaças teriam origem não em políticas de poder adotadas por Estados, mas na incapacidade destes de adotarem políticas públicas no enfrentamento de suas vulnerabilidades sociais. Neste caso, os principais problemas não seriam "de" fronteira - questão de defesa -, mas estariam "na" fronteira – questão de segurança. Sob tal inversão, a ameaça passaria a ser o vizinho fraco, incapaz de controlar seu próprio território, e não o vizinho forte (FILHO, 2014, p. 22-23).

E um assunto de ameaça muito relativa nesta região é o narcotráfico. O narcotráfico é composto por fluxos que atravessam fronteiras e, ainda que provenha do exterior, não é composto por forças estatais ou paraestatais, mas por grupos privados atuando em um negócio transterritorial, sem objetivos políticos tradicionais. São empresas ilícitas transterritoriais, pois

têm, simultaneamente, bases e atuação locais (produção e comercialização) e trânsito transnacional, ultrapassando fronteiras políticas para sua realização como negócio. O país que mais tem concentração disso é Colômbia. O caso colombiano explicita a dupla situação na qual a "guerra às drogas" envolve interesses estadunidenses e objetivos políticos locais. O atual conflito interno no país data dos anos 1960, com procedências remontando pelo menos ao final dos anos 1940, envolvendo guerrilhas de esquerda, o Estado e, posteriormente, grupos paramilitares de direita (PÉCAUT, 2010). O aparecimento dos grupos narcotraficantes no final dos anos 1970 tornou ainda mais conturbado o panorama dos múltiplos enfrentamentos armados no país. Para os governos da Colômbia e dos EUA, desde as declarações de Reagan nos anos 1980, guerrilheiros e paramilitares estão envolvidos, em algum grau, como narcotráfico internacional. Com isso, o problema do conflito civil colombiano coligaria o tráfico de drogas às principais ameaças ao Estado, configurando um caso de segurança nacional (VILLA; OSTOS, 2007). Nesse ponto, nota-se a convergência de interesses, nos discursos diplomático-militares dos EUA e da Colômbia, da definição do narcotráfico como um problema de segurança nacional.

Assim, não foi em um contexto sem procedências que o presidente Andrés Pastrana anunciou, em 1999, a existência de negociações de seu país com os EUA para a elaboração de um amplo pacote de ajuda destinado a combater o narcotráfico. Não obstante, a abrangência e o valor do financiamento – em torno de US$ 7 bilhões – foram inéditos no histórico dos programas militares dos EUA. Em princípio, o Plano Colômbia, como foi nomeado o pacote de ajuda militar iniciado em 2000, liberava financiamento para as ações antidrogas, mas não especificamente para o combate às guerrilhas, notadamente, as FARC. Todavia, após os ataques terroristas de setembro de 2001 e da declaração de guerra ao terror pelos EUA, as restrições para o emprego da força terminaram, pois tanto as FARC quanto o Exército de Libertação Nacional (ELN) e os paramilitares, classificados todos como grupos terroristas, teriam seu combate justificado pela acoplagem realizada então entre a *war on terror* e a *war on drugs* (LABROUSSE, 2005). Desse modo, a partir de 2001, as guerrilhas passaram a ser alvo de ataques massivos do Estado colombiano – notadamente as FARC –, sofrendo sérias derrotas que incluíram a libertação de notórios reféns – como a ex-senadora Ingrid Betancourt, em 2008 – e o assassinato de líderes, como Raúl Reyes, também em 2008, tido como segundo na hierarquia de comando das FARC. Fragilizadas, em uma situação muito diferente de uma década atrás, quando contavam com uma zona desmilitarizada na qual puderam abrigar-se com segurança, as FARC retrocederam no final dos anos 2000, em níveis de organização e operacionalidade precários.

Embora o continente sul-americano seja uma área pacífica, existem os conflitos interestatais que ainda se mantêm em decorrência de questões de fronteira não completamente resolvidas. Destacam-se: 1) entre Chile e Bolívia por esta reivindicar seu direito de saída para o mar; 2) entre Colômbia e Venezuela quanto a delimitação da plataforma continental do Golfo da Venezuela (ou Golfo de Maracaibo); 3) Venezuela e Guiana acerca da bacia do Rio Esequibo.

O conflito entre Bolívia e Chile, iniciou-se após o fim da Guerra do Pacífico, de forma que, a partir de então, se iniciou uma série de tratativas entre os dois países, o que fez gerar um direito bilateral de ordem regional no sentido de garantir à Bolívia seu direito de acesso ao mar, de maneira complementar e anterior ao regime multilateral (CAMPOS; SÁ NETO, 2014). A questão até a presente data encontra-se sem resolução, fazendo com que o Chile seja o único país do hemisfério sul com o qual a Bolívia não mantém relações diplomáticas, em razão de todo o desgaste ocorrido durante o século XIX e início do presente século. Muito mais do que questões políticas e estratégicas, o problema tem reflexos na ordem econômica boliviana, o que faz com que o tema ganhe mais relevância a partir das novas tendências do direito internacional em um sistema multilateral. Passaremos, em seguida, a discutir a questão do direito de acesso ao mar por parte da Bolívia, desde uma perspectiva do direito do mar.

E Mares (2001) destaca que a contestação em relação ao Golfo da Venezuela é a mais importante disputa fronteiriça dentre as várias desavenças de fronteira existentes entre Colômbia e Venezuela; além disso, outras questões como a imigração ilegal, a transposição da guerrilha colombiana e o aumento do contrabando, bem como a ampliação da capacidade militar, são tensões que estão presentes na relação dos dois países. Embora ambos sejam regimes democráticos e tenham trabalhado para aumentar sua integração econômica, o seu relacionamento é um dos mais conflitivos contemporaneamente na América do Sul (PAGLIARI, 2011).

Encontra-se na América do Sul a Amazônia, que tem sido foco da atenção nacional e internacional, um tema central no debate político sobre o efeito estufa e suas consequências para o clima. A sua importância estratégica pode ser vista como decorrência da sua dimensão continental, por ser a maior bacia hidrográfica do planeta e a mais extensa floresta tropical da superfície terrestre, com enorme quantidade de recursos naturais renováveis e não renováveis. Enquanto isso, as demandas do mercado global por água, energia, alimentos, biocombustíveis e fármacos, bem como a crescente preocupação mundial com os riscos para a humanidade, decorrentes de práticas ambientais destrutivas, aumentaram a importância geopolítica da Amazônia e de seus recursos naturais. Durante as últimas décadas, a região tem sido foco de

tensões devido, principalmente, a pressões e interesses internacionais sobre os países da região, fundamentado nas questões de direitos humanos e problemas indígenas, na proteção do meio ambiente, no acesso às riquezas do local e no incremento da ocorrência de ilícitos transnacionais. Estes problemas, aliados à dimensão continental e à sua riqueza, fazem da Amazônia objeto de preocupação e atenção dos respectivos governos, quanto a sua segurança e defesa, pois podem contribuir para uma instabilidade política e militar.

Figura 3 - Macrosecuritização da América do Sul

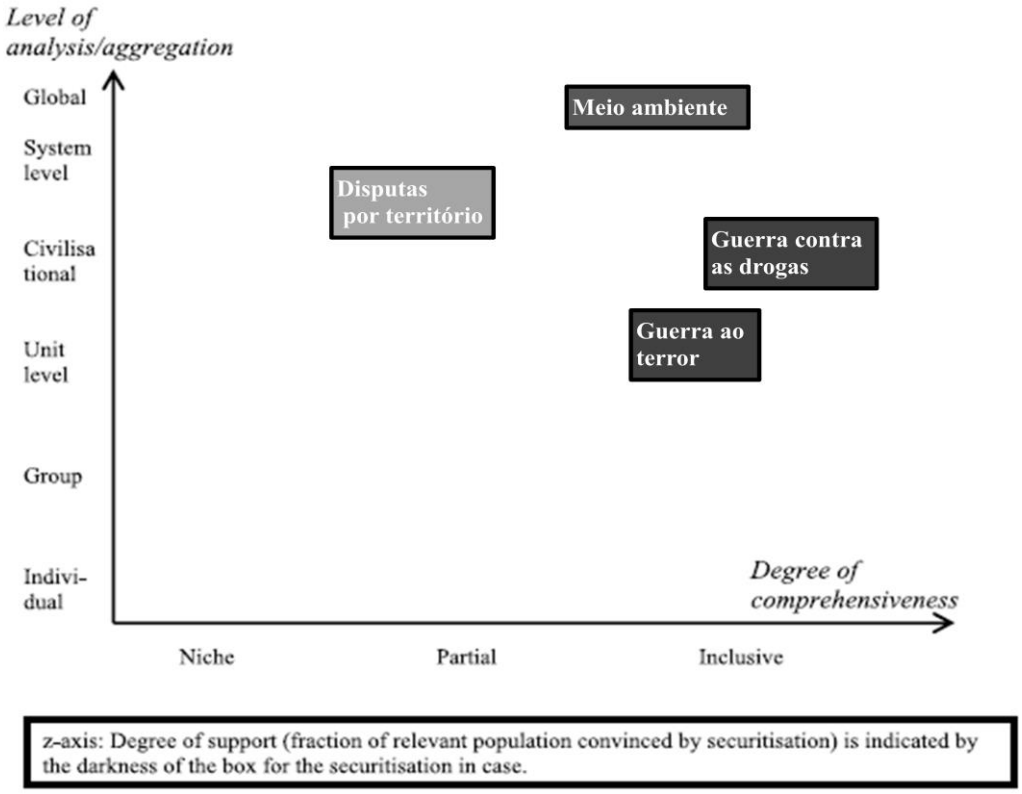


Figura elaborada pela autora com base em Buzan (2009, p. 259).

3.2 Probabilidade de realização da ameaça

A probabilidade de realização da ameaça abrange a probabilidade dos atos presentes que provocam as ameaças, por exemplo, a ocorrência da guerra entre países, o ato militar a pequena escala ou a medida da sanção diplomática, etc.. Neste parágrafo, argumenta-se-á da probabilidade dos atos militares e diplomáticos no sentido prático, aproveitando os assuntos da ameaça que se abordaram na parte da Concretude da ameaça.

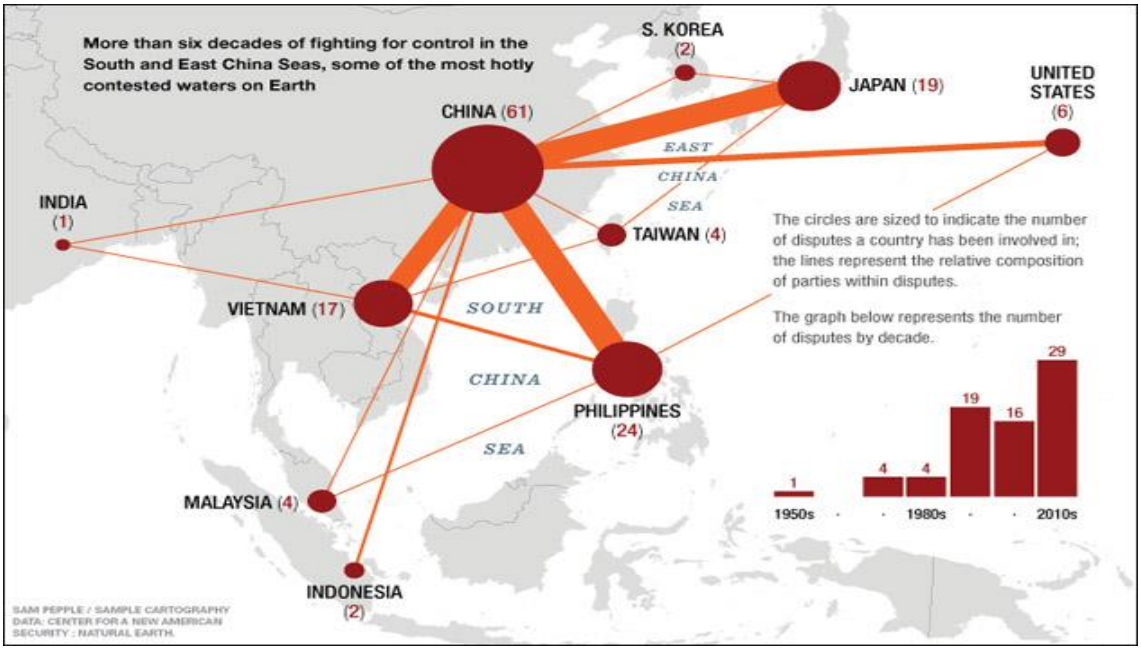
3.2.1 Leste Asiático

Os seguintes são os casos das disputas sobre o território e a soberania na região que estão acontecendo.

Mapa 2 – os conflitos do território no Leste Asiático

Fonte: EASTERN ASIA…. (2011)

Figura 4 - Números das disputas no Leste Asiático desde o ano 1950



Fonte: A GUIDE TO…, 2012.

Primeiro, as regiões que chamam mais atenção do mundo são o Mar do Sul da China, que é a região em disputa entre a China e os países do Sudoeste, e as ilhas de Senkaku (chamadas Diaoyu dao na China) , que estão em disputa entre a China e o Japão. O Mar do Sul da China é o mar que se situa no sul da China, limitado por 6 países, a China, o Taiwan, a Vietnã, as Filipinas, a Malásia, e o Brunei. Na área marítima, existem 4 grandes arquipélagos, que são o arquipélago de Spratly, Paracel, Macclesfield, e Pratas. Ele tem uma área total de cerca de 3,5 milhões km^2, e supostamente o potencial do gás natural de cerca de 7500 km^3 e do petróleo de 28~30 bilhões toneladas. E, uma vez que o mar liga o estreito de Malaca e Singapura, até ao estreito do Taiwan, mais de 60 % de volume de tráfego de petróleo e cerca de uma metade da logística do todo o mundo passam por o mar do sul da China. Se vê as razões por soberania de cada país, em primeiro lugar, a China enfatiza a sua soberania baseada no rumo histórico. O Vietnã enfatiza também o rumo histórico e a aproximação geográfica. As Filipinas enfatizam a aproximação geográfica e o domínio antecedente das ilhas desabitadas, e a Malásia e o Brunei insistem nas suas soberanias de acordo com os convênios marítimos sobre a plataforma continental, enfatizando também as suas aproximações geográficas. Estes 6 países são os agentes interessados nas ilhas de Spratly, e a China e o Vietnã estão em disputa sobre as ilhas de Paracel. No entanto, a china, o Taiwan e as Filipinas estão disputando sobre a soberania das ilhas de Macclesfield, e o Taiwan está ocupando as ilhas de Pratas. Neste momento, as disputas nomeadamente estão concentradas nas ilhas de Spratly e Paracel. No caso das ilhas de Spratly, desde a primeira confrontação armada entre a China e a Vietnã, em 1988, ainda não se tem ocorrido outra confrontação entre os interessados. Contudo, nas ilhas ocupadas por cada país[12], instalaram-se os equipamentos militares, instalação observadora, e os outros associados sob as estruturas, e eles estão prosseguindo. No caso das ilhas de Paracel, as disputas diplomáticas entre a China e o Vietnã estão prosseguindo, iniciadas da confrontação militar entre dois em 1974. Especialmente, em março de 2009, os navios chineses tomaram as medidas da ameaça aos navios desarmados de inspeção dos EUA no mar do sul da China aproximando-se deles para impedir de seguirem a sua rota, de tal maneira que isso foi caraterizado por ser a primeira confrontação militar entre a China e os EUA após o mandato do Obama[13]. Além disso, o conflito sobre a exploração do

---

[12] Como já dito anteriormente, os países interessados em conflitos são a China, o Taiwan, a Vietnã, a Malásia, as Filipinas, e o Brunei. Os 3 países, a China, o Taiwan, e a Vietnã proclamam as suas soberanias de todas as ilhas na zona do mar, enquanto a China, o Taiwan e as Filipinas proclamam as suas soberanias de todas as terras submarinas. E, outros interessados insistem em suas soberanias sobre certas zonas marítimas. Agora, 10 ilhas estão dominadas pela China, 1 ilha pelo Taiwan, 24 ilhas pela Vietnã, 6 ilhas pela Malásia, e 7 ilhas pelas Filipinas. O único país que não tem nenhum domínio das ilhas é o Brunei.

[13] "*U.S. navy provoked South China Sea incident, China says*.", New York Times, 3/10/2009, Disponível em: <

petróleo em volta das ilhas de Paracel, no ano 2014, acabou por ser ampliado ao conflito físico entre a China e o Vietnã com os disparos das artilharias da agua[14].

O problema das disputas sobre as reivindicações da soberania no mar do sul da China tornou-se uma competição muito estratégica com mais complexidade após Obama ter declarado o retorno dos EUA à Ásia. As relações ligadas a confrontações em torno do mar do sul da China podem ser resumidas como os seguintes. ① Confrontação forte entre a China e os outros países relacionados, ② Conflito suave entre a China e o Taiwan, ③ Conflito suave entre a China e os países da ASEAN, ④ Tensão suave entre os países da ASEAN, ⑤ Ligação fraca entre os países associados com exceção da China, ⑥ Relação aliada entre os EUA e as Filipinas, ⑦ Ligação fraca entre os EUA e a Vietnã, ⑧ Confrontação suave entre a China e a Índia, ⑨ Confrontação entre a China e os EUA, etc.. Então, pode ver-se que um confrontação como ① está mudando para uma nova fase como ⑨ Sobretudo, penso que a China tenta a aproveitar os conflitos no mar do sul da China a fim de constranger às ações dos EUA à nível internacional (KIDA, 2012). Por exemplo, a intensificação da tensão entre a China e as Filipinas, desde 2012, que nunca se agravou tanto anteriormente, ou a pretensão chinesa de pôr na mesa da reunião das cúpulas do Leste Asiático, e do ARF (Fórum Regional da ASEAN), o problema do mar do sul da China, pode ser considerada como uma das estratégias chinesas contra os EUA. Ao longo dos anos, a China tem enfatizado cada vez mais sobre a ameaça da intervenção dos EUA na região e a importância do mar do sul da China no seu livro branco de defesa nacional. Neste sentido, a China está prosseguindo a introdução dos armamentos da alta tecnologia, para desenvolver o conceito passado da força naval costeira para a força naval do Oceano. A disputa sobre as reivindicações da soberania do mar do sul da China é um problema em que os interesses econômicos e estratégicos militares de muitos países estão envolvidos. Por tanto, embora não seja fácil acontecer confrontações militares, caso aconteça, a região colocar-se-ia muito provavelmente em perigo de ser envolvida nos conflitos em nível internacional.

As ilhas de Senkaku (Designação Japonesa) / Diaoyu dao (Designação Chinesa) são localizadas a 410 km de Okinawa do Japão, em direção sudoeste, e a 330km do lado leste do continente chinês, no mar oriental da China, consistindo em 8 ilhas desabitadas, cuja área total é 6,32 km2. De fato, as ilhas estão administradas pelo Japão, e a sua soberania está disputada por 3 países, o Japão, a China e o Taiwan. Os conflitos sobre a reivindicação da soberania das

---

http://www.nytimes.com/2009/03/10/world/asia/10iht-navy.4.20740316.html?_r=0 >

[14] "Tensions rise in South China Sea as Cietnamese boats come under attack", The Guardian, 7/5/2014, Disponível em: < http://www.theguardian.com/world/2014/may/07/chinese-vietnamese-vessels-clash-south-china-sea >

ilhas de Senkaku têm a ver com a probabilidade do potencial de petróleo nas zonas marítimas das cercanias, a indeterminação da zona exclusiva econômica do mar e da fronteira da plataforma continental, e o ponto importante para o tráfico entre o Médio-oriente e o Leste Asiático. Esta região tornou-se uma zona de conflito a partir de 1992. Em fevereiro de 1992, a China aprovou a Lei de Águas Territoriais [15] que, essencialmente, acabou por formalizar a reivindicação do conjunto das ilhas do Mar do Sul da China, incluindo as ilhas de Spratly, Paracel, e as ilhas de Senkaku /Diaoyu. Especialmente, em Setembro de 2010, o incidente da colisão entre os navios de patrulha da Guarda Costeira do Japão e um barco de pesca chinês, que acabou por o capitão chinês do barco ter sido preso pela Guarda Costeira do Japão, transformou o conflito na zona de Senkaku em uma das piores disputas diplomáticas. Em consequência, a China decidiu reagir ao Japão proibindo a exportação de terras raras para o Japão. Depois, aumentaram-se os navios de patrulha em torno da zona das disputas entre dois países, e os navios da marinha começaram a sua vigilância estando em disposição para confrontação emergente. Em 2012, o regime do primeiro-ministro Noda proclamou a nacionalização das ilhas de Senkaku, e em abril de 2013, a China oficializou pela primeira vez o seu discurso de que as ilhas Diaoyu são os interesses essenciais do país chinês. A China está em posição de que não irá deixar de usar a sua defesa militar para guardar os seus interesses essenciais. No fim do ano 2013, a nova administração do primeiro-ministo Abe Shinzo declarou que o território Japonês deveria ser guardado pela própria força Japonesa e não iria perdoar nenhuma tentativa de transformar o estado por outras forças. E, ela entrou numa fase de fortalecimento da guarda das ilhas Sudoeste incluindo as ilhas Senkaku, deliberando o uso da força militar na mesma região. Recentemente, as incursões dos navios chineses no território marítimo do Japão acontecem com alta frequência, consequentemente, a probabilidade da colisão militar entre dois na cercania das ilhas Senkaku/Diaoyu , tal como o desafio de aviões militares do Japão, tornou-se inevitável (YAKABI, 2015).

Na região do Leste Asiático, existem dois pares de Estados divididos em que compartilham mesma história e língua étnica, mas coexistem sob regimes diferentes nas regiões divididas em duas por causa do confronto ideológico. Pode-se dar o exemplo das relações entre China/Taiwan, e Coreia do Sul/Coreia do Norte. Isto não só o problema do conflito entre cada Estados divididos, mas também um grande assunto da segurança da região

[15] A Lei de Águas Territoriais define as Águas Territoriais como “Zonas Adjacentes ao seu Território das Terras”. No Artigo 2, define-se que “o território da República Popular da China abrange o Continente da China e as ilhas ao longo da costa ; Taiwan e outras ilhas a ela pertencentes, incluido a Ilha Diaoyu; as Ilhas Penghu; a Ilha Dongsha ; a Ilha Xisha ; a Ilha Zhongsha ; a Ilha Nansha ; bem como todas as outras ilhas pertencentes à República Popular da China.” A promulgação da China desta Lei provocou a resistência diplomática do Japão devido à apresentação definitiva da soberania sobre as Ilhas Senkaku / Diaoyu.

do Leste Asiático que abrange os problemas complexos sobre a intervenção dos EUA ou a crise nuclear da Coreia do Norte.

O termo geral que descreve a relação entre a China e o Taiwan refere-se a relações interestreito (Cross-Strait relations)[16]. Os encruzilhamentos das confrontações e cooperações nas relações interestreito têm mudado em grande parte depende das posições dos regimes dos cada estados[17] (KIDA, 2014). Este fato reflete a possibilidade de ambos os países retornarem a relações de conflito, em qualquer tempo, depende de mudança de regimes. E, deve notar-se que além da China e o Taiwan, os EUA são também um agente importante nas relações interestreito. A posição geográfica e estratégica do Taiwan é considerada como um ponto importante pelos EUA para dominar a influência na Ásia e instalar o contra-ponto à China. Para os EUA, a perda da sua influência no Taiwan significaria a perda do seu poder do controle contra a China. Se se sucede assim, o estatuto estratégico dos EUA na Ásia diminuir-se-á. O Taiwan também precisa de ter o apoio dos EUA para a sua independência. Por exemplo, a venda de armas dos EUA ao Taiwan considera-se sempre como um assunto importante para as relações interestreito. Neste momento, estima-se que tem a possibilidade baixa de que as ações militares sejam ativamente tomadas entre a China e o Taiwan. Visto que o poder militar assim como econômico da China prevaleceu altamente do Taiwan, a probabilidade do domínio da China pelo Taiwan tornou-se muito baixa, e suceder-se-ia a intervenção militar dos EUA, caso a China realize o uso de armas sobre o Taiwan. Para a China, que deseja o crescimento estável da sua economia, a manutenção do estado atual será mais importante do que a unificação, desde que o Taiwan não declare fortemente a sua independência (KIDA, 2014). Porém, como já dito acima, as relações entre dois estados podem ser mudadas conforme o regime que estiver no poder. E, as disputas territoriais sobre o

---

[16] As relações interestreito iniciaram-se desde a aparição de dois regimes distintos na China e no Taiwan. Cedido o território do Taiwan para as forças aliadas, em Agosto de 1945, depois da rendição incondicional do Japão, o Partido Kuomintang (os nacionalistas) tomou o controle da ilha de Taiwan. Depois, o Kuomingtang foi derrotado pelo partido comunista da China na guerra civil, e em 7 de Dezembro de 1949, decidiu mudar o seu centro político da República da China para Taiwan, e o governo do Kuomingtang chegou a erigir-se na cidade Taipei, em 11 de Dezembro de 1949. Entretanto, no continente da China, proclamou-se a República Popular da China fundada pelo partido comunista da China. Os conflitos e as cooperações entre a República popular da China e a República da China têm continuado subsequentemente repetindo-se.

[17] Desde 2008, iniciado o mandato do presidente Ma Ying-jeou, as relações interestreito começaram a ser melhoradas. O presidente sugeriu a nova política de Três-Nãos, que contêm Não Independência, Não Unificação, Não Uso de Armas, e a China, que tinha tomado ações baseadas na política da isolação do Taiwan, reconheceu a participação do Taiwan na Assembléia Mundial da Saúde, em Maio de 2008, em qualidade de observador, de tal modo que ambos países mostraram os seus resultados da cooperação. Especialmente, na área da Economia, o Taiwan e a China continental estão ampliando a sua cooperação, negociando a assinatura de Um Acordo Quadro de Cooperação Econômica (Economic Cooperation Fraimwork Agreement, ECFA). Eles estão também procurando as cooperações militares e da segurança. Sobretudo, eles têm mostrado as reações conjuntas a outros estados, embora ainda existem as disputas das soberanias sobre o mar do sul da China e as ilhas de Diaoyu/Senkaku.

mar do sul da China poderão ser, em qualquer momento, o grande potencial de conflito entre dois estados.

A divisão da Coreia iniciou-se com as ocupações dos EUA e a União Soviética nos dois lados divididos pelo Pareleo 38 N, a linha de latitude, após a rendição do Japão em 1945[18]. Rebentada a Guerra Coreana pela ação militar da Coreia do Norte sobre Coreia do Sul, em Junho de 1950, a península está no estado de cessar-fogo sob a superintendência da ONU, dividindo-se pela linha da demarcação atual, desde o acordo de cessar-fogo assinado em Julho de 1953. Neste momento, diferidas das relações entre a China e o Taiwan, em que não se autorizam terem as relações oficiais com outros países em simultâneo por causa da declaração de "uma China", duas Coréias podem estabelecer ao mesmo tempo as relações oficiais com outros países. Em 1991, ambos os estados da Coréia foram aceitos na ONU. Por esta história, na sociedade do mundo, aumentou o entendimento sobre duas Coréias de que são países com soberanias e independências, mas não são países em divisão.

Depois da divisão entre duas Coréias, as relações entre duas têm sido mais caraterizadas por conflito e confrontação do que reconciliação e cooperação. É seguro que as discussões sobre a reunificação têm se seguido desde a década de 1970. Especialmente, o Comunicado Conjunto anunciado por ambos os países, em 4 de Julho de 1972, no contexto de Détante na política internacional, foi o primeiro anúncio conjunto depois da divisão, que declarou 3 princípios para a reunificações, a Soberania, Paz e Grande União dos povos étnicos. Porém, devido a incidente de os soldados norte coreanos matarem a machadadas dois militares norte-americanos em Panmunjom em 1976, o atentado do terrorismo da bomba em Myanmar em 1983 e o atentado da explosão no voo 858 de KAL em 1987, as discussões sobre a reunificação diminuiram. O período em que o ambiente de reconciliação se elevou mais, foi do mandato do presidente Kim Dae-Jung (1998-2003) da Coreia do Sul. A política da Coreia do Sul com relação à Coreia do Norte nesse período, conhecida como "Política do Brilho do Sol" era uma política do apoio econômico e cooperação com a Coreia do Norte para resultar na reunificação pacífica. Através da Política do Brilho do Sol, em 2000, realizou-se a primeira cúpula histórica com o líder da Coreia do Norte após a divisão, e subsequentemente procedeu-se o estabelecimento do complexo industrial intercoreano em Kaesong, e os reencontros das famílias separadas. Contudo, este âmbito da reconciliação não durou muito por causa do combate naval em YeonPyeong em 1999, e o segundo combate naval em

[18] Em 1948, no lado do sul, a República da Coreia foi fundada, em 15 de agosto, com base nas eleições realizadas sob o controle da UNTCOK, e no lado do Norte, a República Democrática Popular da Coreia foi fundada em 9 de setembro do mesmo ano, baseada na comissão popular da Coreia do Norte.

YeongPyeong em 2002, e o teste de mísseis a longo alcance e de nuclear da Coreia do Norte em 2006. Como assim, a Coreia do Norte está prosseguindo a sua estratégia das duas faces e uma ofensiva pacífica mascarada, em que se sucede repetidamente uma cadeia de "Provocação -> Diálogo -> Compensação -> Provocação" para ganhar benefícios da relação com a Coreia do Sul. A colisão militar entre duas Coréias seria inevitável a menos que a Coreia do Norte pare de efetuar a sua provocação. A tabela seguinte se mostra os dados das infiltrações e provocações locais pela Coreia do Norte depois da divisão dos Coreias.

Tabela 4 – Status das infiltrações e provocações locais por ano

	total	1950s	1960s	1970s	1980s	1990s	2000s	2010s
Total	3.040	405	1.340	409	228	231	292	135
Infiltrações	1.968	386	1.011	313	167	63	16	12
Provocações locais	1.072	19	329	96	61	168	276	123

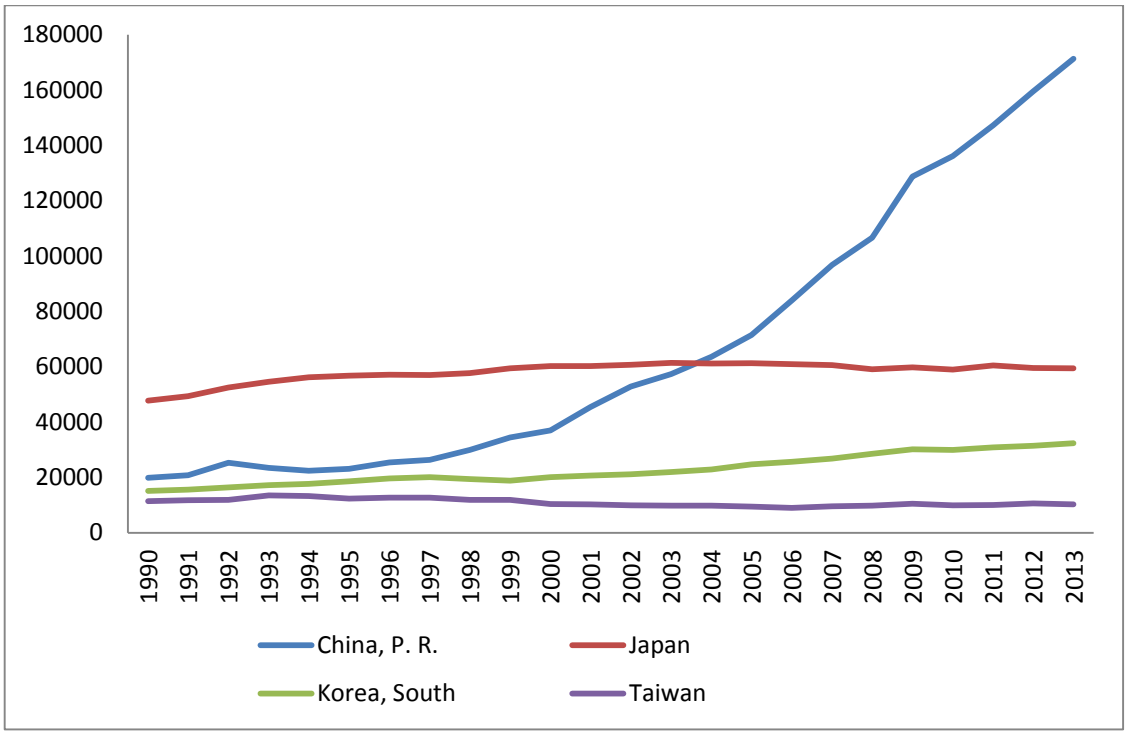
Fonte: Livro Branco da Coreia do Sul, 2014, p. 276

A posse de armas nucleares da Coreia do Norte também é um dos fatores que provocam a tensão diplomática e militar na região. Iniciada a crise nuclear da Coreia do Norte a partir da Primeira crise gerada pela saída do acordo de TNP em março de 1993, a crise não tem sido resolvida ao longo da Segunda crise nuclear em 2002, os terceiros testes nucleares em outubro de 2006, maio de 2009, e fevereiro de 2013, apesar de muitas negociações e medidas de sanção de acordo com o acordo de Genebra, as conversações a seis países, e o Conselho de Segurança da Organização da ONU. A razão por que a Coreia do Norte tentou proceder o desenvolvimento de arma nuclear pode ser encontrada no fator de que duas grandes forças, a União Soviética e a China, abandonaram as suas políticas contra a Coreia do Sul, que elas tinham mantido antes, depois do fim da guerra fria, de tal forma que a Coreia do Norte não pôde confiar mais nas Guarda-chuvas nuclear da União Soviética e da China. Na época da Guerra fria, a Coreia do Norte procurava o equilíbrio das força na península, dependendo, na grande parte da própria segurança, da União Soviética e a China. A dissolução da União Soviética e a mudança dos sistemas políticos dos países da Europa Oriental causaram uma grande ameaça à possibilidade da sobrevivência da Coreia do Norte. Depois, a Coreia do Norte declarou que ela tinha a necessidade de grande poder de deterrência por meio do programa nuclear (HA; NAMGUNG, 2012, p.270). O analista realista da política internacional, Waltz, argumentou que a Coreia do Norte queria a capacidade de arma nuclear devido à sua fragilidade ante ameaças externas e o seu estado isolado como outros países em

desenvolvimento nuclear (SAGAN; WALTZ, 1995). Ele explica que isso seria destinado ao seu poder de deterrência defensiva, e visto que o regime norte coreano também conheceria claramente sobre uns resultados provavelmente provocados pelo uso de arma nuclear, as armas nucleares somente serão usadas em função defensiva para assegurar a segurança do país e o regime. Embora o programa nuclear da Coreia do Norte fosse iniciado pela intenção defensiva, seria difícil negar que esse programa pudesse ser grande ameaça à sociedade internacional. No momento, tendo em vista a natureza do regime norte coreano, é difícil as armas nucleares serem controladas duma maneira estável. Isso porque há possibilidade de o regime norte coreano tomar a decisão das políticas perigosas depende de situações internas e externas. Por exemplo, não se pode excluir a possibilidade do uso de arma nuclear de maneira intencional pela facção firme no interior do país, caso o regime norte coreano esteja instável ou aconteça uma desordem dentro do país. E, a detenção nuclear da Coreia do Norte pode impulsar o desejo de outros países ou grupos terroristas para o desenvolvimento de arma nuclear, e na ocasião pior, a Coreia do Norte poderia mandar diretamente os materiais nucleres para esses (HA; NAMGUNG, 2012, p. 266-272).

Confirmada a estatística dos gastos em defesa na região do Leste Asiático, pode-se ver que existe grande diferença entre as dimensões dos gastos militares entre o Nordeste e Sudeste Asiático. Os gastos militares no Nordeste Asiático indicam-se 8~9 vezes maiores do que no Sudeste Asiático, e isto é derivado de grande crescimento dos gastos da China. Segundo o relatório do ministério de defesa dos EUA, os gastos militares da China têm aumentado anualmente 12,1 % em média por 10 anos, desde 2000 até 2010. Referida a tabela seguinte, os 4 estados no Nordeste Asiático com exceção da Coreia do Norte, a China, o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan, ocupam quatro lugares em cima dos gastos militares no Leste Asiático, e especialmente a China mostra a sua ascensão drástica em que cresceu cerca de três vezes por 10 anos (US DoD, 2011). Os estados do Nordeste asiático estão gastando para defesa militar conforme as suas dimensões de crescimento econômico, e pode-se prever que a economia desses Estados, especificamente a China, iria continuar crescendo junto a gastos millitares. Contudo, o risco de tais competições dos gastos em defesa também se mostra em seus objetivos do uso de defesa militar e sistema de armas, assim como dimensões dos gastos em defesa.

Figura 5 – Gastos em defesa dos países do Nordeste Asiático



Fonte: SIPRI Military Expenditure Database, SIPRI 2014

No caso da China, está focalizando na modernização e informatização militar diminuindo 3 milhões das forças terrestre para cerca de 1 milhão. Neste processo, ao mesmo tempo em que se desenvolvem mais os sistemas de armas nucleares estratégicas, estão sendo promovidos os desenvolvimentos de forças aéreas, e mísseis balísticos de curto e longo alcance, e de cruzeiro, e as construções de navios em alto mar e submarinos, e porta aviões, para transformar em força naval do oceano.

No caso do Japão, já possui forças aéreas e navios, submarinos e armas de terrestre da alta tecnologia sob as cooperações próximas em defesa militar com os EUA. Além disso, estima-se que já se atingiu o alto nível de coleta de informações através de operação de próprio satélite militar e da capacidade d aviso antecipado. Recentemente, introduzidos os navios de transporte de longa distância e reabastecimento aéreo, está criando-se a capacidade de operação à longa distancia fora das ilhas Japonesas.

A Coreia do Sul também está tentando criar a capacidade de defesa autônoma promovendo as construções de navios antiaéreos Aegis e submarinos, introduções das forças aéreas dos EUA, aviões de patrulha e reabastecimento aéreo, e desenvolvimentos de mísseis precisos, a fim de satisfazer as condições de forças navais de oceano, apesar de ser inferior a respeito da China ou Japão em dimensão de defesa.

A Coreia do Norte está se concentrando na manutenção de sua defesa militar, ainda que a sua capacidade econômica não supere 1/40 da Coreia do Sul por causa das sanções impostas no país por muito tempo. Tem o quarto potencial do mundo de armas convencionais junto com o desenvolvimento de armas de destruição em massa. Estima-se que os gastos em defesa da Coreia do Norte, neste momento, antinjam cerca de 10 bilhões de dólares, ultrapassando 20 % do PIB do país.

Tais disposições militares no Nordeste Asiático mostram os estilos distintos da guerra moderna que enfatiza os ataques precisos, rápidos e flexíveis em forma irregular e menor para reagir-se a crescimento de disputas de baixa intensidade ou combates de guerrilha, e ameaça de terrorismo. O problema é que os crescimentos de defesa militar demostram o típico dilema da segurança em que se agravam os sentimentos de ameaças para os outros países. Em fim, isto acelera as competições dos gastos em defesa militar entre os estados acrescentando as preocupações e desconfianças sobre intenções militares de cada país na região do Leste Asiático (HA; NAMGUNG, 2012, p. 256).

3.2.2 América do Sul

Embora persistam alguns conflitos decorrentes de questões tradicionais de segurança, outra questão foi responsável pelo aumento da tensão na região. Em março de 2008, a Colômbia promoveu uma ofensiva militar no território do Equador, a chamada Operação Fênix. O exército colombiano bombardeou um acampamento das FARC resultando na morte de Raul Reyes, o número dois do comando, além de duas dezenas de outros guerrilheiros. Diante de tal invasão, o Equador e a Venezuela mobilizaram tropas nas suas fronteiras com a Colômbia e cortaram relações diplomáticas. Não apenas a Venezuela demonstrou sua solidariedade para com o Equador, mas também a Nicarágua - que mantém uma contenda territorial com a Colômbia no Caribe - suspendeu suas relações diplomáticas com a Colômbia.

Para a Colômbia, não houve violação do espaço aéreo do Equador, além disso, declarou não quer promover guerra com nenhum vizinho, mas que estava combatendo com um grupo terrorista. Embora o conflito tenha sido resolvido pela mediação da OEA que aprovou uma resolução reconhecendo a violação da soberania equatoriana pela Colômbia, este fato representa uma situação incomum na região, como destaca Rapoport (2008), pois pela primeira vez na América do Sul, um país vizinho violou a soberania de outro com a justificativa de atacar um inimigo interno, embora este estivesse fora de seu território.

3.3 Existência de experiência histórica

A existência de experiência histórica dos confrontos militares e físicos entre mais de dois estados, que sejam a guerra com confronto de nível intenso ou a disputa com confronto de nível baixo, leva grande influência de maneira física e psicológica a amizades entre cada estados interessados. Ainda que se ponha o fim nos confrontos superficialmente através das medidas de indenização, ou negociação e pedido de desculpa, as preocupações criadas pelos confrontos pode impedir de tomar uma decisão razoável, ou dar uma prioridade em certa ameaça de que praticamente não precise de estar consciente.

As experiência históricas que se abordarão neste parágrafo restringem-se a confrontos armados que aconteceram entre mais de dois estados depois do século 20. Os seguintes são as experiências históricas no Leste Asiático e na América do Sul.

Tendo em vista as comparações em números e dimensões de acontecimentos, os casos do Leste Asiático mostram a sua superioridade absoluta, e o Leste Asiático tem maior intensidade de ameaças no aspeto da experiência histórica, considerados os confrontos.

Tabela. 5 - Experiência histórica na América do Sul

Período	Nome	Motivo	Participantes	Vítimas (mortos)
1932-35	Guerra do Chaco	Conflito território	Chile vs Peru, Bolívia	90.000 de (mil.)
1932	Conflito de Letícia	Conflito território	Peru vs Colômbia	300~450 (mil.)
1939-41	Guerra Peruano - Equatoriana	Conflito território	Peru vs Equador	Mais de 500 (mil.)
1995	Guerra do Cenepa	Conflito território	Peru vs Equador	Cerca de 100 (mil.)

Figura elaborada pela autora.

Tabela 6 - Experiência histórica no Leste Asiático

Período	Nome	Motivo	Participantes	Vítimas (mortos)
1904-05	Guerra Russa – Japonêsa	Tomar a iniciativa da Coreia e da Manchúria	Russia vs Japão	100.000 (mil.)
1937-45	Segunda Guerra Sino-Japonesa	Invasão e ocupação japonesa para China	China vs Japão[19]	2.8 milhões (mil.) 2 milhões (civ.)
1941-45	Guerra do Pacífico	Expansão territorial para a Leste asiático do Japão	EUA vs Japão[20]	6 milhões (mil.) 18 milhões (civ.)
1946-54	Guerras na Indochina	A independência do Vietname da França	França vs Vietnã[21]	300.000 (mil.)
1950-53	Guerra da Coreia	Conflitos ideological	Coreia do Sul vs Coreia do norte[22]	1 milhão (mil.) 2,5milhões (civ.)
1955-75	Guerra do Vietnã	Conflitos ideological	Vietnã do Sul vs Vietnã do Norte[23]	Mais de 1,5milhões (mil.)
1979	Guerra Sino-vietnamita	Conflito território	China vs Vietnã	55.000 (mil.) 10.000 (civ.)
1977-89	Guerra Camboja-Vietnã	Conflitos ideological	Camboja vs Vietnã[24]	75.000 (mil.) Mais de 100.000 (civ.)

Figura elaborada pela autora.

[19] A União Soviética, EUA e Reino Unido apoiaram a Repúblicada China contra Império do Japão.

[20] Os países que participaram como combatentes com os EUA foram Filipinas, República da China, Reino Unido, Índia Britânica, Austrália, Holanda, Índias Orientais Holandesas, Nova Zelândia e URSS. Ao lado do Japão foram Manchukuo, Tailândia, Índia Livre e Alemanha Nazista.

[21] Opôs forças do Corpo Expedicionário Francês no Extremo Oriente (CEFEO; A França, a Camboja, o Reino do Laos e o Estado do vietnã), com o apoio dos EUA e o Viêt Minh (Frente para a independência do Vietname), nacionalista e comunista, apoiado pela China e a União Soviética.

[22] Opondo a Coreia do Sul e seus aliados (EUA, Reino Unido, Austrália, Canadá, Colômbia, Nova Zelândia, Turquia, Tailândia, Holanda, Luxemburgo, Belgica, Etiópia, França, Grécia, Filipinas e África do Sul) à Coreia do Norte, apoiada pela República Popular da China e pela União Soviética.

[23] Colocou em confronto, de um lado, a República do Vietnã (Vietnã do Sul) e os EUA, a Coreia do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia; e, de outro, a República Democrática do Vietnã (Vietnã do Norte) e a Frente Nacional para a ibertação do Vietname (FNL), a China, a Coreia do Norte e a União Soviética.

[24] O Vietnã foi apoiado por União Soviética e Laos, o Camboja foi apoiado por EUA, China, Tailândia.

3.4 Relação cordial entre os países

A amizade entre Estados pode ser considerada como ameaça por outros, dependendo de caraterísticas de amizade. Quanto mais existem as relações da rivalidade na região, mais alta se torna a instabilidade de segurança na região. A respeito da amizade, pode ser classificada em inimigo (cultura hobbesiana), rival (cultura lockeana) e amigo (cultura kantiana), conforme entendimentos sobre os outros.

> As atitudes de inimigos podem causar as ameaças não restritas a nenhum limite nas suas violências. Os rivais podem usar a violência para aumentar seus interesses, mas não causam mortes de outros. Os amigos não usam nenhuma violência para a resolução de suas disputas e cooperam para servir um contra ponto a sua ameaça comum de segurança (WENDT, 1999, p. 365).

Wendt explica a razão porque os estados na cultura lockeana, se engajam em políticas de segurança mais sociais que seja equivalente a uma cultura kantiana ou uma comunidade de segurança, com identidade coletiva, através de quatro variáveis: Interdependência, Destino comum, Homogeneidade, e Auto-controle (WENDT, 2003). Com base nestas quatro variáveis, pode-se considerar as relações cordial entre países no Leste Asiático e na América do Sul.

A interdependência entre os estados no Leste Asiático pode ser dividida em aspectos econômico e político, ou de segurança. Do ponto da vista econômico, a China tem alta interdependência, centrada em três estados, a China, o Japão e a Coreia do Sul, por ser o maior importador do Leste asiático. Mas, do ponto da vista de segurança, a China mantém disputas territoriais com o Japão e outros países da ASEAN. Especificamente, existe uma estrutura de confronto entre a China em relação à Coreia do Sul e o Japão, que são aliados militares dos EUA e ainda entre a China e a ASEAN.

No caso da América do Sul, apesar de ser mostrada a interdependência econômica da região centrada no Brasil, no aspecto político e de segurança, não se vê que exista algum dilema como no caso do Leste Asiático.

Especialmente, mesmo que os laços com atores periféricos sejam frágeis, se os atores principais podem criar identidade coletivas. Isso pode ter efeitos de demonstração que levam à imitação do núcleo, explorando o que Mark Granovetter chamou de “a força dos laços fracos” (WENDT, 1999, p. 418). No caso da América do Sul, o Brasil e a Argentina, que podem ser os atores essenciais na região, mudaram a sua relação de rivalidade para o rumo á cooperação, após a década 90, e neste sentido, a sua interdependência demonstrou a mudança positiva. Por outro lado, no caso do Leste Asiático, permanecidas as disputas ideológicas, históricas e territoriais entre a China e o Japão, que são os atores essenciais, uma divergência entre os países pró-china, pró-japão e neutral na região está impedindo de formar uma

identidade coletiva.

Agentes enfrentam um destino comum quando a sobrevivência e bem-estar dos indivíduos depende do que acontece com o grupo como um todo. (WEDNT, 1999, p. 494). O destino comum possui a distinção da Interdependência. Na interdependência, as decisões de cada agente influenciam os resultados de outros. Mas, o destino comum não inclui esse sentido. O destino comum é definido por uma terceira parte que faz com que as duas primeiras formem um grupo. A aliança é um exemplo representativo. E caso mais de dois estados compartilhem uma terceira parte (um inimigo externo) como uma ameaça comum, o destino comum será formado. No nordeste Asiático, existem três alianças representativas, que são as alianças militares entre os EUA e o Japão, e os EUA e a Coréia do Sul, e o tratado da amizade entre a Coreia do Norte e a China. Do ponto de vista da Coréia do Sul, EUA, e Japão, a terceira parte abrange a União Soviética, no passado; e a China, a Coreia do Norte, e até a Rússia, no presente. Como assim, do ponto de vista da China e Coréia do Norte, a terceira parte seria a Coreia do Sul, os EUA, e o Japão. A expansão da SCO, formada pela China, Rússia e os estados da Ásia Central, pode ser vista como o processo para a comunidade do destino comum contra os EUA. No Sudeste Asiático, o destino comum está formado com base na ASEAN, mas ultimamente a terceira parte para a ASEAN tem mudado ao longo do tempo. Quando se fundou a ASEAN, ela tinha por objetivo impedir a expansão do comunismo que era difundido na Indochina após a guerra do Vietnã. Mas, nestes dias, participados os estados socialistas na comunidade após a guerra fria, a ASEAN tem ampliado as cooperações de segurança assinando o tratado de cooperação e amizade com muitos estados para além da região asiática. No caso da América do Sul, o Mercosul foi fundado pelo destino comum contra a tentativa dos EUA de predominar na região da América do Sul (RIGGIROZZI, 2011, p. 429-430). A celebração dos Tratados do FTAA e NAFTA provocaram o confronto contra os EUA, que é a terceira parte na região da América do Sul. Isto deu a influência à formação da UNASUL. E, em 1996, os países membros do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, junto com Bolívia e Chile, expressaram na Declaração de Potrero de los Funes seu apoio integral aos direitos da Argentina de soberania sobre as Ilhas Malvinas. Daí, os membros do Mercosul continuaram expressando o seu apoio de reivindicação dos direitos da Argentina de soberania sobre Ilhas Malvinas, nas cimeiras em todos os anos. Especialmente, na Cúpula do Mercosul em 2011, os estados membros acordaram para impedir a presença de barcos com bandeira das Ilhas Malvinas em seus portos através da Declaração sobre as Ilhas Malvinas, reagindo mais ativamente aos problemas sobre os direitos de soberania. Ainda que fosse o assunto que pudesse provocar um conflito diplomático com a Grã Bretanha, eles

apoiaram a Argentina demonstrando o seu destino comum.

A homogeneidade verifica-se em atores organizacionais ou seja os Estados são isomorfos em relação à forma institucional básica, à função, e ao tipo de regime. Muitas guerras decorrem da transposição das instituições domésticas ou valores em políticas externas que conflitam com as políticas externas de outros Estados, porque eles têm diferentes instituições ou valores. Estados capitalistas entram em conflito com os Estados socialistas, em parte porque os primeiros são constituídos para procurar mercados abertos e os últimos, para buscar mercados fechados. Conflitos surgem entre Estados democráticos e autoritários porque suas normas domésticas de resolução de conflito são diferentes (Wendt, 1999, p. 423-424). Esta homogeneidade pode aparecer nos aspectos histórico, cultural, e linguístico. No Leste Asiático, neste sentido, é difícil encontrar uma homogeneidade. Primeiro, existem diferentes sistemas institucionais de cada país tais como: a monarquia constitucional (Camboja, Japão, Malásia, Tailândia), a autocracia (Brunei), e a República (Singapura, Coréia do Sul, Filipinas, etc.). E, existem as formas distintas de cada regime, tais como regime democrático, regime militar (Coréia do Norte, Tailândia), regime capitalista, e socialista (China, Coréia do Norte, Laos, e Vietnã). O Leste Asiático possui a maior diversidade no aspecto cultural e histórico. O Leste Asiático é a origem da cultura confuciana (China, Coréia, Japão, Singapura, e Vietnã Norte), e é também uma região com a cultura budista (Myanmar, Tailândia, Camboja, Laos, Vietnã, Japão e Coréia) mais forte do que a India, onde nasceu o budismo. Além disso, as complexidades das religiões importadas do Ocidente ou Médio Oriente, tais como o Cristianismo (Filipinas, Coréia do Sul), e Islã (Indonésia, Malásia, Brunei, Filipinas do Sul), estão misturadas nesta região. Entre as regiões do Nordeste e Sudeste Asiático, também existe uma grande diferença histórica, cultural, e racial. Entretanto, no caso da América do Sul, pode se encontrar alta homogeneidade em instituição política, que é a república democrática, como a história das colônias ibéricas, línguas Espanhola e Portuguesa, cultura baseada na Igreja Católica, e histórico de ditadura militar, entre os anos 50-80, nos países principais. Especialmente, o movimento de pós-neoliberalismo surgido nas décadas 1990 e 2000, e a ascensão dos regimes centro-esquerda no Brasil e Argentina, assim como na Venezuela, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, e Urguai, serviru para construir uma homogeneidade na região da América do Sul.

A Autorestrição refere-se à capacidade de efetuar aquilo que se exige pela comunidade com base em confiança estabelecida entre os membros. É também um fator importante para explicar sobre o estado pacífico que aparece na política liberalista mundial. Isso porque a paz pode ser mantida por realizar autorestrição entre os membros com base no compromisso de

que cada um restrinja a si mesmo (WEDNT, 1999, p. 504-512). No caso do Leste Asiático, as ações da Coréia do Norte existem como o maior obstáculo para a formação da identidade coletiva através deste tipo da autorestrição. A Coréia do Norte, em março de 2010, afundou o navio sulcoreano Cheon-an ham, causando a morte de 46 pessoas, e em novembro do mesmo ano, bombardeou a ilha YeonPyeong do território sulcoreano, causando as mortes dos soldados e pessoas civis. Apesar das críticas da sociedade em todo o mundo e das medidas de sanções econômicas, a Coreia do Norte continuou tentando realizar o teste nuclear e o exame de disparo de mísseis, causando o colapso das relações de confiança com os países vizinhos e o agravamento da instabilidade de segurança internacional. Mais um fator da instabilidade da região são as disputas a respeito da soberania de território ao redor do mar do sul da China, e das ilhas Senkaku/Diaoyu. Com a elevada a importância dos recursos naturais do mar, as disputas sobre a soberania territorial entre os estados estão cada vez mais graves. A tensão militar está elevando-se pela construção de instalações militares como um campo de aviação nas ilhas em torno das regiões em disputa, e pelas atividades de patrulha e vigilância com os navios e aviões de cada paíss. Na América do Sul, os conflitos fronteiriços entre Peru e Equador, em 1995, na cordilheira do Condor, na região amazônica, foi o último confronto armado entre estados. Porém, em 1998, o Equador e o Peru assinaram um acordo de paz abrangente, que estabeleceu um quadro para acabar com uma disputa de fronteira após a intervenção da Argentina, Chile, Brasil. A demarcação formal das regiões fronteiriças começou em maio de 1999 e o acordo foi ratificado, finalmente pondo fim ao litígio.

3.5 Conclusão

Na presente tese, analisaram-se as intensidades de ameaças nas regiões do Leste Asiático e da América do Sul pelas 4 causas. Do ponto de vista da concretude de ameaça, enquanto os assuntos de segurança convencionais como as disputas territoriais, os problemas dos Estados divididos, confontações ideológicas, são ameaças concretas para o Leste Asiático, a América do Sul enfrentam ameaças da instabilidade social causadas pela guerra contra drogas, terrorismo, a pobreza, e a instabilidade política. No Leste Asiático, as tensões militares relativas às disputas sobre o mar do sul da China entre a China e o Japão, a China e os países do Sudeste Asiatico como o Vietnã, e o estado da confrontação entre duas Coreias, estão elevando a probabilidade da realização de ameaças. Por outro lado, na América do Sul, tem uma possiblidade muito baixa de acontecer os problemas entre os países, ainda que existam os problemas de drogas e redes transnacionais de tráfico de drogas na região, devido à tentativa de cooperação militar entre estados para resolver os problemas. O Leste Asiático possui mais

experiência histórica de maneira qualitativa e quantitativa do que a América do Sul, apesar de ambas as regiões terem as relações de conflitos, no aspecto qualitativo, o Leste Asiático estima-se ter menos amizades entre Estados do que a América do Sul. Portanto, a região do Leste Asiático mostra uma intensidade de ameaça mais alta do que a América do sul.

Tabela 7 – Comparação da intensidade de ameaça

	Leste Asiático	América do Sul
Concretude da ameaça	Disputas por território, Confrontação entre os países divididos, Arma nuclear, Guerra ao terror (Sudeste Asiático)	Guerra contra as drogas, Guerra ao terror, Disputas por território (região andina)
Probabilidade de realização da ameaça	probabilidade alta	probabilidade média
Existência de experiência histórica	muita experiência	Existia, mas a intensidade foi mais baixa por quantidade e qualidade do que Leste Asiático
Relação cordial entre os países	baixa concórdia	alta concórdia

Figura elaborada pela autora com base em KIM (2013. p. 17).

Do ponto de vista do CRS, com a base nas formas de regime de segurança, a região do Leste Asiático tem mais proximidade a forma de Formação conflito, enquanto a América do Sul mostra mais proximidade a forma de regime de segurança.

4 A análise dos Complexos Regionais de Segurança pelas instituições nas regiões

A gestão da Segurança centrada em país hegemônico acabou por mostrar o seu limite com o fim da guerra fria, e em consequência, a deliberação sobre outras formas da política da segurança regional tornou-se cada vez mais ativa. A necessidade da política da Segurança regional está sendo cada vez mais enfatizada após a guerra fria. A sua necessidade tem a ver com a transformação ambiental das políticas internacionais. Primeiro, a Guerra fria aumentou a necessidade das redes da aliança centrada nos EUA e na União Soviética e da mudança na gestão da segurança através do equilíbrio entre as forças. A necessidade de diversificação das políticas da segurança levantou-se devido ao problema dos custos da despesa para a política da aliança e a política internacional que se tinha complicado e diversificado. Em segundo lugar, apareceram as novas ameaças da segurança em nível regional, que são diferentes das na era da guerra fria. Isso porque os conflitos da região, que eram escondidos por causa da ordem da guerra fria, se surgiram como as novas ameaças da região, por exemplo, os conflitos na península balcânica ou as disputas entre a China e o Japão no Leste Asiático. Terceiro, pode-se dizer da limitação da política da gestão convencional da segurança. No mundo pós-guerra fria, a gestão hegemônica da segurança unilateral confrontou a sua limitação. Devido à fase do pós-guerra fria, dentro do país hegemónico, aumentou a restrição na política doméstica sobre a gestão da hegemonia, e por outro lado, a despesa da gestão hegemônica também subiu pela complexidade das relações de interesses sobre segurança com outros países. Nesta situação, a política da segurança multilateral aparece como uma alternativa. Por último, apareceu a consciência de que a política da gestão da segurança hegemônica (Equilíbrio das forças através da rede da aliança, Deterrência Nuclear, etc.) seja uma política restrita à prevenção da disputa, e por isso, é preciso estabelecer uma política da segurança mais ativa para construir a paz e estabilidade da região através de estabelecimento da confiança, eliminação preliminar dos fatores da disputa, e diplomacia preventiva (YOO, 2012, p. 74-76).

A gestão da segurança mais comum em nível regional é a gestão de problemas da segurança através da política da segurança multilateral. A política da segurança multilateral, normalmente chamada como a cooperação de segurança multilateral, é uma política internacional que faz a gestão de problemas da segurança através da cooperação dos países associados na região. A caraterística multilateral da política de segurança regional tem dois aspetos no seu significado. Primeiro, a caraterística multilateral controla os problemas da segurança através da participação dos atores interessados na segurança regional. A caraterística multilateral referida acima não só simplesmente importa o número dos países

participados, mas também o quadro baseado na igualdade entre os países por princípio generalizado de ação. Segundo, a necessidade da participação multilateral na gestão da segurança regional é baseada na nova consciência da segurança. Sendo consciente do limite da política da segurança unilateral, que se exigia antes pelo conceito convencional de que a segurança do país poderia ser obtida pela supremacia da força, propõe-se a nova necessidade da política alternativa da outra dimensão. Quer dizer que não se poderá assegurar a segurança real se se emerge o dilema da segurança devido à situação da anarquia em que a nossa segurança seja considerada como uma ameaça aos outros. Poderá resolver este dilema se se aplicar a segurança cooperativa como o conceito alternativo da segurança, que é enfocada nas medidas ativas para conseguir o objeto da segurança que é possível coexistir com o conceito da segurança comum que define que a segurança do próprio país pode ser conseguida quando se assegurar a segurança do outro. Neste sentido, a cooperação da segurança multilateral está baseada no novo conceito sobre a segurança.

As organizações regionais desempenham o seu papel importante para a gestão de segurança de região. O limite fundamental que as organizações internacionais têm na política realística, é resolvido pelo novo ambiente da segurança. Após a Guerra fria e 11 de Setembro, as funções de organizações regionais na área da segurança têm sido ampliadas abordando os novos assuntos da segurança da região além de função convencional. A OTAN e OSCE, que tomam os papeis da guerra contra o terrorismo ou da atividade de manutenção da paz, são os exemplos da organização que amplia a sua função. Este tipo da ampliação de função das organizações regionais não se restringe à área da segurança. A União Europeia, que assume ativamente os assuntos da segurança humana como os refugiados ou os direitos humanos, pode ser o exemplo. O papel na área da segurança que as organizações regionais desempenham, normalmente é difícil ser exercido à dimensão unilateral, exigindo a cooperação multilateral. Os países mostram a sua tendência de outorgar alguma parte de seu poder exclusivo da segurança a organizações regionais por razão prática como o limite dos recursos disponíveis ou a gestão efetiva da segurança. E, apesar de as organizações regionais não participarem na execução prática das políticas de segurança, elas assumem o papel de difundir os novos princípios sobre a segurança como a segurança cooperativa sugerindo novos meios de resolução de problema de segurança na região.

4.1 Leste Asiático

Neste artigo, tratar-se-ão das organizações principais da região do Leste Asiático. Embora no Leste Asiático não se desenvolveu organização oficial da região, em que todos os estados no Leste Asiático intervêm, neste momento, vários órgãos cooperativos estão prosseguindo as suas cooperações regionais a várias escalas.

4.1.1 Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN: *Association of Southeast Asian Nations*)

A ASEAN foi criada em Augusto de 1967, seguida à dissolução da Associação da Asia Sudeste (ASA) criada em 1961. Foi fundada originalmente pela Tailândia, Indonésia, Malásia, Singapura e Filipinas. E, em 1984 o Brunei tornou-se o membro, em seguida, o Vietnã oficialmente pertenceu à Associação. Depois, com a participação do Laos, Myanmar e Camboja, os membros da ASEAN passaram a ser 10 países. Esta organização tem por objetivo estabelecer a base econômica e social da região Sudeste Asiático e melhorar o nível da vida pacífica e progressiva em cada área. Foi originalmente uma organização cooperativa nas áreas não-políticas, senão, como econômica e cultural, mas já que, na década de 1970, o afastamento dos EUA da região da Asia e a fase da conciliação entre a China e os EUA derivados da Doutrina Nixon, aliviaram a tensão na região asiática, em 1971, a ZOPAN (Zona de paz, Liberdade, e Neutralidade) estabeleceu-se por objeto do equilíbrio das forças entre os estados da região do Sudeste Asiático e os estados maiores do mundo. Na reunião de ministros em 1972, assinou-se o acordo da cooperação sobre os problemas políticos, e na reunião de cúpulas em 1976, que teve lugar na Indonésia, enfatizaram-se o desenvolvimento regional e a garantia da Segurança.

Especialmente, entrada na fase do pós-guerra fria, a ASEAN tentou ampliar os países de membro para reagir a novo ambiente da segurança. A ASEAN Julgou que a separação dos países da Indochina da ASEAN levaria mais perda do que benefício por causa da mudança do ambiente estratégico, apesar de muitas diferenças dos países da região da Indochina. Por tanto, a ASEAN fez os países da Indochina a participarem no TAC (Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste da Ásia)[25] qualificando-lhes como os observadores para minimizar os

[25] Em 1976, o Tratado de Amizade e cooperação no Sudeste Asiático (TAC) foi firmado como o meio da realização da ZOFPAN na primeira reunião de cúpulas da ASEAN. Este tratado é caraterizado por aumento de amizade e cooperação entre os membros, e a resolução pacífica de conflitos. Os princípios do tratado são os seguintes; Proclamação dos princípios básicos sobre a s relações bilaterais dos membros, como a independência e soberania, paz e preservação territorial de cada países.; Intensificação de relação de amizade e

efeitos negativos que se ocorreriam após as participações deles na ASEAN como os membros oficiais. Em 1999, com a participação do Camboja, todos os países do Sudeste Asiático se tornaram os membros pela primeira vez desde a fundação da ASEAN.

O significado da ampliação da ASEAN, no sentido da segurança, será, primeiro, a intensificação da resiliência regional da ASEAN causada pela participação da Vietnã, que é o maior potencial militar do Sudeste Asiático, e a alívio da ameaça da China pela confrontação com o Vietnã. A participação do Vietnã, que era o país no poder que liderava a região da Indochina na época da Guerra fria, serviu a ampliar naturalmente a ASEAN até ao Laos, Myanmar e Camboja. No mesmo contexto, a participação do Myanmar serviu a bloquear a influência da China sobre o Sudeste Asiático e, em mesmo tempo, a tendência da pró-china do Myanmar. A China, que apoiava abertamente ao regime militar do Myanmar, ofereceu 1 bilhão dólares de armamentos para o Myanmar, e apoiou de maneira política, econômica e militar ao Myanmar, que era o país isolado pelo mundo ocidental por razão de problema dos direitos dos humanos, exercendo o seu pode de veto às medidas tomadas pela ONU contra o regime militar do Myanmar, a fim de assegurar a ponte estratégica para avançar ao Sudeste Asiático (BAE, 1997, p.11).

E a "Ásia Sudeste por trás do ano 2000: A Declaração da Visão", que foi promulgada em 2004, enfatizando "uma comunidade politica, econômica e cultural para o século 21" da região do Sudeste Asiático, propôs a ampliação e a intensificação da ASEAN, a participação dos países do Sudeste Asiático na ARF, a necessidade da abertura regular da reunião de cúpulas dos países do Sudeste Asiático, e a integração regional na área econômica tal como a conclusão prévia da AFTA. Além disso, em 1997, a declaração da "Visão da ASEAN 2020" foi adotada na reunião de cúpulas extraordinária da ASEAN, comemorando o 30° ano da fundação da ASEAN, para a integração da região. Esta declaração consiste em 4 grandes assuntos, "A Concert of Southeast Asian Nations", "A Partnership in Dynamic Development", "A community of Caring Societies", e "An Outward-Looking ASEAN". E, propuseram-se as direções detalhadas para a execução de cada assunto, consolidando a união da região. De acordo com essas, o Mercado unido da ASEAN iniciar-se-á antes do fim do ano 2015, e promover-se-á a união total da região até ao ano 2020.

Este esforço da ASEAN aumentou o nível da unificação regional do Sudeste Asiático

---

solidariedade tradicional, cultural e histórica entre os membros;·Cooperação mútua na área relativa a interesses cumuns, como a paz e estabilidade na região, economia e sociedade, e tecnologia; Resolução de disputas através do uso de armas ou o abandono da ameaça, e a cooperação, caso necessário.; Cooperação da segurança da região da ASEAN, de acordo com o princípio de neutralidade, exclusão de uso de armamentos e resolução pacífica de disputas , com base em cooperação e unidade da região.

Com a adesão do Brasil, em 2012, 31 países do mundo estão participando no TAC (FIRST LATIN..., 2012)

em alta velocidade, de tal forma que o intercâmbio e mudança dos humanos altamente se subiram. Por isso, interiormente, a consciência da comunidade de que o Sudeste Asiático está unido foi difundida, e a capacidade de negociação exterior da região do Sudeste Asiático, como uma união regional, foi fortalecida.

4.1.2 Fórum Regional na Ásia (ARF: *Forum Regional da ASEAN*)

O Fórum Regional da ASEAN é única organização da segurança da ASEAN, que tem por objectivo promover o diálogo multilateral entre estados e uma diplomacia preventiva para o Leste Asiático. Foi fundado em 1994 para controlar a ordem da segurança e tratar os novos assuntos da segurança no Leste Asiático em que a instabilidade tinha aumentado após a guerra fria. Na quarta cimeira da ASEAN, em 1992, foi acordado o aumento de diálogo sobre política e segurança entre a ASEAN e os estados exteriores, utilizando o quadro das Conferências Pós-Ministeriais da ASEAN (ASEAN-PMC). Na reunião de ministros exteriores de 18 Estados Membros, que teve lugar em 1993, foi acordada a abertura da união cooperativa da política e segurança na região do Pacífico-Asiático, que seria o ARF. Neste momento, 10 estados da ASEAN, e os parceiros do diálogo da ASEAN (os EUA, a China, o Japão, a Coreia do Sul, a Rússia, a Austrália, a Nova Zelândia, a Índia, o Canadá, o Estado presidencial da U.E.) e, outros 7 estados (Mongólia, Papua Nova Guiné, Coreia do Norte, Sri Lanka, Paquistão, Bangladesh e Timor Leste), em total 27 estados, estão participando no ARF.

Em 1995, os participantes no segundo ARF resolveram acordar o objetivo básico e a direção dos estados membros para o futuro. Então, o ARF foi consagrado o seu papel prático, como uma união da cooperação multilateral sobre os assuntos da segurança entre os governos na região Pacífico-Asiático. Os participantes acordaram a ter por objetivo principal não só considerar o ARF como a união para melhorar o ambiente da segurança da região no aspeto militar, mas também nos ‘conceitos compreensivos da segurança’ inclusivo os aspetos político, econômico e social. Os estados membros apresentaram três etapas progressivas para conseguir a paz e estabilidade na região, das quais a primeira se refere a estabelecimento da confiança, e a segunda é o desenvolvimento da diplomacia preventiva, e a terceira é o esforço para a resolução de disputas. O ARF tem por seu primeiro objetivo estabelecer a confiança através do diálogo com base na segurança cooperativa. Embora todos os estados membros participem no fórum pela igualdade, a ASEAN está exercendo o seu papel da liderança desempenhando a presidência anualmente num sistema de rotação.

Os participantes deliberaram sobre os assuntos importantes da segurança regional,

como o problema da soberania no mar do sul da China, o problema da península Coreana, o problema do Camboja, e o problema da proibição da Difusão Nuclear na segunda sessão do Fórum regional da ASEAN. As discussões principais no ARF são os assuntos da segurança da região como a península Coreana, e o Myanmar, os problemas internacionais como terrorismo, a medida para estabelecimento da confiança, a diplomacia preventiva e desenvolvimento do ARF. Porém, os problemas desde 1998, a crise financeira da região, desde 2000, a mundialização, desde 2002, o terrorismo internacional, e desde 2005, a precaução de desastre natural como Tsunami, têm sido enfocados em sessão do Fórum.

Apesar das críticas sobre o ARF, ele conseguiu vários resultados. Primeiro, ele desempenhou o papel da organização da conferência sobre a segurança regional . O ARF está estimado como a única organização multilateral que faz o diálogo da segurança nos debates sobre os assuntos da segurança regional e intervém no processo de estabelecimento da confiança abrangindo quase todos os estados na região do Pacífico-Asiático incluindo as maiores forças como os EUA e a China, e o sistema isolado como a Coreia do Norte. Segundo, o ARF promoveu o estabelecimento das relações estaduais com amizade e ofereceu a porta de contato através da acumulação dos diálogos. A abertura regular das reuniões a várias escalas demonstra o seu sucesso do diálogo na região e a importância reconhecida pelos estados membros. Além disso, o ARF está utilizado como um lugar do diálogo entre os estados hostilizados dentro da região. Por exemplo, em 2000, foi aproveitado como o lugar da primeira reunião entre os ministros exteriores das Coreia do Norte e do Sul. Terceiro, pode se referir a sua contribuição a aliviar a tensão na região através da execução da medida de estabelecimento da confiança. O ARF está exercendo a medida de estabelecimento da confiança em nível inicial, tais como a recomendação da participação na política da ONU de registro de armas convencionais e a apresentação de avaliação anula de segurança, de acordo com o seu objetivo da paz e estabilidade da região. Isto serve para promover a construção das relações estaduais previsíveis e aliviar tensão desnecessária na região, levantando a importância de cumprir regras e princípios necessários para estabelecer as relações estáveis. O ARF anunciou que, na 8 ° sessão da reunião em 2001, ele entrou na fase do desenvolvimento da segunda etapa para a excerção da diplomacia preventiva, passando da primeira etapa de estabelecimento da confiança estadual. Quarto, O ARF contribuiu ao aumento da transparência do estado na área militar. Estima-se que o ARF contribuiu para o aumento da transparência do estado, de alguma forma, sobre os assuntos militares através da apresentação de avaliação da segurança de cada Estado membro da região, recomendação de intercâmbio dos humanos entre os estados membros na área militar como o meio de estabelecimento da

confiança, e garantia de intervenção de agentes de defesa nacional na reunião ordinária ou na reunião em grupo durante o período da sessão. Quinto, o ARF contribuiu a resolução de problemas de segurança regional dos países pequenos. O ARF é uma conferência do diálogo multilateral da segurança criada pela liderança da ASEAN, que pode ser chamada o grupo dos países pequenos. Ele é o exemplo representativo que abrange os grandes estados como a China, os EUA, a Rússia, em qualidade dos membros, para deliberar sobre os problemas da segurança regional.

Mas, por outro lado, também existe o limite do ARF. Primeiro, a institucionalização e o desenvolvimento do ARF estão processando relativamente lento por consequência de seguir a princípios de não intervencionismo e respeito à Soberania. No ponto da vista da organização, o ARF ainda permanece como um órgão cooperativo em nível do diálogo multilateral da segurança por 20 anos, devido à ausência de secretaria ou outra forma de organização efetiva como o centro da prevenção de disputas e de algum tipo de constrangimento. Segundo, uma vez que muitos países estão participando com vários interesses sobre a segurança, existe o limite de que não seja fácil levar os resultados práticos. Enquanto, para os estados do Leste Asiático, lhes interessa mais o problema da península Coreana ou a disputa territorial, os Estados do Sudeste Asiático enfatizam mais em problema do mar do sul da China ou assuntos interiores da ASEAN. Esta forma da dispersão de interesses entre cada região acabou por dividir as deliberação dos estados membros sem nenhuma conclusão prática. Terceiro, já que o ARF adopta o princípio da unanimidade por resolução de reunião, pode ser notado que o papel e a função da organização toda poderiam ser restritas depende de relações de interesses entre cada Estado. A dificuldade da deliberação prática sobre as disputas sobre soberania no mar do sul da China, devido à intenção firme da China, pode ser um exemplo desse.

4.1.3 ASEAN+3, Cúpula do Leste Asiático (EAS: *East Asia Summit*)

Após a crise financeira da Ásia, os estados do Leste Asiático compartilham a consciência de que é precisa a união cooperativa por, e para estados do Leste Asiático. Neste contexto, a cooperação dentro da região do Leste Asiático começou sendo intensificada, e por consequência, a ASEAN decidiu convidar as cimeiras da Coreia do Sul, China, e Japão na reunião de cúpulas extraordinária que comemorou 30° ano da criação da ASEAN, em 1997. E este convite tornou-se uma motivação da reunião para a ASEAN+3. Em 1998, as cimeiras de cada Estado da ASEAN+3 firmaram no acordo de reunião ordinária de cúpulas assim como de ministros exteriores, ministros da economia e ministros financeiros. Na reunião de cúpulas em

2002, foram discutidos os assuntos da fundação da Cúpula do Leste Asiático em vez da ASEAN+3, e da criação do fórum do Leste Asiático, recomendado o processo pregressivo para a realização. Mesmo assim, Ao contrário dos 3 estados, a China, Japão e Coreia do Sul, que queriam liderar a cooperação do Leste Asiático em qualificação igual aos estados da ASEAN, os estados da ASEAN mostraram uma atitude relativamente insatisfeita pela reunião da Cúpula do Leste Asiático. Isso porque eles queriam que se realizasse a cúpula do Leste Asiático de maneira mais gradual e moderada por causa da preocupação comum de que a CLA pudesses ser manipulada por 3 estados, a China, Japão e Coreia do Sul, caso os 3 estados participassem na Cúpula em qualificação igual aos estados da ASEAN.

Contudo, 13 estados da ASEAN+13 acordaram a fundação da CLA na 8° sessão da reunião de cúpulas em 2004, e este movimento gerou uma expectativa da aparição do novo regionalismo do Leste Asiático. Mas graves conflitos também apareceram devido a relações entre vários interesses, tal como o problema da ampliação dos estados membros[26]. Pela argumentação pelo Japão e Singapura, os estados exteriores da região, a Índia, a Austrália, e a Nova Zelândia também participaram na CLA, em qualidade dos estados membros. Por um lado, os grandes países, o Japão e a China, mostraram a sua intenção para aproveitar o novo regionalismo do Leste Asiático como o meio da execução dos seus poderes na região. A razão por que a China participou ativamente na fundação da CLA, pode ser a intenção de ampliar a sua influência no Leste Asiático através da CLA. Apesar da oposição da China, os países que estavam preocupados com a intenção da China, por exemplo, o Japão e alguns países do Sudeste Asiáticos, tentaram fazer a Índia, que está na rivalidade com a China, e a Austrália e a Nova Zelândia, que são próximos aos EUA, a participarem na CLA. Os EUA fortaleceram a sua intervenção no Leste Asiático através da participação na CLA em 2011, com a intenção estratégica de confrontar com o poder da China.

Igual à situação do ARF, embora os EUA queiram abordar os problemas atuais como a disputa no mar do sul da China no assunto da CLA, a China tenta impedir a estratégia deles. Neste sentido, a organização cooperativa multilateral da região pode ser aproveitada por interesses estratégicos de certos países, de tal modo que existe a possibilidade de a organização não poder tomar ações apropriadas a sua função. Isto é, no momento, a limitação que a CLA está enfrentando.

A caraterística e o estatuto da ASEAN+3 têm sido discutidos desde a fundação da

[26]A CLA tem o acordo sobre o critério de estados particiapantes na CLA, que sejam 1) os parceiros do diálogo com a ASEAN, 2) em cooperação prática com a ASEAN. E, ao mesmo tempo, os participantes devem ser 3) membros do Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC).

CLA. Não obstante a CLA esteja caraterizada por ser desenvolvida do papel da ASEAN+3, a CLA gerou algum problema por ser fundada duma forma transmutativa, que não segue a seu plano original. Por esta razão, os membros declararam os ponto seguintes na primeira CLA. 1) a ASEAN prossegue tomando ações da sua liderança na ASEAN+3 e CLA, como a força principal para a cooperação regional do Leste Asiático, 2) Confirmamos que o sistema cooperativo da ASEAN+3 é a força principal para impulsionar a formação da comunidade do Leste Asiático, 3)a CLA pode desempenhar o seu papel significativo para a formação da comunidade desta região, como uma organização deliberativa que faz interações com a ASEAN+3. Enfim, analisada a declaração mencionada, tornou-se seguro que a ASEAN+3 prosseguirá tomando o papel central da cooperação para formar a comunidade do Leste Asiático.

4.1.4 Organização de Cooperação de Xangai (SCO: *Shanghai Cooperation Organization*)

A Organização de Cooperação de Xangai possui sua origem no quinteto de Xangai "Shanghai 5" formado por Rússia, Cazaquistão, Quirquistão, China e Tadjiquistão, em 1966. Estes países firmaram Convênio para o fomento de medidas de confiança militar em região de fronteira depois do colapso da União Soviética. Nesta base, depois de 1998, a cooperação multilateral de segurança para a estabilidade do ambiente de segurança na região, surgiu-se como o assunto principal, e a reação coletiva a “Separatismo, Extremismo Religioso, e Terrorismo Internacional” foi adotada como a direção básica da cooperação em segurança. Especialmente, a Rússia tenta aproveitar a existência da SCO para reagir à avança ao oriente da OTAN e unilateralismo dos EUA

Em Junho de 2001, o quinteto de Xangai e o Uzbequistão, firmaram, em Xangai, a Declaração para a criação da SCO. Em 2005, a SCO deu início a um mecanismo de observação e foi oferecido o status de observador à Mongólia. Em 2005 se uniram mais observadores: Irã, Paquistão e Índia, difundindo a sua influência no mundo, depois de acabar de arranjar o seu sistema interior. O ministério de defesa dos EUA mostrou a sua reação sensível à participação do Irã na SCO como observador, preocupando-se com a possibilidade de ser desenvolvida para a organização fechada impedindo o esforço dos EUA para resolver o problema sobre o programa nuclear iraniano.

Após a entrada do Irã, uma olhada da sociedade internacional para a SCO, que se considerava a organização cooperativa da região na Ásia Central, também se mudou para a probabilidade de que a SCO fosse desenvolvida para uma organização internacional

equivalente a OTAN. Assim, existem vários pontos de vista sobre a caraterística da SCO, que está sendo o papel da base solidária entre a China e a Rússia, abrangindo o continente da Eurásia. Especialmente, o ponto da vista em que considera a SCO como uma organização anti ocidental ou anti norte americana, está prevalecendo entre especialistas ocidentais. Essa opinião está baseada nos fatos recentes, por exemplo, o exercício conjunto militar pela Rússia e China, ou a tentativa de construir o sistema multipolarizado contra o sistema unilateral dos EUA. Esta forma de alargamento do papel da SCO envolve a possibilidade de servir o contraponto à ordem mundial liderada pelos EUA.

As áreas de atividade da SCO podem ser divididas em 3 partes, que são segurança , economia, e diplomacia. Primeiro, uma atividade relativa a paz e estabilidade na região. Podem referir-se a abertura do 'Centro de Anti-terrorismo' (junho de 2004), o estabelecimento do 'Grupo de contato entre a SCO-Afganistão' para a estabilidade na Afeganistão (novembro de 2005), o convite do presidente Karzi na reunião das cimeiras da SCO (a partir do ano 2004), 'Proclamação da Guerra contra os crimes transnacionais das drogas' (maio de 2006), e muitos exercícios conjuntos militares contra terrorismo realizados desde 2002. 'Um tratado de amizade, boa vizinhança e cooperação de longo prazo' assinado pelos líderes dos países da SCO em 2007, em Bishkek, pode ser um exemplo deste tipo da atividade.

Em Segundo lugar, a cooperação econômica entre os estados membros faz-se através das reuniões de primeiro-ministros, ministros de gabinete e ministérios de cada estados. Desde que, na primeira reunião dos ministros (14 de setembro, 2001), se adotou o protocolo sobre 'Objetivo básico da cooperação econômica da região e efetivação de investimento comercial', a reunião dos ministros tem sido seguido para a procura de cooperação prática nas áreas de comércio, investimento, transporte, energia, e outros. Especialmente, na reunião ministerial em Pequim, em 23 de Setembro de 2003, adotou-se 'o plano da economia multilateral e cooperação comercial. Nesta reunião, a secretaria geral da China, Won Jabao sugeriu o estabelecimento da zona livre de comércio em maior prazo. Entretanto, a discussão sobre a cooperação energética tem sido aumentada desde 2004 pela proposta da Rússia. Na reunião ministerial em Outubro de 2005, em Moscou, confirma-se a consciência comum da necessidade dum 'Projeto de energia conjunta', em seguida, chegou ao acordo da criação do 'SCO Banco Consórcio' para o fundo do projeto. Na reunião presidencial da SCO, em 2006 e 2007, no âmbito do aumento de preço de petróleo, o presidente Putin arrancou o assunto da energia como um dos maiores interesses.

O terceiro assunto é a Cooperação diplomática. A declaração da reunião anual dos líderes dos estados da SCO tem demonstrado, quase todos os anos, o seu confronto com os

EUA e a OTAN a respeito de assuntos internacionais e regionais de maneira anônima. Ao mesmo tempo, a SCO tem procurado o diálogo e o intercâmbio com outros países e organizações internacionais, proclamando o princípio de relações abertas. De fato, em conformidade com a 'Plataforma para a cooperação com outros países e organizações internacionais' (novembro de 2002) adotada na reunião dos ministros exteriores da SCO, a Organização tem participado em reunióes da ONU e OSCE. Além disso, em Dezembro de 2004, após a obtenção do estatuto de observador da assembleia geral da ONU, a SCO firmou o memorando de entendimento da cooperação com a ASEAN, Comissão de execução da CEI, e EURASEC, etc.

Em comparação à Rússia, que mais valoriza a cooperação militar na SCO, a China tem mais interesse na expansão da sua influência econômica. Os estados membros da Ásia Central na SCO mantinham as suas relações próximas da cooperação econômica com a Rússia. Mas, recentemente, o intercâmbio com a China está drásticamente aumentando. A China tenta estabelecer a sua direção na área econômica da cooperação multilateral em transporte, energia, comunicações, e finanças, e a institucionalização da cooperação econômica regional.

A SCO é uma expansão da relação de parceiros estratégicos entre a China e a Rússia num xadrez da região euroasiática e, ao mesmo tempo, é o novo sistema da cooperação entre a China e quatro Estados na Ásia Central. Neste contexto, a SCO tem o potencial de se transformar na maior organização cooperativa da economia e da segurança na região. A China e especialmente a Rússia precisam possuir uma organzação cooperativa militar para servir de contra-ponto aos EUA nesta região. Em 2007, pela primeira vez, o plano de exercício conjunto de defesa militar, com a presença de todos os estados membros, foi estabelecido e a fundação da organização cooperativa militar tem sido profundamente deliberada .

A expansão dos estados membros alargará a influência da SCO sobre a ordem regional, se a Irã fizer parte nd SCO, será formado o eixo da aliança ligado entre a China–Rússia–Irã, contra a hegemonia dos EUA. Este eixo poderá ser ligado à Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) que serviria de contra ponto à estratégia dos EUA no mundo.

4.1.5 Conversações a Seis Países

As conversações a seis países sobre o programa nuclear da Coreia do Norte iniciaram-se desde que a Coreia do Norte reconheceu, em outubro de 2002, a existência do seu

programa de Urânio enriquecido. Em 2003, a crise cresceu devido a uma série de acontecimentos, tais como a remoção da Câmera de Vigilância, a saída compulsiva de inspetor de AIEA, a saída do Tratado de Não Proliferação Nuclear, e a promulgação da sua liberdade do acordo de salvaguardas da AIEA da Coreia do Norte. Em abril de 2003, as conversações entre os EUA, China e Coreia do Norte foram abertas para resolver esses problemas. Apesar de as conversações não terem grandes resultados, foi a oportunidade de os EUA e a Coreia do Norte conhecerem as posições e intenções de cada um. Além disso, também significou a oferta de um novo passo para a solução multilateral de problemas do programa nuclear da Coreia do Norte.

Depois, os EUA convenceram o Japão e a Coreia do Norte, que posteriormente persuadiu a Rússia a participar nas conversações. Então, as conversações a seis países foram abertas pela primeira vez em agosto de 2003. Não se pode dizer que as conversações a seis países tiveram grandes resultados ao longo de três sessões. Somente os acordos iniciais sobre os princípios para solução pacífica e prosseguimento das conversações e o reconhecimento da necessidade das conversações a seis países, foram alcançados. Depois da terceira sessão das conversações a seis países, iniciou-se o período de congelamento, por causa da declaração da Coreia do Norte de possuir armas nucleares. Mas, por consequência dos movimentos diplomáticos dos participantes para resolver a crise nuclear da Coreia do Norte no quadro das conversações a seis países, após mais de um ano da última, a quarta sessão das conversações foi retomada em Julho de 2005. Apesar de os resultados das conversas não estarem detalhadamente expostos, os participantes assinaram uma declaração comum. Em alguns aspetos, as conversações possuem uns significados importantes na perspetativa da cooperação multilateral da segurança do Nordeste Asiático. Em primeiro lugar, a frase “faz o esforço para a paz e estabilidade permanente do Nordeste Asiático”, apresentada na declaração comum, abriu uma possibilidade das conversas multilaterais sobre a segurança no futuro, assegurando que as conversações a seis países não só acabaram por desmantelar o programa nuclear da Coreia do Norte, mas também por procurar maiores objetivos. Em segundo lugar, pode estimar-se que a adotação da declaração comum nas conversações tenha grande significado da experiência de seis países conciliarem por interesse comum e conseguirem objetivo comum através da harmonia entre compromisso e benefício. Nesse sentido, pode ainda ser notado que esta experiência foi uma aprendizagem importante para a região do Nordeste Asiático que não tem experiência suficiente da cooperação multilateral.

Após a quarta sessão das conversações a seis países, as críticas de que não havia nenhuma solução prática sobre o tema nuclear da Coreia do Norte, e a crise das conversas

devido a relação entre duas Coréias, têm sido continuadamente apresentadas. Apesar deste processo, a quinta e sexta sessões das conversas foram retomadas em 2007, apresentando a 'medida inicial para execução da declaração conjunta de 19 de Setembro'. Esta declaração abrange os assuntos sobre o desmantelamento e fechamento de instalações nuclear, a iniciativa do processo da retirada da Coreia do Norte de sua lista de países patrocionadores do terrorismo, o diálogo bilateral entre a Coreia do Norte e os EUA e o apoio emergente da energia para a Coreia do Norte. Porém, essas medidas perderam seus efeitos por a Coreia do Norte ter efetuado os testes nucleares em 2009 e em 2012. Mesmo assim, os estados membros das conversas, com exeção da Coreia do Norte, continuam a tentar retomar as negociações e contatos na mesa das conversações a seis países.

Como apresentado acima, as discussões sobre a organização multilateral da cooperação da segurança têm continuado na região do Leste Asiático. No caso do Sudeste Asiático, o desafio para a intergração regional tem sido realizado consolidando a AFTA, até a 2015, e a visão 2020 centrada na ASEAN. Ainda assi, essa organização não abrange todo o Leste Asiático. O ARF, fundado em 1994, foi a primeria organização multilateral da cooperação da segurança na região Pacífico-Asiático, que foi fundada o nível governamental e tinha o importante fato de a maior parte dos países da região fazer parte do ARF. Mas, por outro lado, mostrou-se o seu limite para desempenhar o seu papel da organização cooperativa da segurança da região por razão de não ter efeutado o seu papel importante na solução pacífica das disputas na região, e os países exteriores da região terem participado. No caso do Nordeste Asiático, o maior problema seria sobre a Coreia do Norte. Provavelmente a ordem da segurança do Nordeste Asiático continuará sendo instável, a menos que a Coreia do Norte decida mudar seu fundamento ante a crise nuclear ou do sistema político. Portanto, seria essencial tentar convencer a Coreia do Norte a retornar ao quadro da segurança multilateral , e o esforço das conversações a seis países seria, continuadamente, uma oportunidade importante a médio e longo prazo para o sucesso da organização multilateral da cooperação da segurança do Leste Asiático, bem como a solução da crise nuclear da Coreia do Norte. Na verdade, os países da região, tais como a China, o Japão e a Coreia do Sul, sugeriram as dicussões que buscam a possibilidade da organização multilateral da cooperação da segurança no Nordeste Asiático, de maneira muito prudente, no processo das conversas, e os EUA também enfatizaram essa importância. Os EUA desejam reagir a assuntos regionais através duma organização cooperativa do Leste Asiático, da qual eles próprios tomam a liderança. Neste sentido, os EUA têm mostrado a sua desaprovação para a ASEAN+3 ou EAS, nas quais eles próprios não se incluem. Além disso, eles demonstram a sua preocupação com a SCO criada

em 2001, devido à possibilidade de ser desenvolvida como uma organização de cooperação militar que sirva de contra-ponto à influência dos EUA, com base na cooperação entre a China e a Rússia. Pode-se ver que a ordem da segurança do Leste Asiático consiste em dois eixos básicos entre a Coreia do Sul-os EUA e o Japão-os EUA, que ligam esses três países. Entretanto, a China, a Rússia e a Coreia do Norte estão ligadas pela conexão relativamente ligeira. Embora é difícil dizer que esses eixos seja uma estrutura da nova Guerra Fria, é verdade que a estrutura do confronto entre os EUA e a China está impedindo o esforço para a cooperação multilateral da segurança.

4.2 América do Sul

A América do Sul possui os seguintes blocos, todos com o objetivo de integração: Comunidade Andina de Nações (CAN), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Ressaltase que o MERCOSUL tem se mostrado mais estruturado e com mais potencial. A UNASUL originou-se da iniciativa de unir a CAN ao MERCOSUL.

4.2.1 A Comunidade Andina de Nações (CAN)

O Acordo de Cartagena criou, em 26 de maio de 1969, o Pacto Andino para facilitar a integração econômica dos países andinos – Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Entretanto, esse bloco sofreu modificações com a saída do Chile em 1976 e com a incorporação da Venezuela em 1974, que também retirou- se em 2006. O Peru suspendeu sua participação em 1993, mas voltou a integrar a associação em 1994. Em setembro de 2006, o Conselho Andino de Chanceleres, reunido em Nova York, aprovou a reincorporação do Chile à CAN como membro associado.

Esse Acordo teve como principal motivação a insatisfação de alguns dos participantes da ALALC, principalmente países médios e pequenos, devido à distribuição desigual dos benefícios e à falta de políticas compensatórias de perdas para países com infraestrutura menos desenvolvida (BRAGA, 2006). Também conhecido como Pacto Andino2 (até 1996), o Acordo de Cartagena tinha como objetivo a integração regional nos moldes dos padrões internacionais.

A experiência da CAN exibe muitos ensinamentos e seu resgate constituise em uma condição necessária para o entendimento das reais dificuldades na cooperação econômica e

política entre os países do continente.

4.2.2 Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

As nações localizadas na América do Sul, principalmente a Amazônia, sensíveis a problemas sobre a proteção do meio ambiente e seus recursos naturais, formularam o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), que foi assinado no dia 03 de julho de 1978, em Brasília, pelos oito países amazônicos3. É um instrumento jurídico de natureza técnica que tem por objetivo promover o desenvolvimento harmônico da região, que permita uma distribuição equitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre as partes contratantes, para elevar o nível de vida de seus povos e lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais.

Em 1995, os Ministros do Exterior dos países-membros, reunidos em Lima, Peru, acordaram a instituição da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), de modo a fortalecer institucionalmente o TCA e dar-lhe personalidade internacional. A emenda foi aprovada em Caracas, Venezuela, em 1998, permitindo o estabelecimento da Secretaria Permanente da OTCA em Brasília. A importância crescente da região na geopolítica mundial, os avanços no debate e na promoção do paradigma do “desenvolvimento sustentável”, o caráter global dos desafios da proteção ambiental, assim como a responsabilidade soberana dos países amazônicos pelo futuro da região, reiteram uma firme disposição política e o apoio irrestrito das Partes de realizar ações adicionais para que a cooperação regional amazônica seja mais eficaz e alcance resultados de maior projeção.

Somente a atribuição de valor econômico à floresta permitirá a ela competir com outros usos que pressupõem sua derrubada ou degradação, e apenas a Ciência, a Tecnologia e a Inovação (C, T & I) poderão mostrar o caminho de como utilizar o patrimônio natural sem destruí-lo, incentivando a pesquisa e o desenvolvimento para as indústrias de fármacos e cosméticos, por exemplo. Os recursos hídricos são, muitas veze**s,** transnacionais, o que pode levar ao conflito ou à cooperação entre os Estados pela sua utilização. No caso da Amazônia, que é compartilhada por oito países, já existe uma organização internacional, a OTCA, que busca, através da cooperação entre os países, formular soluções para seus problemas comuns. Neste contexto, a região surge como um importante polo de atração política, de oportunidades econômicas e de integração com seus vizinhos.

4.2.3 O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um processo de integração econômica entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, constituído em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção. Sua evolução começou a partir do programa de aproximação econômica entre Brasil e Argentina, em meados dos anos 80.

A criação do MERCOSUL procurou explorar a tendência mundial de implantação de blocos econômicos que permitissem às economias de seus integrantes sua dinamização e a supressão das vulnerabilidades externas. Assim, em 6 de julho de 1990, Brasil e a Argentina firmaram a "Ata de Buenos Aires", quando fixaram a data de 31/12/94 para a conformação definitiva de um Mercado Comum entre os dois países. Em agosto de 1990, Paraguai e Uruguai foram convidados a incorporar-se ao processo de integração, tendo em vista a densidade dos laços econômicos e políticos que os unem ao Brasil e Argentina. Como consequência, é assinado, em 26 de março de 1991, o "Tratado de Assunção para Constituição do Mercado Comum do Sul".

Ele representa um salto qualitativo nas relações econômicas entre os quatro Estados-membros que o integram. Este bloco empreende esforços no sentido de ampliar o seu quadro de participantes num princípio de regionalismo aberto, aceitando a adesão de outros membros ou blocos, mediante negociação conjunta, visando alcançar toda a América do Sul. A sua expansão inclui, hoje, membros como a Venezuela, que aguarda o referendo do Congresso paraguaio e outros associados e participantes complementares da dinâmica comercial como o Chile, a Bolívia, o Peru, o Equador e a Colômbia.

A adesão da Venezuela é um importante marco para o aprofundamento do processo de integração da América do Sul. Além da natural ampliação dos fluxos comerciais regionais, a incorporação desse país - andino, caribenho e amazônico - abre amplas possibilidades de cooperação nos setores energético e de infraestrutura, dois dos principais desafios que se colocam para os países do continente. E também é preciso destacar a proximidade geográfica com os EUA e com a Europa.

Mas grandes obstáculos surgiram. Diante do novo cenário internacional, particularmente após a queda do muro de Berlim, o MERCOSUL sofreu severas pressões por parte dos Estados Unidos da América, que passaram a ser a potência líder de um mundo que, à deriva, parecia caminhar para o unipolarismo, e não tardaria a executar ações consideradas vitais para os seus respectivos interesses nacionais. Dessa maneira, as relações argentino-brasileiras pareciam perdidas.

Para reduzir o desequilíbrio da sua balança comercial, os EUA promoveram a liberalização do comércio exterior. Um dos objetivos era implantar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O MERCOSUL foi uma resistência a essa Área, que, se implantada como queriam os americanos, o parque industrial dos países sul-americanos estaria hoje falido e teria sido confirmada a Teoria do Limes – o sul como eterno fornecedor de commodities para o norte.

O núcleo geoeconômico do MERCOSUL é a região platina, abrangendo o Centro-Sul do Brasil, o pampa argentino, o Uruguai e o oeste do Paraguai, onde se encontram os seus principais centros populacionais e industriais. Desse modo, sustenta o caráter estratégico do chamado eixo sul-sul e, neste âmbito, da afirmação da identidade sul-americana do Brasil. Hoje, o MERCOSUL vive uma fase de forte recuperação econômica, mas sua integração comercial encontra dificuldades adicionais, devido à emergência de governos mais nacionalistas na região.

4.2.4 A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)

A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi instituída formalmente, em 23 de maio de 2008, em Brasília, com a assinatura do Tratado Constitutivo, que confere personalidade jurídica internacional ao subcontinente. Congrega, atualmente, os doze países sul-americanos, com objetivos de coordenação política, econômica e social e espera avançar na integração física, energética, de telecomunicações, de ciência e educação. Teve sua origem no terceiro encontro de cúpula sul-americano, em 8 de dezembro de 2004, quando os presidentes ou representantes dos doze países sulamericanos assinaram a Declaração de Cuzco, uma carta de intenções, anunciando a fundação da então Comunidade Sul-Americana de Nações. Os líderes anunciaram a intenção de modelar a nova comunidade segundo a União Europeia, incluindo uma moeda, um passaporte e um parlamento comuns.

Uma das iniciativas do UNASUL é a criação de um mercado comum, começando com a eliminação de tarifas para produtos considerados não sensíveis até 2014 e para produtos sensíveis até 2019. Dessa maneira, a América do Sul ganha *status* de organização internacional, reconhecida na Organização das Nações Unidas (ONU) e capaz de negociar com outros países, blocos de países e instâncias multilaterais. A rigor, a reunião de Brasília cumpriu seu objetivo central - a assinatura do tratado constitutivo da UNASUL, com as bases jurídicas para a ação desse novo organismo regional. Como se reiterou na cúpula de Brasília, espaços como esse.

Ademais, impulsionam os esforços de cooperação no tema da segurança e defesa, há também desafios regionais. Esses desafios regionais têm tido papel relevante no fortalecimento da coesão e no estabelecimento da legitimidade da UNASUL. Os fatores endógenos que mobilizam o bloco referem-se a: 1) gestão das zonas de fronteira face às migrações, aos ilícitos transnacionais; 2) os contenciosos envolvendo interesses de cidadãos e empresas nacionais em países vizinhos, 3) situações de instabilidade política, 4) segurança energética, entre outros.

A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, em dezembro de 2008, vincula-se ao objetivo de fortalecer a cooperação em temas de defesa e segurança e remete também à intenção de estabelecer contraponto e sobreposição à penetração dos Estados Unidos na América do Sul, mais precisamente, na região andina. Do mesmo modo, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano tem relação com o objetivo de refrear o crescimento da ação da indústria de defesa russa no subcontinente, em função do fortalecimento de laços entre os países integrantes da ALBA e a Rússia, a partir de 2002. Há também um esforço no sentido de associar os objetivos de redução da pobreza e das desigualdades sociais, presentes no Tratado Constitutivo da UNASUL, com a de-securitização3 de alguns desafios enfrentados pelos países. Do mesmo modo, há a busca de construção de instrumentos que permitam maior confiança nas relações entre os próprios países, fortalecendo a ideia de segurança regional combinada com a preservação da autonomia nacional dos Estados.

O Conselho de Defesa Sul-Americano se baseia na cooperação entre os países de modo a desenvolverem políticas próprias de defesa e segurança, através do desenvolvimento de tecnologias e compartilhamento de informações e conhecimento. Assim, para institucionalizar esses objetivos foi estabelecido no Estatuto de criação do órgão, mais especificamente no artigo 14 da sessão de funcionamento, que seriam elaborados Planos anuais, a cada seis meses, durante as reuniões promovidas pelo Conselho Executivo.

Os Planos de Ação anuais foram estabelecidos com a intenção de imprimir diretrizes aos países membros do CDS no que concerne à promoção de políticas de desenvolvimento e integração do campo de defesa e segurança. Para isso, dividiu-se cada plano7 em quatro eixos temáticos, quais sejam: 1) Políticas de Defesa; 2) Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz; 3) Indústria e Tecnologia de Defesa; 4) Formação e Capacitação. De forma geral, esses eixos propõem a implementação de medidas de confiança mútua entre os países: através de um maior fluxo de informações referente à defesa e do desenvolvimento institucional do Ministério da Defesa -, a elaboração de uma metodologia comum para a medição dos gastos em defesa (promovendo maior transparência) e o intercâmbio entre os

países para a formação e capacitação nos temas referentes à defesa e segurança na região, tanto de militares, quanto de civis. No âmbito de cada eixo há uma série de atividades a serem desenvolvidas durante o ano e para cada uma há um Estado responsável, conjuntamente com outros corresponsáveis.

A proposição de um Conselho de Defesa composto apenas pelos países sul-americanos é um avanço para a consolidação de uma América do Sul unida, tratando de coordenar posições para atuar com mais força nos demais foros multilaterais de defesa. A criação da UNASUL e do Conselho de Defesa se articula como um esforço sul-americano para produzir consensos e institucionalizar a aproximação regional para que os países possam, de maneira articulada, tratar dos seus problemas específicos, sem a participação dos Estados Unidos.

4.3 Conclusão

No aspeto de políticas, após o colapso do sistema da Guerra fria, visto que as novas ameaças como o terrorismo, misseis, e armas nucleares têm aparecido no Leste Asiático, a construção de uma organização cooperativa multilateral o nível regional tem sido discutida devido à consciência de que precisa ter um novo sistema de segurança para reagir a ameaças. Embora a ASEAN+3 e ARF tenham sido criadas no Sudeste Asiático, eles não estão desempenhando os seus papeis como uma organização cooperativa de segurança por causa da diferença das direções a que os três países principais do Leste Asiático, a China, o Japão, a Coreia do Sul e o agente importante na região, os EUA, se dirigem. Nesta situação, a China criou a SCO com a Rússia e os estados da Ásia central, de tal maneira que as cooperações de segurança na região consistam em três polos, que são a ASEAN no Sudeste Asiático, a SCO, e a aliança militar entre os EUA., o Japão e a Coreia do Sul. Contudo, já que cada país ainda está consciente da necessdade da organização cooperativa de segurança multilateral na região, as discussões sobre estes assuntos prosseguirão daqui a frente.

Na américa do Sul, a fundação da UNASUL tem grande significado. O organismo da UNASUL é uma verdadeira organização da América do Sul sem nenhuma intervenção dos EUA, constituida por todos os países e suas distinções ideológicas na região. Além disso, o MERCOSUL, formado pelo bloco chamado Cone sul, relativamente desenvolvido economicamente e a CAN, formada pelos países da região andina, relativamente menos desenvolvida, conseguiram a integração entre dois compartilhando o seu objeto comum. O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), criado neste contexto, é um mecanismo que busca fomentar o intercâmbio no campo da segurança entre os países que compõem a União de

Nações Sul-Americanas, tais como a elaboração de políticas de defesa conjunta, intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país, realização de exercícios militares conjuntos, troca de análises sobre os cenários mundiais de defesa e integração de bases industriais de material bélico, e medidas de fomento de confiança recíproca.

Em consequência, todos os tipos do CRS em duas regiões, no aspeto de políticas, baseados no tipo de ‘regime de segurança’, demonstram a sua diferença. O caso do Leste Asiático está próximo ao tipo de ‘Formação conflito’ por não existir uma organização prática da região para cooperação de segurança por causa de conflitos entre os países internos e busca de interesses de cada país. Entretanto, pode-se ver que a América do sul está rumo à fase da ‘comunidade de segurança’, passando do tipo de ‘regime de segurança’, mediante a criação da UNASUL e a fundação do CDS.

5 Considerações finais

Retomando a formulação geral da pesquisa que redundou na presente dissertação, buscava-se identificar quais seriam as razões que produziram as distinções entre as regiões do Leste Asiático e da América do Sul em relação às concepções de Complexos Regionais de Segurança, segundo as formulações propostas por Buzan e Waever.

Em busca deste objetivo, foram apresentadas as formas de CSR nas duas regiões, tendo como parâmetro analítico a intensidade de ameaças nas regiões do Leste Asiático e da América do Sul, e das organizações e políticas para cooperações regionais. Fez-se, ainda, uma comparação com os cenários previstos por Buzan e Waever, em 2003, nos seus livros sobre os CRS em cada região.

O modelo teórico apresentado pelos dois autores considerava que no caso do Leste Asiático, a tendência seria um processo de amalgamento entre os sub-complexos do Sudeste Asiático e Nordeste Asiático, que rumariam para um único CRS e se aproximariam, cada vez, de uma Comunidade de Segurança. Embora em um período de tempo ainda curto, a análise da região aponta para uma situação divergente das postulações do modelo teórico. O Leste Asiático ainda se mostra claramente dividido em dois subcomplexos regionais, que são o Nordeste e Sudeste Asiático. Tendo em vista as formas de CRS, o Sudeste Asiático mostra uma cooperação regional em nível mais elevado na comparação como o Nordeste Asiático. No caso do Sudeste Asiático, centrado na ASEAN, é plausível estimar que esta região apresenta condições que poderão permitir a consituição de uma Comunidade de Segurança, indo além de um Regime de segurança pelo estabelecimento de um sistema cooperativo mais próximo de uma integração consolidada da região, tal como a União Europeia, através da Visão 2020. Entretanto, pode-se ver que o CRS no Nordeste Asiático ainda não ultrapassou o nível da Formação de Conflito, ou do nível baixo de Regime de Segurança, já que permanece envolvido em problemas tais como a confrontação entre as Coreias do Norte e Sul e as relações interestreito, da crise nuclear da Coreia do Norte, dos contra-pontos da China e Coreia do Sul ante o processo de ampliação das capacidades mililtares do Japão, e da rivalidade entre a China e os EUA derivada do alto nível de crescimento da primeira. Portanto, o modelo teórico implicava em conceber certo dinamismo que permitiria uma transformação do CRS do Leste Asiático, o que, presentemente, não ocorreu.

No caso da América do Sul, o movimento ocorre em direção contrária. A hipótese aventada pelos dois autores citados a respeito do Complexo Sul-Americano, é que não haveria a ultrapassagem da divisão entre os dois “subcomplexos regionais” - Andino e Cone Sul -,

pois consideravam, no diagnóstico das trajetórias das duas sub-regiões, que seriam supostamente divergentes, o que implicaria um rumo direcionado a uma Formação de Conflito na região Andina e a uma Comunidade de Segurança no Cone Sul. Devido à criação da UNASUL, em 2008, pode-se considerar que houve uma convergência de objetivos políticos que permitem apontar que há um processo de cercamento na América do Sul no campo da Segurança Internacional, e que revela aspectos indicativos de uma trajetória rumo a uma Comunidade de Segurança. Desta forma, na América do Sul, até o momento não ocorre a falta de dinamismo no processo de transformação do CRS, diferentemente do que havia sido assinalado pelo modelo teórico proposto pelos autores citados.

Do ponto de vista comparativo, a América do Sul aproxima-se mais do patamar de uma Comunidade de Segurança do que o Leste Asiático. Representa-se graficamente esta situação na figura abaixo.

Figura 6 - Espectro da formação de CRS

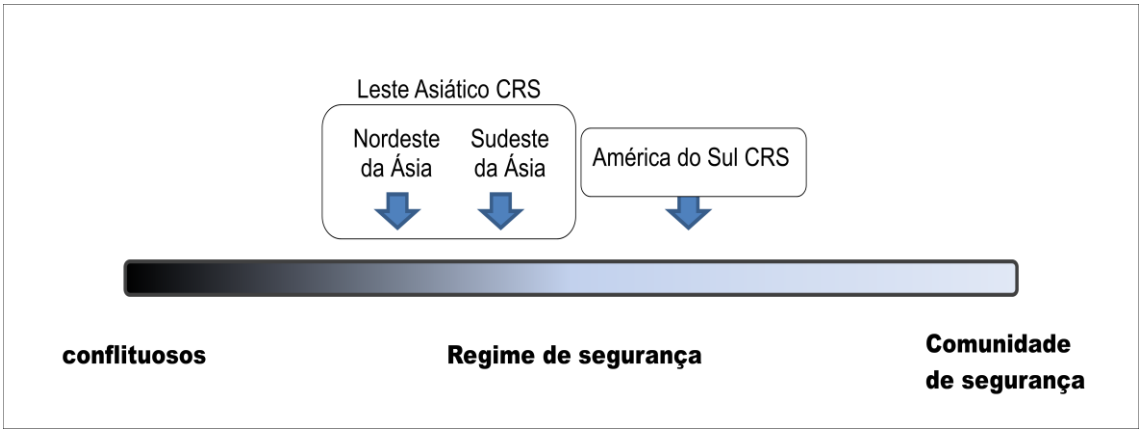


Figura elaborada pela autora.

O quadro mais geral das duas regiões pode ser caracterizado, do ponto de vista dos arranjos institucionais, de duas maneiras. Embora a tendência de afirmação de processos regionais, principalmente desde o fim da Guerra Fria, que na região do Leste Asiático levou à constituição de acordos como da ASEAN+3 e da ARF, não foi lograda a constituição de uma instituição que contasse com a adesão de todos os países da região e tampouco um arranjo exclusivo em cuja composição não estivessem contemplados países externos à região. A ausência de uma participação completa e a participação dos EUA, configuram um CRS um tanto fragilizado. Ao contrário, a América do Sul conseguiu uma participação total de todos os estados na UNASUL e em sua composição há uma exclusividade regional. Então, como é que se poderia explicar esta diferença ?

Um aspecto que poderia explicar tais diferenças, podem ser atribuídas à dimensão ideacional, conforme os postulados construtivistas. Retomando a discussão apresentada no capítulo 2, pode-se considerar que no Leste Asiático, a interdependência, o destino comum, a homgeneidade e o auto-controle são baixos, se comparado ao caso da América do Sul, considerados como altos.

Deste modo, o Leste Asiático apresenta um ambiente muito restrito para formar e desenvolver uma identidade coletiva. Contudo, no caso do Sudeste Asiático, verifica-se certa formação de uma identidade coletiva ao longo do desenvolvimento da ASEAN. No caso da América do Sul, há um ambiente mais positivo para formar uma identidade coletiva em todos os aspetos das quatro causas, quando comparada ao Leste Asiático.

Lado a lado duas concepções que permitem um refinamento analítico da questão inicial proposta. De acordo com o argumento de Wendt, a formação da identidade está ligada à micro-estrutura e não explica a mudança na macro-estrutura. De outra parte, pode-se privilegiar uma explicação de corte predominantemente estrutural. A presente pesquisa autoriza a considerar que tanto o nível micro quanto o nível macro constituem razões para as diferenças entre as duas regiões.

Se em uma, o Leste Asiático, ainda há traços da Guerra Fria, evidenciado pela presença da potência hegemônica na região, e tensões presentes que apontam para o peso da experiência histórica na relação entre os Estados da região, a concretude da ameaça, a probabilidade de sua realização e a relação cordial entre os países como limitantes à constituição de uma identidade coletiva.

Na outra, a América do Sul, não se descarta que a sombra do passado permaneça como questão ainda a ser ultrapassada, porém, para o aprofundamento de uma identidade coletiva, a concretude da ameaça, a probabilidade de sua realização e a relação cordial entre os países não são impedimentos para que ela se aprofunde um processo, ainda que lento, de realização de uma identidade coletiva.

Portanto, as razões que explicam as diferenças são tributárias de características da micro-estrutura, sem que se descarte a influência da macro-estrutura. De outro modo, não se concebe uma perspectiva linear da história, mas também não se entende que o término da Guerra Fria constitua uma ruptura a tal ponto substantiva que inaugure uma fase inteiramente distinta. Ao contrário, tanto em uma e outra região, os CRS refletem traços que alongam elementos da Guerra Fria, que se traduz por uma perspectiva de embate pela hegemonia no sistema internacional.

A distinção é que a Guerra Fria havia imposto um papel secundário à América do Sul e

um destaque ao Leste Asiático. Ao seu término, o seu legado permanece de alguma forma, e que tem permitido avanços lentos da América do Sul na direção de uma Comunidade de Segurança, ao mesmo tempo que dificultam que processo similar ocorra no Leste Asiático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Guide ToThe Intense Maritime Disputes Across The South China Sea, **Business Insider Australia**, 18/09/2012, Disponível em: <http://www.businessinsider.com.au/asian-infighting-over-south-china-sea-2012-9>. Acesso em: 15 jun. 2015.

ALAGAPPA, M. Regionalism and the Quest for Security: ASEAN and the Cambodian Conflict, **Journal of International Affairs**, v. 46, n. 2, 1993.

_____. **Asian Security Practice: Material and Ideational Influences**. Stanford: Stanford University Press, 1998.

_____. Asian **Security Order: Instrumental and Normative Features**. Stanford: Stanford University Press, 2003.

AMORIM, C. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na III Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações - CASA, Santiago, Chile (24/11/2006). **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 99, 2006.

_____. A Integração Sul-Americana. Diplomacia, **Estratégia & Política**, n. 10, 2009.

ARGENTINA. Ministerio de Defensa. **Libro Blanco de la Defensa**. 2010. Disponível em: < http://www.libroblanco.mindef.gov.ar/>. Acesso em: 15 nov. 2014.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS. Disponível em: <http://www.asean.org/>. Acesso em: 14 nov. 2014.

AYOOB, M. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System. Boulder**: Lynne Rienner Publishers, 1995.

BARNABÉ, I. Unasul: Desafios e Importância Política. **Mural Internacional**, Ano II,n. 1, 2011.

BAYLIS, J.; SMITH, S.; OWENS, P. **The Globalization of World Politics**, 5th ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BOOTH, K. **New Thinking about Strategy and International Security**. London: Harper Collins, 1991.

BORBA, S. Desafios y oportunidades de la Unión de Naciones Suramericanas – UNASUR, In Documentos **CRIES**. n. 18, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2012a. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Ministério da Defesa. Livro Branco da Defesa Nacional. Brasília, 2012b. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. 2012c. Disponível em:<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

BRUNEI. Minister of Defense. **Defense White Paper 2011**; Defending the Nation's Sovereignty Expanding Roles in Wider Horizons. 2011. Disponível em:<http://www.libroblanco.mindef.gov.ar/>. Acesso em: 03 jun. 2015

BYUN, C.G. A identidade e integração regional da ASEAN pela pespectiva do teoria construtivista. **Korean Political Science Society**, v. 18, n. 2, 2001. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

BUZAN, B. **People, State, and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era**. New York: Harvester Wheatsheaf, 1991.

_____.; JONES, C,; LITTLE, R. **The Logic of Anarchy: Neorealism to Structural Realism**. New York: Columbia University Press, 1993.

_____,; WAEVER, O. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____,; WAEVER, O.; JAAP DE WILDE. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CAMPOS, I.Z.A.; SÁ NETO, C.E. O conflito internacional entre bolívia e chile: o direito internacional de acesso ao mar. **Revista Jurídica**, v. 2, n. 35, p. 88-107, 2014.

CARTER, A. B. et al. **A New Concept of Cooperatiove Security**. Washington: The Brookings Institution, 1992.

CHILE. Ministerio de Defensa Nacional. **Libro de la Defensa Nacional de Chile**. 2010. Disponível em: <http://www.defensa.cl/libro-de-la-defensa-nacional-de-chile/libro-de-la-defensa-2010/>. Acesso em: 15 nov. 2014.

CHINA. Ministry of National Defense. **White Paper: The Diversified Employment of China's Armed Forces**. 2013. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2012.htm>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. Ministry of National Defense. **White Paper: China's Military Strategy**. 2014. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/index.htm>. Acesso em: 03 jun. 2015.

CHO, Y. Y. Segurança e Institutionalismo do Leste Asiático: condições e possibilidade de desenvolvimento da formação da comunidade de segurança, **Jornal da história política e dilpomatica da Coreia**, v. 27, n. 2, 2006. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

CRONIN, P. M.; GREEN. J.G. Redefining the U.S.-Japan Alliance: Tokyo's National Defense Program. **INSS McNair Paper 31**. Washington: National Defense Universoty Press, 1994.

DANESE, S. A Escola da Liderança: Ensaios sobre a Política Externa e a Inserção Internacional do Brasil. Rio de Janeiro, **Record**, 2009.

DCHALA, C. **Latin American Integration Experiments: The Case of Mercosur**. Washington Research Library Concortium, 2012.

DEUTSCH, K. W. **Political Community at the International LevelÇ Problems of Definition and Management**. New York: Doubleday & Company, 1954.

DOMINGUEZ, J (ed.). **International Security and democracy: Latin America and the Caribbean in the Post-Cold War Era**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1998.

VILLA, R.D.; OSTOS, María de Pilar. Colômbia: evolução de sua política externa em relação aos EUA e seus vizinhos In: VILLA, R.D.; KALIL, S. (Org.). **Ensaios latino-americanos de política internacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007. p. 197-236.

DUPAS, G.; VIGEVANI.T. **O Brasil e as novas dimensões da segurança internacional**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1999.

Eastern Asia: wargames played with islands. **Peace reporter**. 04/15/2011, Disponível em: <http://en.peacereporter.net/articolo/27325/Eastern+Asia%3A+wargames+played+with+islands>. Acesso em: 23 maio 2015

ECUADOR. Ministerio de Defensa Nacional. **Agenda Política de la Defensa**. 2011. Disponível em: < http://www.libroblanco.mindef.gov.ar/>. Acesso em: 15 nov. 2014.

FAURIOL, G.; PERRY. W. Thinking strategically about 2005: The United States and South America. Washington, DC: **CSIS**, December, 1999.

FAWCETT. The History and Concept of Regionalism, **European Society of International Law**, v. 2, n. 1, 2012.

FILHO, O.M. Breve Panorama de Segurança na América Do Sul In: NASSER. R. M.; MORARES. R. F. (Org.). O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília:ipea, 2014. p. 21-41. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21592> Accesso em: 2 maio 2015.

First Latin America Country Accedes to the Treaty of Amity & Cooperation in Southeast Asia (TAC). **ASEAN Secretariat News**. 2012. Disponível em < http://www.asean.org/news/asean-secretariat-news/item/first-latin-america-country-accedes-to-the-treaty-of-amity-cooperation-in-southeast-asia-tac>. Acesso em: 18 maio 2015.

FUKUYAMA, F. **The End of History and the Last Man**. New York: Avon Books, 1992.

GARDINI, G.L.; LAMBERT, P. (org.) **Latin American Foreign Policies: Between Ideology and Pragmatism**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2010.

GILDERHUS M.T. The Monroe Doctrine: Meanings and Implications., **Presidential Studies Quarterly**, 36(1), p. 5-16, 2006.

GILPIN, R. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GREEN, M. J. **Arming Japan: Defense Production, Alliance Politics, and the Postuar Search for Autonomy**. New York: Columbia University Press, 1995.

GONÇALVES, J. B.; LYRIO, M.C. Aliança estratégica entre Brasil e Argentina: antecedentes, estado atual e perspectivas. In Dossiê CEBRI. v. 2, Ano 2. Rio de Janeiro: **Centro Brasileiro de Relações Internacionais**, 2003.

GRUGEL, J. Citizenship and Governance in Mercosur: arguments for a social agenda., **Third World Quarterly**, v. 26, n. 7, 2005.

GUIMARÃES, S.P. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

GÜRCAN, E. F. New Regionalisms and Radical Identity Formation in Latin America; Towards an Alter-Global Paradigm. **Journal of Social Research & Policy**, v. 2, 2010.

HAN, Y. **Comunidade do Leste Asiático**. Seoul: Nanam, 2005. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

HA, Y.S.; NAMGUNG, G. **Transformação de política mundial**. Seoul: Ulyumunhwasa, 2012. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português

HEMMER, C.; KATZENSTEIN, P. J. Why is There No NATO in Asia? Collective Identity, Regionalism, and the Origins of Multilateralism. **International Organization**, v. 56, n. 3, 2002.

HERZ, J. Idealist internationalism and the security dilemma. **World Politics**, v. 2, n. 2, p. 157-180, jan. 1950.

HUNTINGTON, S. P. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York: Touchstone, 1996.

HURRELL, A. Security in Latin America. **International Affairs**, June, 1998. pp.529-546.

_____. Brazil as a regional great power: a study in ambivalence. Em: NEUMANN, I. (editor). **Regional great powers in the international politics**. Oslo: St. Martin's Press, 1990.

HIRST, M. Obstáculo ao governo regional no hemisfério ocidental: velho regionalismo na nova ordem mundial. **Política Externa** 4 (2), 1995.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. World Economic Outlook Dtabases. Disponível em: < https://www.imf.org/external/ns/cs.aspx?id=28>. Acesso em: 07 maio 2015

JAPAN. Ministry of Defense. **Defense of Japan**. 2013. Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2013.html>. Acesso em: 17 nov. 2014.

_____. Ministry of Defense. **Defense of Japan**. 2014. Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/e-book/2014/_SWF_Window.html>. Acesso em: 03 maio 2015.

JERVIS, R. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

JITSUO, T. Ironies in Japanese Defense and Disarmament Policy. Takashi, Inoguchi and Purnendra Jain. (ed.). **Japanese Foreign Policy Today**. New York: Palgrave, 2000.

KATZENSTEIN, P. J. **Cultural Norms and National Security: Police and Military in Postwar Japan. Ithaca**: Cornell University Press, 1996.

_____. (ed.). **The Culture of National Security: Norm and Identity in World Politics**. New York: Columbia University Press, 1996.

KEOHANE, R.O.; NYE.J.S. **Power and Interdependence**. 3rd ed. Boston: Addison-Wesley, 2001.

KIDA. World War Watch. Disponível em: < http://www.kida.re.kr/woww/>. Acesso em 24 maio 2015

KIM, D.J.; PARK, S.S.; HWANG, B.M. **A nova área e issues da Relação Internacional. Seoul: editora Nanam**, 1995. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

_____; LEE, J.H. **Comprehensive Security: Conceptions and Realities in Asia. Seoul**. Yonsei University Press, 2000.

KIM, K.J. A ordem internacional do Leste Asiático e a escolha estratégica da Coreia do Sul, Jung Jinwi (ed.) **A nova ordem do Leste Asiático e a península coreana**, Seoul: Bupmunsa, 1998. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

_____. A prospectiva estratégica do ambiente de segurança do Nosdeste Asiático no século 21: é a dissolução da estrutura da Guerra Fria ou o começo de nova Guerra Fria?, Controlo do armamento da península coreana, **Controlo do armamento**, v. 26, 1999. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

_____. **Um estudo sobre a forma original histórica da intervenção no Leste Asiático dos EUA e a relação entre Coreia do Sul e EUA no início do século 20**. Seoul: Moonji Publishing Co., Ltd., 2003. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

KIM, K.S. **A análise sobre as variáveis principais do regionalismo do Leste Asiático: o foco do significado estratégico do regionalismo**, Seoul: Sejong Institute, 2003. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

KIM, S.S. **O estudo sobre uma política comum de segurança da ASEAN**. 2004.Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Soongsil university, Seoul, 2004. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

KIM, W.S. Northeast Asian Regional Security Order and the Importance of Alliance Structure? in Sang-Woo Lee and Tae-Hyo Kim. (ed.). **Korea-Japan Security Relations: Prescription Studies**. Seoul: New Asia Research Institute, 2000.

_____. Uma perspectiva da hegemonia dos EUA na região Nordeste Asiático do século 21. Oh, Kipyung (ed.) **A hegemonia dos Estados Unidos e o ordem internacional do século 21**,

Seoul: Oreum, 2000. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

KIM, Y.S. **A segurança nacional: o dilema da ameaça e vulnerabilidade**. Seoul: Bupmunsa, 2013. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

KISSINGER, H. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster, 1994.

KOLODZIEJ, E.A. The renaissance of Security Studies? Caveat Lector! **International Studies Quarterly**, v. 36, N. 4, 1992.

KUPCHAN, C. A. After Paz Americana: Benign Power, Regional Integration, and the Sources of a Stable Multipolarity. **International Security**, v. 23, n. 2, 1998.

LAFER, C. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**. São Paulo, Perspectiva, 2009.

LABROUSSE, A. Drogue et terrorisme. In: MICHEL, Q. **Terrorisme:** regards croisés/Terrorism: cross analysis. Bruxelas: Presses Interuniversitaires Européennes, 2005. p. 47-69.

LEE, K.; JEON, J.S. O encontro de realismo e construtivismo em segurança, **Coreia política internacional**, v. 17, n. 1, 2001. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

LEE, S.C. **A comunidade do Leste Asiático: uma visão e pespectiva**. Seoul: Hanyang Univ., 2005. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

LOWENTHAL, A. F., United States Policy Toward Latin America: Liberal, Radical and Bureaucratic Perspectives, **Latin American Research Review**, v. 8, n. 3, 1973.

MALÀSIA. Ministério da Defesa. **Malaysia's National Defence Policy**. 2010. Disponível em: < http://www.mod.gov.my/phocadownload/DASAR-PERTAHANAN/ndp.pdf>. Acesso em: 03 maio 2015.

MARES, D. Regional conflict management in Latin America: power complemented by diplomacy?. Em: Lake, David & Morgan, Patrick (eds.). **Regional orders. Building security in a new world**. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 1997. p. 195-219.

_____. **Violent peace: militarized interstate bargaining in Latin America**. New York: Columbia University Press, 2001.

MARTIN, L. Interests, Power and Multilateralism. **International Organization**, v. 46, 1992.

_____. Institutions and Cooperation : Sanction during the Falkland Islands Conflict. **International Security**, v. 16, n. 4, 2005.

MOON, C.I. South Korea: Recasting Security Paradigms. Muthiah Alagappa. (ed.). **Asian Security Practice: Material and Ideational Influences**. Stanford: Stanford University Press, 1998.

_____.; BAE, J.Y. **Re-examining East Asian Regional Security Complex: Old Patterns and New Insight**. Paper prepared for presentation at the annual meeting of the International Studies Association. Portland, Oregon, 2003.

NAKASONE, Y. **A estratégia nacional do Japão no século 21**. Seoul: Sigongsa, 2001. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

NETO, F. T. F. Integração e cooperação Brasil-Argentina. Em: Albuquerque, J. A. Guilhon. O desafio geoestratégico. **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1960-1990)**, volume IV, São Paulo: USP, 2000, no prelo.

PADULA, R. **Integração regional de infraestrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica**. 2010. Tese de Doutorado. coppe, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

PAGLIARI, Graciela De Conti. Segurança na América do Sul: problemas e atores. **Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3 Encontro Nacional ABRI 2011**, 2011.

PARAGUAY. Presidencia de la Republica, Consejo de la Defensa Nacional Secretaria Permanente. **Política de Defensa Nacional**. 1999. Disponível em: <http://www.libroblanco.mindef.gov.ar/>. Acesso em: 15 nov. 2014.

PARK, C.H. Política defesa da China no livro branco da China. **O estudo de política defesa**, Vol 27, n. 3, 2011. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

PARK, J.Y. **O paradigma de política internacional**. Seoul: Bupmunsa, 2002. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

PÉCAUT, Daniel. **As FARC:** uma guerrilha sem fins? Trad. de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERU. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. 2005. Disponível em: < http://www.libroblanco.mindef.gov.ar/>. Acesso em: 15 nov. 2014.

PHILLIPS, N., Regionalist governance in the new political economy of development ‘relaunching’ the Mercosur, **Third World Quarterly**, v. 22, n. 4, 2001.

PRIETO, G. C., Constructing regionalism in South America: the role of ideas in the Andean Community and Mercosur project, **Colombian Economic Journal**, v. 1, n. 1, 2003.

REPÚBLICA DE COLOMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. **Política de Defensa y Seguridad Democrática**. 2003. Disponível em: < http://www.libroblanco.mindef.gov.ar/>. Acesso em: 15 nov. 2014.

REPUBLIC OF KOREA. Ministry of National Defense. **2014 Defense White Paper**. 2014. Disponível em: <http://www.mnd.go.kr/cop/pblictn/selectPublicationsUser.do?siteId=mnd_eng&componentId=51&id=mnd_eng_021400000000>. Acesso em: 05 jan. 2015

_____. Ministério das Relações Exteriores da República da Coreia. Os organizações regionais na América do Sul e Central , Divisão da Cooperação Regional da América do Sul e Central, 2014. Disponível em: http://www.mofa.go.kr/ENG/countries/latinamerica/index.jsp?menu=m_30_30_10. Acesso em: 27 nov. 2014. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

RIGGIROZZI, P., Region, Regionness and Regionalism in Latin America: Toward a New Synthesis, **New Political Economy**, v. 17, N. 4, 2011.

RODRIGUES, T. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto int.**, Rio de Janeiro , v. 34, n. 1, p. 9-41, June 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000100001&lng=en&nrm=iso>. Accesso em: 18 jun. 2015.

SAGAN, S. D.; WALTZ, K. N. **The spread of Nuclear Weapons: A Debate**. New York: W. W. Norton, 1995.

SANAHUJA, A. J.; ANTONIO, J. **Post-liberal Regionalism in South America: the Case of UNASUL**, EUI Working Paper RSCAS(Robert Schuman Centre for Advanced Studies), 2012.

SARAIVA, M. G. ; RUIZ, J.B. Argentina, Brasil e Venezuela: As Diferentes Percepções sobre a Construção do Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, n. 1, 2009.

SELCHER, W. A., Brazilian-Argentine Relations in the 1980s: From Wary Rivalry to Friendly Competition, **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 27, n. 2, 1985.

SIPRI. **Military Expentiture Database** Disponível em: <http://portal.sipri.org/publications/pages/expenditures/splash-expenditures>. Acesso em: 17 nov. 2014

SORJ, B.; FAUSTO, S. O Papel do Brasil na América do Sul: Estratégias e Percepções Mútuas. **Política Externa**, v. 20, nº 2, 2011.

SONG, E.H. O estudo sobre a concepção de 'Comunidade do Leste Asiático' da ASEAN, **Jornal da Coreia e Leste Asiático**, Vol 40, 2006. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

SURINAME. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. 2012. Disponível em: < http://www.libroblanco.mindef.gov.ar/>. Acesso em: 15 nov. 2014.

THAILAND. Ministry of Defense. **Defense White Paper B.E. 2556**. 2013. Disponível em: < http://www.mod.go.th/Defence-White-Paper-B-E-2556/B-E-2556/White-Paper-(english).aspx>. Acesso em: 03 maio 2015.

TAIWAN. Ministry of National Defense. **National Defense Report**. 2013. Disponível em: < http://www.libroblanco.mindef.gov.ar/>. Acesso em: 03 maio 2015.

Tensions rise in South China Sea as Cietnamese boats come under attack. **The Guardian**, 7/5/2014, Disponível em: < http://www.theguardian.com/world/2014/may/07/chinese-vietnamese-vessels-clash-south-china-sea>

UOL EDUCAÇÂO, Ásia – Leste Asiático: Divisão Política. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/asia---leste-asiatico-divisao-politica.htm>. Acesso em: 04 maio 2015.

UNITED STATES OF AMERICA. Commission on National Security of 21st Century. **Road Map for National Security**: Imperative for Change. 2001.

_____. Central Intelligence Agency. World Factbook. Disponível em:<http://www.ciaworldfactbook.us/>. Acesso em: 06 maio 2015.

_____. **Office of Homeland Security**. National Strategy for Homeland Security. 2002a.

_____. The White House. **The National Strategy of the United State of America**. 2002b.

URUGUAY. Ministerio de Defensa Nacional. Política de Defensa Nacional: Un Uruguay Integrado a la Región y Abierto al Mundo. 2014. Disponível em: < http://www.libroblanco.mindef.gov.ar/>. Acesso em 05 maio 2015.

U.S. navy provoked South China Sea incident, China says. **New York Times**, 3/10/2009, Disponível em: < http://www.nytimes.com/2009/03/10/world/asia/10iht-navy.4.20740316.html?_r=0>. Acesso em: 15 jun. 2015

VAZ, A. C. A ação regional brasileira sob as ópticas da diplomacia e da defesa: continuidades e convergências, In Sorj, Bernardo, e Fausto, Sérgio, **O Brasil e a Governança da América Latina: Que Tipo de Liderança é Possível?** São Paulo: iFHC e Centro Edelstein, 2013.

VEIGA, P. M.; RÍOS, S. P. O Brasil como Vetor de Integração Sul-americana: Possibilidades e Limites. **Política Externa**, v. 20, nº 2, 2011.

VIETNAM. Ministry of National Defence. **Vietnam National Defence**. 2009. Disponível em: <http://www.mod.gov.vn/wps/portal/!ut/p/b1/vZPJbqNAEIafZR7AosGsR5odQ3ebzcAFQWxjjFlCjHF4-jDRaDQaTeLLyFWHUpW-1l-LmkqpmErb_FaV-bXq2vzyM0_5TJeRJ0JaBoCYOrDstewGFg3ARliA5E8A40-A4TecxTMWzT16v6Ni8nKFSredVE31gFC6ShGHYz-ps6yDiLuFL7lyB6PD6dt9swo4sTUNzNSDwJLgMOZubmHR7U7MfjW4nWgzbGZGSnBRi_CoHny60vsdP5CuK9h5qwFwbEkKE7ke1VJU7MkNvKbyxTNKT9I1i6HXxDXpfvyaC3xhMng8V_otYqz_Bv6xuk_gmx6SBRC-lFB4KqBiwGb--b235nr2zrNHkGpjNOAJqJGFAnOLAm1CElpCPS-1zfW8vfv1FfmFBdw9IfvIC6EMJ6Ib1QNBn32yoCI8VxDL62ev9P_f0KbS8tIVy-eOSPIqqG_WpMpK1ifIpDmBg1mh6GMv17vBLPL3JluqvnFf9zyGzgVrLavAHXOTRL6QdtBjaal-fdtIeqlEetXvW9bRk1Qe-WOjEeONP3Z-EVp9iQ4OPqYAcXZmZEV-Wg-Oxs7JasQTpDN2kChkds2B6pvw5vCeOce__fABBmJdhg!!/dl4/d5/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>. Acesso em: 03 maio 2015.

VILLA, R. D.Oe Viana, Manuela Trindade. Security issues during Lula's administration: from reactive to assertive approach. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 53, n. 2, 2010.

VIZENTINI, P. G. O Brasil, o Mercosul e a Integração da América do Sul**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 1, n. 1, 2007.

WALT, S. M. The Renaissance of Security Studies. **International Studies Quarterly**, v. 35, n. 2, 1991.

WENDT, A. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International organization,** v. 46 Issue. 02, 1992 p. 391-425.

_____. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. Collective Identity Formation and the International State. **American Political Science Review**, v. 88, N. 2, 1994.

WOLFERS, A. National Security as an Ambiguous Symbol. **Political Science Quarterly**, v. 67, 1952.

YANG, K.W. **A história, teoria, estratégia da cooperação do Leste Asiático**. Seoul: editora Sohwa, 1999. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.

YOO, H.S. **Regionalismo do Leste Asiático**. Seoul: Jipmundang, 2012. Dados dessa referência traduzidas livremente do coreano para tornar possível a leitura em português.